



CEPLAN

Consultoria Econômica
e Planejamento

NORDESTE: MUDANÇAS RECENTES, OPORTUNIDADES E PROPOSTAS PARA POLÍTICAS PÚBLICAS

Recife, novembro de 2023



Sumário

Apresentação	1
PARTE 1: NORDESTE - AVANÇOS, OPORTUNIDADES E DESAFIOS.....	5
PARTE 1.1: NORDESTE NO INÍCIO DO SÉCULO XXI - MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS	6
CAPÍTULO 1: Comportamento da Economia do Nordeste 2000-2022: a Interrupção de Antiga Trajetória e uma Permanência do Desafio de Elevar a Produtividade	7
CAPÍTULO 2: Mudanças na Estrutura Setorial e Avanço da Interiorização da Base Produtiva	10
2.1. Agropecuária: Ampliação e Diversificação.....	10
2.2. Indústria de Transformação: Avanços Recentes.....	12
2.3. Serviços.....	16
2.4. Comércio Exterior	18
CAPÍTULO 3: Ampliação da Base de Ciência, Tecnologia & Inovação e de Ensino Superior e Médio.....	22
3.1. Avanços na Produção de Conhecimento Científico e Tecnológico e no Acesso ao Ensino Superior 22	
3.2. A Transferência de Conhecimento das Universidades para a Indústria.....	24
3.3. Os Ecossistemas Regionais de Empreendedorismo Inovador.....	25
3.4. O Ensino Médio em Tempo Integral e as Novas Habilidades.....	33
3.5. Os Sistemas Estaduais de CT&I	34
CAPÍTULO 4: Os Avanços e Insuficiências da Infraestrutura Econômica e Social.....	36
4.1. Infraestrutura Econômica	36
4.2. Infraestrutura Social	39
CAPÍTULO 5: O Avanço Lento e Desigual do Desenvolvimento Social	44
5.1 Fragilidades do Mercado de Trabalho Regional.....	44
5.2 Desvantagens Nordestinas do Nível de Renda e Padrão da Pobreza do País	46
5.3 Diferenciais Nordestinos nos Níveis de Educação do País	47
5.4 Nível das Condições de Saúde.....	49
5.5 Padrões Adversos da Segurança Pública.....	51
CAPÍTULO 6: Transformações na Dinâmica do Desenvolvimento Urbano	53
6.1 Reconfigurações nas Metrôpoles.....	53
6.2 Interiorização da Urbanização com Crescente Polarização das Cidades Médias.....	54
6.3 Emergência de Cidades de Menor Porte com Significante Peso da Dinâmica Territorial.....	67
CAPÍTULO 7: Dinâmica e Mudanças Recentes no Modelo de Financiamento do Desenvolvimento Regional 68	
7.1 A Atuação Recente dos Bancos de Desenvolvimento.....	68
7.2 Modelos de Financiamento Subutilizados Regionalmente	71

CAPÍTULO 8: Melhorias do Quadro Fiscal e Avanços nos Modelos de Planejamento e Gestão Pública	74
CAPÍTULO 9: Iniciativas Inovadoras de Políticas Públicas	80
9.1 Formação na Primeira Infância e o Exemplo da Prioridade à Alfabetização no Ceará	80
9.2 Montagem de Rede Pública de Escolas de Ensino Médio de Qualidade e em Tempo Integral.....	81
9.3 Formação Empreendedora de Jovens.....	81
9.4 Primeira Experiência Profissional para Jovens.....	82
9.5 Linha de Crédito para Jovens Empreendedores	82
9.6 Inclusão Digital e Social de Jovens	83
9.7 Promoção da Inovação Aberta e da Inovação de Impacto Social	84
9.8 Programa “BNDES Estados” na Região Nordeste.....	84
9.9 CrediAmigo	84
9.10 Novos Padrões de Planejamento e Gestão Pública	85
9.11 Laboratório de Economia Regenerativa da Caatinga.....	85
PARTE 1.2: MUDANÇAS EXÓGENAS E O NORDESTE	86
CAPÍTULO 10: Oportunidades e Novos Desafios.....	87
10.1 As Transformações Recentes na Base de Conhecimento Científico e Tecnológico	87
10.2 Mudanças na Base Produtiva.....	89
10.3 Mudanças do Mercado de Trabalho em Escala Global e Nacional	91
10.4 Crise Ambiental e Transição Energética.....	93
10.5 Mudanças no Padrão de Consumo, com Crescimento da Demanda de Alimentos Orgânicos.....	94
10.6 Mudanças em Curso na Geopolítica	94
PARTE 1.3: DESAFIOS ESTRATÉGICOS	96
CAPÍTULO 11: Desafios nordestinos no presente	97
11.1 Difusão de Releitura da Realidade Regional nos Centros de Decisão Econômica e Política do País	97
11.2 Inserção do Nordeste em Janelas de Oportunidades do Século XXI.....	97
11.3 Enfrentamento de Heranças Adversas.....	99
PARTE 2: NORDESTE - PRIORIDADES PARA O REPOSICIONAMENTO NO DESENVOLVIMENTO INCLUSIVO E SUSTENTÁVEL BRASILEIRO.....	101
PARTE 2.1: PROJETOS REGIONAIS PRIORITÁRIOS	102
CAPÍTULO 12: Projetos Iniciais dos Governadores	103
CAPÍTULO 13: Projetos Regionais Priorizados pelo Novo PAC.....	111
PARTE 2.2 : INICIATIVAS ESTRATÉGICAS A PRIORIZAR.....	122
CAPÍTULO 14: Prioridades Face às Mudanças em Curso no Mundo e no País.....	124
14.1 Garantia do avanço na oferta de energias renováveis	124
14.2 Promoção da inserção do Nordeste no processo de reindustrialização do país	125
14.3 Consolidação e ampliação dos avanços na política de C, T&I	126

14.4	Construção de políticas públicas que promovam o protagonismo na oferta de alimentos saudáveis	127
14.5	Consolidação das mudanças em curso no Semiárido com valorização de novos produtos oriundos da Caatinga	128
14.6	Conclusão das obras maiores do PISF	129
14.7	Estímulo à expansão do terciário, com ênfase nos serviços especializados	130
14.8	Promoção da economia criativa	132
14.9	Apoio especial à inclusão produtiva de jovens	133
14.10	Formatação e implementação de novos modelos de financiamento do desenvolvimento regional	134
CAPÍTULO 15: Prioridades Face aos Déficits Herdados e Ameaças.....		136
15.1	Enfrentamento dos riscos provenientes das mudanças climáticas	136
15.2	Ampliação dos avanços alcançados na oferta de Educação nos diversos níveis de ensino	137
15.3	Promoção de investimentos estratégicos na infraestrutura econômica	138
15.4	Promoção de investimentos na infraestrutura urbana.....	139
15.5	Contenção da degradação antrópica do semiárido nordestino.....	140
15.6	Gestão sistemática das secas.....	141
15.7	Estímulo a maior abertura/inserção do Nordeste no comércio internacional	142
15.8	Priorização de políticas voltadas à Primeira Infância.....	143
15.9	Nova política de atração e promoção de investimentos para o Nordeste	144
15.10	Fortalecimento do Sistema de Segurança Pública no Nordeste	146
CAPÍTULO 16: Considerações Finais e Proposta de Agenda Prioritária para 2024		155
16.1	Proposta de Agenda Prioritária para 2024.....	156
Referências Bibliográficas		168

Apresentação

O presente estudo, **composto por duas partes**, visa atender ao previsto no Contrato firmado entre o CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE e a CEPLAN- Consultoria Econômica e Planejamento por meio do Contrato nº 05/2022 assinado com a SEI/BA e seu aditivo inserido no Processo SEI nº 200.13105.2022.0000098-72.

As duas partes se integram e se complementam. A **Parte 1** (Nordeste: avanços, oportunidades e desafios) foca na releitura dos problemas e dificuldades enfrentadas por um Nordeste que se transformou neste século, quando visto em suas potencialidades e nas oportunidades presentes no ambiente nacional e mundial. A **Parte 2** (Prioridades para o reposicionamento no desenvolvimento sustentável e inclusivo brasileiro) dedica-se à identificação de iniciativas de políticas públicas para superar os crônicos passivos herdados do desigual processo de desenvolvimento regional brasileiro, e iniciativas necessárias para sintonizar com demandas de um país que está mudando em meio às disruptivas transformações econômicas, tecnológicas, sociais e geopolíticas em escala global.

A Parte 1 é uma releitura da realidade socioeconômica nordestina, identificando as principais mudanças ocorridas nas últimas décadas e as permanências mais relevantes observadas na realidade regional, com foco no Nordeste definido pelo IBGE (Parte 1.1, Capítulos 1 a 8). Destaca também algumas iniciativas inovadoras de políticas públicas que, implementadas na região nos anos recentes, vêm servindo de referência no debate sobre o desenvolvimento nacional (Parte 1.1, Capítulo 9).

Nesta primeira parte se destaca que o Nordeste consolidou no país, em especial no século XX, a imagem de “região problema”, que “perdeu o trem” da industrialização brasileira e que precisava de tratamento especial para reduzir o hiato crescente que a separava das regiões mais ricas e dinâmicas do Brasil. Nas décadas recentes, a região interrompeu este caminho e passou a acompanhar mais de perto a trajetória do desenvolvimento econômico do país.

Além disso, melhorou seus indicadores sociais, em especial nas décadas iniciais do século atual, embora permaneça com resultados, em geral, piores que a média nacional.

Destaca-se, no entanto, que **mudanças importantes** ocorreram neste percurso, no mundo e no Brasil, o que estava a requerer uma **releitura do diagnóstico prevaiente** nos centros de

decisão econômica e política do País onde o Nordeste ainda é visto, predominantemente, como sendo lócus da pobreza e do atraso econômico.

Inclui também uma tentativa de destacar no ambiente externo, mundial e nacional, transformações que marcam uma nova era e identificar algumas oportunidades ou ameaças que aportam para o desenvolvimento futuro do Nordeste (Parte 1.2, Capítulo 10).

Conclui com a identificação de **Desafios Estratégicos** (Parte 1.3, Capítulo 11) a serem enfrentados pelo Brasil e em particular pelo Nordeste e que serão retomados e detalhados na segunda parte do estudo.

A **Parte 2 é dedicada a propostas de iniciativas prioritárias** num ambiente de chegada ao poder, neste ano de 2023, de novos Governantes, tanto no âmbito federal como no estadual, que abriu espaço para a identificação de prioridades para as políticas públicas. O Governo Federal, líder no financiamento das políticas públicas implementadas no país, realizou um duplo esforço de planejamento: a elaboração do Plano Plurianual 2024-2027 (PPA), sob a liderança do Ministério do Planejamento, e a construção do Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC), liderado pela Casa Civil da Presidência da República.

Como o PPA é um instrumento de planejamento de conteúdo mais genérico, no qual as definições de localização dos programas e projetos são definidas priorizando a **escala nacional**, sem muitas especificações das regiões ou Estados onde serão implementadas, um dos focos da Parte 2 é o **Novo PAC**, fortemente centrado em obras públicas e a ser implementado desde 2023 até o final deste Governo, deixando pequeno saldo a ser concluído após 2026.

Ressalta ainda que o Ministério do Planejamento está coordenando trabalho envolvendo os vários Ministérios para a identificação dos territórios priorizados nos Programas do PPA, o que permitirá dispor da leitura regional das ações das políticas públicas federais, em especial as setoriais (valorizando a implementação de **políticas regionais implícitas**).

Em paralelo, o CONSÓRCIO NORDESTE, apoiado pela CEPLAN Consultoria, solicitou aos Governadores do Nordeste a indicação de **projetos prioritários de corte regional** (aqueles que atenderiam a mais de uma unidade da federação).

Desta forma, foram identificados projetos e **iniciativas prioritárias a serem patrocinadas pelo Consórcio Nordeste**, inclusive aquelas formuladas pela Consultoria e que dialogam

estritamente com as oportunidades e desafios apresentados e analisados na primeira parte do estudo.

Assim, **a Parte 2**, foi construída em quatro grandes capítulos.

Para a confecção do primeiro (Capítulo 12) se recorreu às respostas enviadas ao Consórcio Nordeste pela grande maioria dos Governos Estaduais. Elas estão aqui sistematizadas e refletem prioridades que foram identificadas **por mais de um Estado**.

Para o segundo (Capítulo 13, se trabalhou analisando e sistematizando o material divulgado pela Casa Civil do Governo Federal e que se constitui no Novo PAC. Ele embute, todavia, dois vieses importantes: i) **valorizam o olhar no curto prazo**, pelo que grande parte dos projetos prioritários são obras inacabadas, posto que um de seus objetivos centrais é o de promover investimentos para impulsionar a economia nacional; ii) **partem da indicação de cada Governador**, o que fortalece a relação Inter federativa (Governo Federal e cada UF), mas termina por fragilizar a leitura regional (de onde derivam projetos que interessam a mais de um Estado), foco de atuação do Consórcio Nordeste.

Um esforço para destacar os **projetos regionais** foi feito, contando com o apoio fundamental da Casa Civil. Para isso, foram considerados aqui, como sendo **regionais** projetos que **se localizam, no Nordeste, em mais de uma Unidade da Federação**.

Com olhar nas heranças e nas oportunidades e desafios que o futuro evidenciam, foram construídos dois capítulos (Capítulos 14 e 15), nos quais, privilegiando a visão regional, se coloca um duplo olhar: **no futuro**, para identificar novas **oportunidades** para o desenvolvimento regional, num momento de ruptura de antigos padrões que guiaram o desenvolvimento socioeconômico, e portanto, onde a **inovação** joga papel central; e ii) **no passado**, para enfrentar déficits herdados e, considerando ameaças latentes no ambiente, com relevantes **abordagens inovadoras**. Estes dois últimos são sugestões da Consultoria baseadas nos resultados das análises realizadas, especialmente no Capítulo 11 que foca os desafios nordestinos no presente.

As duas Partes, em seu conjunto, servem de subsídio ao trabalho dos (das) dirigentes estaduais reunidos (as) no Consórcio Nordeste, para impulsionar **novos debates** e promover **novas iniciativas** a serem implementadas na região.

Destaque-se, que dada as desigualdades regionais herdadas e a magnífica diversidade regional do país, serão necessárias políticas regionais **explicitas** (lideradas pelo Ministério da

Integração e Desenvolvimento Regional - MIDR) e políticas regionais **implícitas**, embutidas nas escolhas dos projetos dos Ministérios e Secretarias Estaduais e Municipais.

Por fim, no Capítulo 16, além de tecer algumas considerações finais, são elencadas as 5 (cinco) iniciativas estratégicas consideradas prioritárias e que merecem uma **atenção especial** dos Governadores em 2024.

PARTE I:

NORDESTE - AVANÇOS.

OPORTUNIDADES E DESAFIOS

PARTE I.1:

**NORDESTE NO INÍCIO DO
SÉCULO XXI - MUDANÇAS E
PERMANÊNCIAS**

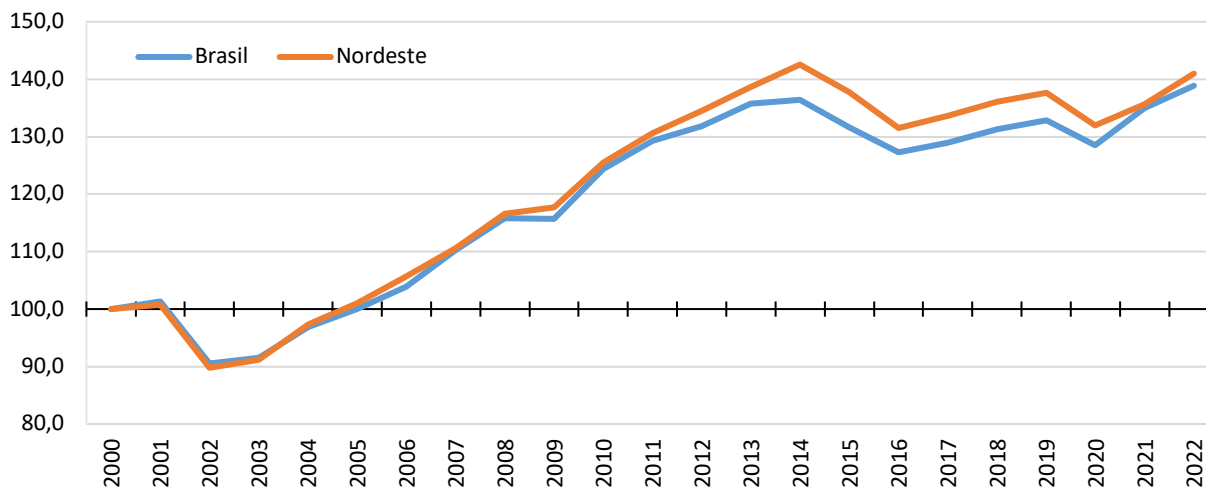
CAPÍTULO I: Comportamento da Economia do Nordeste 2000-2022: a Interrupção de Antiga Trajetória e uma Permanência do Desafio de Elevar a Produtividade

No Brasil do século XX, comandado pelo avanço da industrialização e pela urbanização intensa, a concentração no que hoje chamamos Sudeste marcou presença, “domando” a rica diversidade regional brasileira, um ativo estratégico do país. Naquele momento, o Nordeste não acompanhou o ritmo acelerado da economia brasileira e as transformações que se impunham. Perdera o trem da industrialização substitutiva de importações, reduzindo gradualmente seu peso na economia nacional, mesmo com a criação da SUDENE e outras iniciativas relevantes. E também perdeu peso na população, visto que a emigração era imposta como saída para uma grande maioria de nordestinos, vinda, sobretudo, de suas áreas rurais. Ficou marcado como “terra de arribação”.

No século XXI, esta trajetória foi interrompida. A industrialização perdia força como motor da economia nacional enquanto várias iniciativas, em especial de políticas públicas ao lado de iniciativas empresariais relevantes impulsionaram a base produtiva nordestina. A trajetória anterior se interrompeu. O Nordeste passou, lenta, mas firmemente, a acompanhar de perto e, em muitos momentos, a ultrapassar, a dinâmica da economia nacional, como mostra o gráfico a seguir.

GRÁFICO 1

Brasil e Nordeste: número-índice do volume do PIB – 2000 a 2022 (base: 2000 = 100)



Fonte: Contas Regionais do Brasil/IBGE (Brasil e Nordeste: 2000 a 2020); Contas Nacionais Trimestrais/IBGE (Brasil: 2021); Índice de Atividade Econômica do Banco Central do Brasil - IBC (Brasil: 2022; Nordeste: 2021 e 2022).

De 2002 a 2019, enquanto o PIB brasileiro se expandiu 46,4% o do Nordeste cresceu 53,3%, taxa superior à presenciada no Sudeste (39,4%) e no Sul (42,1%), segundo dados do IBGE.

Este comportamento predomina até antes da pandemia, com poucas distinções setoriais, como mostra a Tabela 1, abaixo. Na indústria e no Comércio e Serviços a economia do Nordeste cresceu acima da média nacional e sobretudo superou o ritmo do Sudeste e do Sul. Na agropecuária cresce abaixo da média em tempos de liderança do centro-Oeste e do Norte.

Em paralelo, a emigração para outras regiões perde força e os movimentos migratórios intrarregionais passam a prevalecer, liderada pela emigração campo-cidade dentro da própria região. A porção oeste do Nordeste, antes relativamente pouco ocupada, recebe migrantes vindos sobretudo do Sul. Passa a ser, ali, “terra de imigração”

Apesar dessas mudanças, o Nordeste ainda abriga cerca de 26% da população do país (Prévia do Censo Demográfico - IBGE) e responde por 15% do PIB brasileiro. Mas a renda per capita nordestina que era 1/3 da nacional em meados do século XX, aumentou para 44% em 2000 e para 52,2% em 2018 (antes da pandemia).

Vale lembrar, no entanto, que, em que pese os avanços significativos verificados da estrutura produtiva regional, a maior parte das empresas do Nordeste ainda apresentam baixo grau de produtividade do trabalho (valor agregado por pessoa ocupada, segundo IBRE/ FGV). Em 2020 a região registrou o menor índice entre as regiões brasileiras, com o Sudeste tendo praticamente o dobro de produtividade. O baixo grau de produtividade verificado tem a ver, sobretudo, com defasagens em termos de capital humano e inovação. A baixa produtividade, em seu turno, acaba contribuído para um também baixo padrão de competitividade.

TABELA 1

Brasil e Grandes Regiões: taxa anual média de crescimento do PIB e do Valor Adicionado Bruto, segundo setores de atividade (em % a.a.), 2002-2017

ESPECIFICAÇÃO	BRASIL	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE
Produto Interno Bruto	3,1	4,3	3,8	2,6	3,5	4,2
Valor Adicionado Bruto	3,1	4,4	3,7	2,6	3,3	4,3
Agropecuária	2,0	4,5	1,0	1,0	1,8	3,2
Indústria	1,7	4,1	2,5	0,9	2,3	3,2
Comércio e Serviços	3,9	4,5	4,7	3,4	4,1	4,9
Impostos	2,8	3,5	3,6	2,2	3,5	3,6
Adm. e Seg. Pública	3,7	4,7	4,3	2,8	4,5	4,1

Fonte: IBGE - PIB Municipal. Valores de 2002 a preços de 2017, corrigidos pelo IGP-DI, FGV.

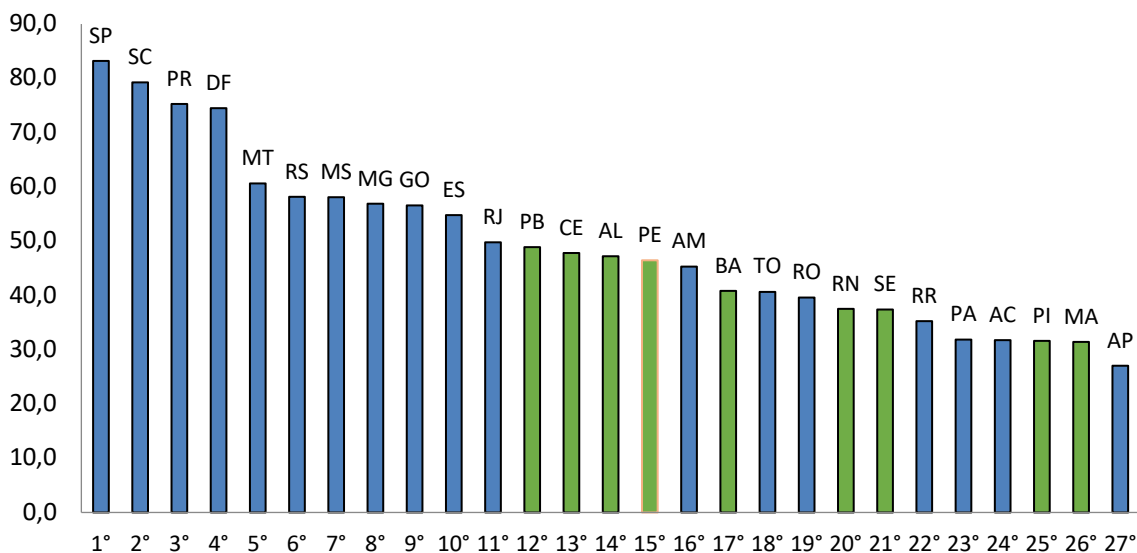
O Gráfico 2, a seguir, mostra o ranking da competitividade dos estados do Brasil, elaborado pelo Centro de Liderança Pública (CLP) e a consultoria Tendências. O índice de competitividade

expressa a combinação dos seguintes itens: sustentabilidade ambiental, capital humano, educação, eficiência da máquina pública, infraestrutura, inovação, potencial de mercado, solidez fiscal, segurança pública e sustentabilidade social. É possível observar que um bloco de estados do Nordeste está numa posição intermediária do ranking, do 11º lugar ao 15º lugar: Paraíba, Ceará, Alagoas e Pernambuco (Bahia vem próximo, em 17º lugar). Já num segundo bloco, de estados que estão entre os piores do ranking, tem-se o Piauí em 25º lugar e o Maranhão em 26º lugar.

Portanto, a mudança na trajetória não faz desaparecer um antigo desafio: elevar a competitividade da economia regional.

Estudos recentes do CEDEPLAR/UFMG sobre a complexidade produtiva e o desenvolvimento regional, feitos em abordagem multi-escalar, vem reafirmando a forte concentração da produção de bens e serviços de maior complexidade no Sul e Sudeste. Na escala regional, descendo a análise por mesorregiões do IBGE, o Nordeste revela a antiga predominância litorânea na oferta de bens e serviços mais sofisticados, mas já se destacam manchas relevantes no interior, o que é um avanço importante.

GRÁFICO 2
Ranking de competitividade dos estados do Brasil em 2022



Fonte: Centro de Liderança Pública – CLP e Tendências Consultoria Integrada (2022).

CAPÍTULO 2: Mudanças na Estrutura Setorial e Avanço da Interiorização da Base Produtiva

Nos três grandes setores que compõem a base produtiva regional duas macro-tendências se observam: mudanças na composição da produção e redução da predominância da localização litorânea herdada do longo processo de ocupação humana e econômica.

2.1. Agropecuária: Ampliação e Diversificação

Abrigando três biomas (mata atlântica, caatinga e cerrados) o Nordeste é herdeiro de uma base produtiva agropecuária secular e sobretudo diversa.

Nas décadas recentes, mudanças relevantes foram transformando a realidade do mundo rural nordestino com impactos no urbano:

Na porção cerrado, à oeste: o engate no MATOPI-BA, acolhendo o movimento de expansão do agronegócio que predomina no Centro-Oeste e norte do país, com avanço mais recente no sul do Maranhão e do Piauí, ao lado do mais antigo engate do oeste da Bahia;

No semiárido, onde predomina o bioma caatinga: o desmonte do velho complexo gado/algodão/policultura de subsistência, mais evidente com o fim do algodão produzido em regime de parceria dentro do latifúndio pecuário e convivendo com a agricultura de alimentos – lastro principal da alimentação da maioria dos produtores rurais. Esta velha estrutura econômica e seus impactos políticos e sociais foi denunciada por Celso Furtado, no relatório do GTDN (capítulo sobre as secas), ao lado da hegemonia da “política hidráulica” que beneficiava sobretudo os “donos da terra”, antigos “coronéis” da política.

A base pecuária resiste e se transforma, com avanços importantes como os da avicultura e da ovinocaprinocultura, a presença de novos abatedouros, a ligação com a indústria (exemplo do leite e lácteos). Além disso avança a apicultura – em especial para oferta de mel orgânico, inclusive para exportação.

Por sua vez, onde há oferta de água, ampliou-se a agricultura irrigada em vários estados do Nordeste, com destaque para a fruticultura, voltada predominantemente para a demanda internacional. E outras iniciativas, como a produção de flores e hortaliças.

Nos anos recentes, novas dinâmicas produtivas podem ser observadas no semiárido, a exemplo da valorização de novos ativos (plantas tolerantes a altas temperaturas e ao stress hídrico) num mundo que busca essências e espécies que geram fármacos, cosméticos, entre outras e no qual a bioeconomia ganha espaço.

Novos ativos foram construídos como o de um novo padrão de qualificação da população, o que permite substituir a importância de velhos e analfabetos que ainda aparecem no Censo Agropecuário de 2017, por uma juventude qualificada e ávida para construir um novo momento e que pode contar com uma boa estrutura de educação média e superior e de C,T & Inovação (mais de dez campus universitários +INSA e EMBRAPA SEMIÁRIDO...).

Por sua vez a o debate sobre os recursos hídricos avançou com a implementação do projeto de Integração do São Francisco - PISF, na porção oriental do semiárido nordestino ao mesmo tempo em que se avançou no aproveitamento do potencial de ação da CODEVASF, que atinge agora duas bacias estratégicas (a do São Francisco e a do Parnaíba), e da implementação de políticas que avançaram para enfrentar o desafio do uso racional da água (destaque para o Ceará).

E do avanço na produção das novas energias limpas e renováveis (destaque para a eólica e solar) a serem tratadas com mais detalhe em um outro capítulo.

Na mata atlântica, observa-se o engate na era das novas energias (destaque para o etanol e produtos da bioeletricidade gerada com base no bagaço de cana). Por outro lado, ganharam peso importante as áreas desapropriadas para novos tipos de experiências (apesar do avanço lento) ao mesmo tempo em que se investe em infraestrutura, e em uma nova base universitária e de formação profissional, entre outros ativos. Vale também chamar a atenção neste bioma e em áreas contíguas – o que configura os Tabuleiros Costeiros – a expansão da cultura do milho, iniciando-se por Sergipe e alcançando os municípios vizinhos dos estados da Bahia e de Alagoas, em um primeiro momento. Este crescimento expressivo chegou a dotar a região com a alcunha SEALBA – Sergipe, Alagoas e Bahia.

A SEALBA, em termos de época de safra, não compete com as safras do Cerrado, fazendo com que boa parte da mecanização requerida seja atendida pelo leasing ou pela prestação de serviços de empresas de mecanização que operam no Oeste da Bahia, sul do Maranhão e do Piauí. A principal implicação deste novo polo produtor de grãos, uma vez que também tenta se

introduzir a soja, é o arrefecimento da pressão sobre as cadeias produtivas da avicultura, indústria da alimentos, basicamente a farinha de cusuz, e de bebidas.

O próximo passo, que inclusive já vem sendo trabalhado pela iniciativa privada, é elevar a capacidade de produção de milho e sorgo nas áreas semiáridas dos estados de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. Valendo ressaltar que devido as características da divisão fundiária do Agreste, fundamentalmente de propriedades abaixo de dez módulos fiscais, esta nova fronteira agrícola conta e é dirigida em primeiro lugar ao público que exerce a agricultura familiar.

Uma mudança em processo – tendendo a ganhar força – é a que se observa entre os pequenos e médios produtores, sobretudo os que representam a agricultura familiar – em particular a voltada para a oferta de produtos orgânicos – uma vez que, percebe-se resultados iniciais das políticas de capacitação, promoção e extensão, e onde cada propriedade, independentemente de seu tamanho, tende a se constituir em “unidade de negócios”. Esta tendência demonstrará ao jovem que foi realizar seus cursos de nível médio e superior que há perspectiva para ele no meio rural, lidando com as cadeias produtivas com melhor perspectivas de mercado.

2.2. Indústria de Transformação: Avanços Recentes

A indústria de transformação comandou o crescimento da economia nacional ao longo de várias décadas do século passado, mas perdeu força a partir dos anos 80, recuando de 27%, em 1986, para 15,3%, em 2000, e apenas 11,3%, em 2021, sua participação no PIB do país (IPEADATA). Enquanto isso, a indústria se transformava no mundo sob o comando de novos padrões técnicos e organizacionais e crescente liderança da China. O Brasil precisa, portanto, se reposicionar.

Nas décadas finais do século passado, a exagerada concentração territorial da indústria em São Paulo arrefeceu, sobretudo pós anos 80, estendendo-se para um polígono que incorpora o Rio de Janeiro, o Sul do país, chegando ao norte até Belo Horizonte (estudos de Celio CAMPOLINA DINIZ & CROCCO e IPEA).

O Nordeste engatou nesse movimento de desconcentração, em especial no século XXI, ampliando seu peso no Valor da Transformação Industrial (VTI) brasileiro de 7,4% em 1995 para 10,5% em 2015, caindo para 9,5% em 2020 (ano da pandemia). Nessa trajetória, merece

destaque a Bahia (cuja participação se amplia de 2,8% em 1995 para 4,3% em 2015) e Pernambuco (que atraiu importante bloco de investimentos, em especial para SUAPE, passando de 1,5% para 2,0% seu peso relativo neste mesmo período). O Ceará também engata nesse movimento de avanço da indústria, como o fazem o Rio Grande do Norte e o Maranhão que exibem igualmente ganho de participação enquanto o PI, AL e SE mantêm seus respectivos pesos, aliás, muito modestos, na indústria nacional, como se vê na Tabela 2.

TABELA 2

Região Nordeste: Evolução da participação no valor da transformação industrial do Brasil (%) - 1995, 2015 e 2020

UNIDADE TERRITORIAL	1995	2015	2020
NORDESTE	7,4	10,5	9,5
MA	0,4	0,6	0,7
PI	0,1	0,2	0,2
CE	0,9	1,4	1,3
RN	0,4	0,7	0,6
PB	0,4	0,4	0,3
PE	1,5	2,0	1,9
AL	0,4	0,4	0,3
SE	0,4	0,4	0,3
BA	2,8	4,3	3,8

Fonte: Pesquisa Industrial Anual - Empresa (PIA-Empresa/IBGE).
Elaboração Ceplan.

Nas primeiras décadas do presente século, a indústria do Nordeste vem apresentando mudanças estruturais importantes, com parte de suas atividades tradicionais se fortalecendo, caso de alimentos e bebidas, embaladas pela explosão de consumo verificada naquele período e pela presença maior de grandes grupos empresariais nacionais e internacionais com níveis de produtividade mais elevados, enquanto outra parte apresentava segmentos com perda de participação, como as indústrias têxtil e de confecção, artigos de vestuário e acessórios, fortemente atingidas pela maior concorrência de produtos importados e pela crise da economia brasileira a partir de 2015.

Em seu turno, indústrias não tradicionais ganharam espaço na economia regional, apontando para a conformação de novas cadeias produtivas, como as indústrias automotiva, de refino de petróleo e petroquímica e a farmoquímica e farmacêutica.

TABELA 3

Nordeste: Valor da Transformação Industrial (VTI) por segmento da indústria de transformação - 2000, 2010 e 2020 (%)

SEGMENTOS	2000	2010	2020
Total	100,0	100,0	100,0
Bens de consumo não duráveis	36,7	37,3	34,8
Fab.de produtos alimentícios e bebidas	21,0	22,7	25,7
Fab. de produtos têxteis	7,0	3,2	1,9
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	2,6	3,7	2,2
ção de couros e fab. de art. de couro, art. viagem e calçados	4,4	7,0	4,6
Impressão e reprodução de gravações	1,7	0,7	0,4
Bens intermediários	55,8	51,1	56,9
Fab. de celulose, papel e produtos de papel	4,2	4,3	6,5
Fab. de coque, de prod. derivados do petróleo e de biocombustíveis	16,8	16,0	17,9
Fab.de produtos químicos, farmoquímicos e farmacêuticos	16,6	11,6	12,0
Fab. de produtos de borracha e de material plástico	1,9	3,6	4,1
Fab. de produtos de minerais não-metálicos	4,4	5,5	5,0
Metalurgia	8,0	6,1	6,8
Fab.de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	1,9	2,3	2,3
Fab. de produtos diversos e atividades de instalação industrial	1,9	1,7	2,3
Bens de consumo duráveis e de capital	7,5	11,6	8,3
Fab. de produtos de madeira e móveis	1,3	1,4	1,1
Fab. de máquinas e equipamentos, eletrônicos e materiais elétricos	5,7	3,9	3,3
Fab. de veículos automotores, reboques e carrocerias	0,3	5,1	3,8
Fab. de outros equip.s de transporte, exceto veículos automotores	0,1	1,1	0,1

Fonte: Pesquisa Industrial Anual - Empresa/IBGE. Elaboração Ceplan.

Os dados do Valor da Transformação Industrial – VTI (PIA/IBGE), conforme pode ser visto na Tabela 3, mostram que cinco atividades foram responsáveis por cerca de 78,5% da produção industrial regional no ano de 2020: produtos alimentícios e bebidas (25,7%); coque, derivados do petróleo e biocombustíveis (17,9%); produtos químicos, farmoquímicos e farmacêuticos (12%); metalurgia (6,8%) e celulose e papel (5,4%). Além do peso na economia, chama atenção nesta informação a relevância dos bens intermediários na matriz produtiva industrial do Nordeste, com uma contribuição de 56,9% do total regional; seguido dos bens de consumo não duráveis com 34,8% e de 8,3% dos bens de consumo duráveis e de capital, em que se destaca a indústria de veículos automotores.

Destaque-se, em Pernambuco, a consolidação do complexo industrial portuário de SUAPE, que registra, hoje, 150 empresas de vários segmentos industriais instalados em seu perímetro, como: Alimentos e Bebidas, Componentes Eólicos, Farmoquímico, Geração de Energia, Material

de Construção, Metalmecânico, Naval e Offshore, Refino de Petróleo e Petroquímica, Pré-forma Plástica, entre outros.

Ainda em Pernambuco merece destaque, na Mata Norte, a instalação de novo polo automotivo (Goiana) cujos impactos transbordam para a Paraíba (destaque para João Pessoa), ao mesmo tempo em que interiorizam alguns sistemistas e se articulando com ativos pré-existentes no estado, como as indústrias MOURA (acumuladores) e o Porto Digital (softwares). Estes segmentos têm forte vinculação com o movimento mundial de transição da indústria automotiva rumo ao carro elétrico.

Vale ainda destacar a) o avanço da cadeia de papel e celulose no Maranhão; b) a presença da siderurgia (Maranhão e Ceará); c) da extração de petróleo (Rio Grande do Norte e Bahia), da produção de derivados de minerais não metálicos (Bahia, Rio Grande do Norte e Maranhão), d) da transformação de petróleo e produção de biocombustíveis (Pernambuco), e) da produção emergente de gás natural em Sergipe, f) de estaleiros nos Complexos Portuário e Industrial de Suape (Pernambuco) e Aratu (Bahia), g) de polos farmoquímicos, em Eusébio (Ceará), Suape (Pernambuco), h) da expansão da indústria de couro e calçadista na Paraíba e Ceará, entre outros.

Vale ainda referência especial para o crescimento recente das indústrias produtoras de bens associados a energias renováveis (sobretudo eólica e solar), que já aparece, embora modestamente, na estrutura industrial de todos estados do Nordeste, em especial, Pernambuco, Bahia, Ceará e Rio Grande do Norte. Além de contribuir com a geração e comercialização de uma energia limpa e sustentável, o Nordeste tem revelado oportunidade de investimentos na fabricação de equipamentos e no desenvolvimento tecnológico. Mais recentemente ainda, e com grande potencial de expansão, verifica-se a emergência da produção de energia a partir do hidrogênio verde, com grandes empresas globais demonstrando interesse em investir na região, e já com o início da instalação de algumas plantas como as de grupo francês no Complexo de Suape (PE) e de Pecém (CE).

Em todos esses estados, os espaços metropolitanos protagonizaram o movimento de ampliação da presença da indústria na economia regional. Mas, no Nordeste, como no Brasil, verifica-se nas décadas recentes um movimento de desconcentração rumo às demais capitais (ainda dominando, portanto, a localização no litoral) mas igualmente na direção do interior.

Estudo recente do IPEA mostra que das Aglomerações Industriais Regionais (AIR) do país, 27 se localizam no Nordeste, sendo que 17 (63%) estão em cidades com população entre 100 mil

e 1 milhão e habitantes. Este movimento foi forte no período 1995 a 2015, portanto, antes da crise recente da economia brasileira. O interior da Bahia (porção sul do estado), Pernambuco (SUAPE, Mata Norte, Vitória de Santo Antão, além de Caruaru e entorno) Ceará (Cariri e Sobral) RN (mesorregião de Mossoró, segundo IBGE) e a região do MATOPIBA foram os territórios que se destacaram neste movimento de interiorização industrial. (IPEA, Brasil, Brasis, Aristides Monteiro e outros, 2021).

Importante finalmente destacar que os efeitos da crise econômica brasileira a partir de 2015, promovem a desaceleração de investimentos em segmentos industriais novos que vinham em expansão no Nordeste, como a indústria naval; bem como, da construção civil. Mas, alguns destes investimentos devem ser retomados, porém com redefinição relevante de escala e foco de produção (caso da indústria naval) e, em sintonia com o desempenho da economia regional, espera-se avanços na construção civil.

Como se vê, a indústria localizada no Nordeste experimentou, recentemente, mudanças importantes.

2.3. Serviços

Os serviços, acompanhando tendência mundial, vinham ganhando peso na economia brasileira, e ampliaram sua participação no PIB de 67,2% em 1995 para 73,3% às vésperas da pandemia (2019), quando foi muito atingida (caindo para 69,8% em 2021), segundo IPEADATA.

Importante lembrar que o setor apresentou ao longo da primeira década do século XXI um relevante dinamismo, impulsionado sobretudo pelo boom do consumo verificado no Brasil, e de forma ainda mais vigorosa na região Nordeste. Este efeito foi particularmente intenso nas atividades comerciais, que cresceram à taxa de 3,8% a.a. nesta década, bem acima do ritmo do agregado da economia regional que foi de 2,4%a.a. E quando se examina outro indicador, o de volume de vendas do comércio varejistas (Pesquisa Mensal do Comércio – PMC-IBGE), considerando o ano de 2000 como base 100, verifica-se que, no período 2000 a 2013, o índice de vendas do conjunto da economia brasileira apresentou um incremento no período de 98%; enquanto os índices apresentados pelos três principais estados do Nordeste – Bahia, Pernambuco e Ceará – foram respectivamente de 103%, 112% e 143% (o estado da Paraíba foi o que obteve o incremento na região, com um acréscimo de 167%).

TABELA 4

Brasil e Nordeste: Distribuição (%) do valor adicionado bruto, por setor de atividade econômica

ATIVIDADES ECONÔMICAS	BRASIL			NORDESTE		
	2002	2010	2020	2002	2010	2020
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Agropecuária	6,4	4,8	6,6	10,0	6,7	8,9
Indústria	26,4	27,4	22,5	23,0	22,9	19,1
Indústrias extrativas	2,0	3,3	2,9	1,9	2,1	0,8
Indústrias de Transformação	14,5	15,0	12,3	9,7	9,7	9,0
Eletricidade e gás, água, esgoto	3,4	2,8	3,2	3,5	3,3	4,6
Construção	6,5	6,3	4,1	7,9	7,8	4,7
Serviços	50,7	51,5	53,5	43,5	46,0	46,0
Comércio e reparação de veículos motocicletas	7,7	12,6	12,5	8,4	14,4	12,4
Transporte, armazenagem e correio	3,7	4,3	4,1	3,2	3,6	3,2
Alojamento e alimentação	2,0	2,1	1,8	2,3	2,7	2,4
Informação e comunicação	4,3	3,8	3,6	3,1	2,0	1,8
Atividades financeiras, de seguros	7,9	6,8	6,9	3,9	3,1	3,6
Atividades Imobiliárias	10,7	8,3	9,9	10,9	8,7	10,0
Atividades profis. científicas e técnicas, adm	6,5	7,4	7,9	4,6	5,9	6,1
Educação e saúde privadas	3,9	3,0	4,2	3,7	2,6	3,9
Outras atividades de serviços	4,0	3,1	2,5	3,4	3,1	2,4
Administração Pública	16,5	16,3	17,4	23,6	24,4	26,0

Fonte: Pesquisa Industrial Anual - Empresa/IBGE. Elaboração Ceplan.

17

As informações da Tabela 4 chamam atenção para o peso elevado dos serviços de administração pública no total do VAB da região, 26% em 2020, quando a média brasileira neste ano foi de 17,4%.

Ressalta-se, nos anos iniciais do século XXI, o potencial de crescimento experimentado pelos serviços das áreas de Tecnologia da Informação, podendo ser citada a expansão do Porto Digital do Recife (PE), do polo de telecomunicações de Fortaleza, do polo de informática de Salvador, e a emergência de novos núcleos de TIC, como o de Maceió e o de Natal, além do tradicional centro de pesquisa e desenvolvimento da área de eletrônica de Campina Grande (PB).

Centros logísticos se expandiram e se destacam na região, a exemplo de dois grandes condomínios logístico: o Cone Suape (PE) e Cone Aratu (BA).

Por sua vez, cadeias turísticas experimentam processo de renovação e ampliação representada pela implantação de novos resorts e hotéis especialmente ao longo do litoral nordestino.

2.4. Comércio Exterior

O comércio exterior do Nordeste, em que pese a baixa participação no contexto Nacional (cerca de 7,5% das exportações do Brasil e 11,4% das importações, em 2022) tem apresentado importante evolução nas últimas décadas e, sobretudo, mudanças estruturais relevantes.

Em termos da trajetória a região registrou comportamento similar ao comércio externo brasileiro, sofrendo influências praticamente das mesmas tendências externas e internas, além dos efeitos de longa estiagem que sofreu em anos recente. As exportações no NE alcançaram US\$ 27,2 bilhões em 2022, frente a US\$ 4,4 bilhões em 2002, incremento de 518,2%. Já as importações registraram US\$ 34,5 bilhões em 2022 face a US\$ 4,6 bilhões em 2000, aumento de 650%. Aumentos que superaram os apresentados pelo comércio brasileiro. Quando se observa a participação das exportações do Nordeste no total do Brasil, pouca alteração ocorreu nos anos recentes (7,2% em 2002 para 7,8% 2022); já as importações regionais, que correspondiam a 8,5% em 2002, alcançaram mais de 12% em 2022.

Com relação ao saldo comercial, a região registrou, ao contrário do resultado do País, déficits em 2002 e (-US\$0,2 bilhões) e 2022 (-US\$ 7,3 bilhões). Parte da explicação sobre esses déficits, como com apontam estudos recentes do ETENE/BNB, diz respeito às aquisições de combustíveis e lubrificantes.

As origens das exportações nordestinas se concentram 91% em quatro estados: Bahia ((47% do total), Maranhão (21%), Ceará (13%) e Pernambuco (10%). Do ponto de vista da pauta exportadora fica evidente a significativa mudança ocorrida nas últimas décadas, com o aumento da participação de novos produtos e perda relativa da contribuição de produtos mais tradicionais. Considerando os cinco principais itens exportados em 2022, que correspondem a cerca de 51% do total, pela ordem de contribuição foram: soja, óleos combustíveis, produtos de ferro e aço, papel e celulose, além do óxido de alumínio.

Importante observar que os produtos industrializados, que detêm maior valor agregado, correspondem a cerca de 70,2% do total da pauta em 2022 (no entanto esta participação já foi maior em 2000 quando alcançou 79,8%). Observando-se o desempenho dos anos recentes, constata-se que os produtos básicos (com grau de elaboração menor), foram os que apresentaram maior crescimento, e isto se deve, sobretudo ao dinamismo verificado na

exportação de soja do oeste da Bahia e mais recentemente do sul do Maranhão. A soja já corresponde a 17% do total das exportações regionais, sendo o principal produto da pauta.

Ainda na exportação de produtos básicos, vale ressaltar a importância das frutas. Dados da FAO/Nações Unidas, 2021), indicam que quatro estados do Nordeste lideram as exportações de fruta do Brasil: Pernambuco, Bahia, Ceará e Rio Grande do Norte. No caso de Pernambuco destaca-se o município de Petrolina grande produtor de uva, manga e goiaba. Chama atenção ainda a demanda em curso, embora ainda não em volume, das exportações de carne de bode e leite de cabra, com potencial de produção de Pernambuco, Paraíba, Bahia, Ceará e Piauí.

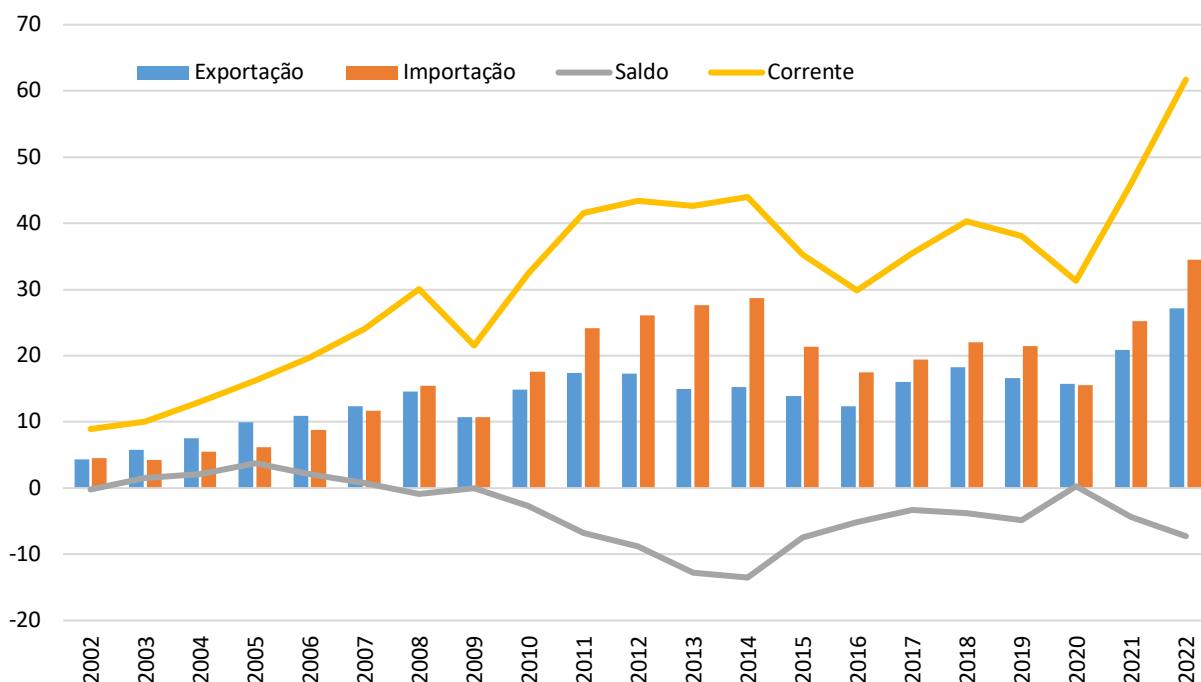
Os principais produtos manufaturados da região voltados para exportação são: óxidos e hidróxidos de alumínio; óleos combustíveis e automóveis. Saliente-se que o setor automotivo regional começou a se fortalecer com a inauguração em 2011 da fábrica da Ford em Camaçari, na Bahia; e da instalação do polo automotivo do GRUPO STELLANTIS (que absorveu o FCA), em Goiana, Pernambuco.

Do ponto de vista do destino, registrou-se nos anos recentes um importante aumento do número de países compradores dos produtos nordestinos: em 2000 se exportava para 132 países, em 2020, este número subiu para 190, não obstante, cinco deles representarem 63,5% das exportações da região. Vale destacar que, em 2000, a China respondia por apenas 1,1% das exportações regionais e que agora atinge 13,1%, sendo o principal destino.

Com relação as importações, os principais países de origem das importações nordestinas em 2022 foram: Estados Unidos (36,1%), China (13,5%) e Índia (4,7%) que responderam por 54,3% do total. Comparativamente ao mesmo período de 2021, cresceram as compras oriundas dos Estados Unidos (+95,4%), da China (+39,1%) e Argentina (+31,4%). O resultado das importações nordestinas em 2022 foi motivado, principalmente, pelo aumento das compras de Combustíveis e Lubrificantes (40,5% da pauta) e de Bens Intermediários (51,9%). Os destaques da categoria Combustíveis e Lubrificantes foram as aquisições de Óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (exceto óleos brutos), gás natural, liquefeito ou não e óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos, crus. Já na pauta de importações de bens intermediários, ressaltaram-se: adubos ou fertilizantes químicos (exceto fertilizantes brutos); e Trigo e centeio, não moídos.

GRÁFICO 3

Valor das exportações e importações de bens, saldo da balança comercial e corrente de comércio exterior 2002 a 2022 (valores em bilhões US\$ FOB)



Fonte: ComexStat. Elaboração Ceplan.

Fazendo-se um balanço do desempenho recente do comércio exterior das principais economias do Nordeste¹ merecem ser feitos os seguintes destaques:

A Bahia, que representa 28% do PIB nordestino, respondeu por 3,6% das exportações nacionais em 2021, ocupando o 9º lugar entre os estados brasileiros. Por outro lado, contribuiu com 3,7% das importações, e registrou um superávit comercial de \$1,9 bilhões. Soja, óleos combustíveis e celulose responderam por 41% das exportações baianas. Óleos combustíveis, gás natural e fertilizantes foram as principais importações. A presença de óleos combustíveis dos dois lados da balança comercial reflete o comércio em subitens distintos – exportações de óleo combustível de baixo enxofre, típicas da refinaria de Mataripe, e importações de diesel, por exemplo.

Já Pernambuco, a segunda economia da região, teve uma performance comercial mais modesta, registrando um déficit de \$4,5 bilhões em 2021. A pauta de exportações é diversificada, sendo liderada por óleos combustíveis, veículos, frutas e nozes e produtos petroquímicos, depois de secular domínio do açúcar. Partes e acessórios de veículos são também um dos principais itens da pauta de importação, evidenciando a importância relativa do setor automotivo para o comércio exterior e a economia estadual.

O Ceará também apresentou déficit comercial, em 2021, um saldo de -\$1,1 bilhões. Os principais componentes da sua pauta exportadora foram produtos metalúrgicos semiacabados ou básicos (representando juntos quase 60% do valor exportado total). Enquanto os principais itens da pauta de importação foram óleos combustíveis e carvão, indicando o aumento do uso de termelétricas na matriz energética do estado.

Finalmente, o Maranhão, possui uma corrente de comércio diversificada, com superávit pouco abaixo de \$200 milhões em 2021. Os principais produtos exportados foram alumina, soja, minério de ferro e celulose. Por outro lado, óleos combustíveis e fertilizantes respondem por quase 90% do valor total importado.

Portanto, a dinâmica recente do comércio exterior das quatro principais economias permite duas constatações relevantes: i) entre as maiores economias da região, apenas a Bahia vem gerando superávits comerciais significativos; e ii) observa-se crescente diversificação do comércio exterior das principais economias nordestinas.

CAPÍTULO 3: Ampliação da Base de Ciência, Tecnologia & Inovação e de Ensino Superior e Médio

3.1. Avanços na Produção de Conhecimento Científico e Tecnológico e no Acesso ao Ensino Superior

Como ocorre em vários países, grande parte dos investimentos em P&D realizados no mundo destina-se às universidades e instituições públicas de pesquisa. No Brasil, da mesma forma, a maior parte da ciência é realizada por alunos de pós-graduação (mestrado, doutorado e pós-doutorado) nas universidades públicas, sob a orientação de seus professores pesquisadores. A produção de conhecimento científico e tecnológico, portanto, depende diretamente da existência e de investimentos nas infraestruturas de pesquisa científica e tecnológica e de processos de gestão (cérebros, equipamentos, insumos, facilidades, governança institucional e mecanismos de investimentos etc.). O Brasil é o 13º no ranking mundial de produção científica, mas enfrenta queda nos números quando o assunto é inovação, o que significa um grande potencial mercadológico, científico e social desperdiçado.

No Brasil, as universidades públicas, federais e estaduais, são as responsáveis por mais de 95% da produção científica. Dentre as 20 universidades públicas brasileiras que mais publicam (5 estaduais e 15 federais), 10 estão no Sudeste, 5 no Sul, 3 no Nordeste e 2 na região Centro-Oeste.

O Nordeste sedia 38 universidades públicas (30 federais e 8 estaduais) e conta com 20% dos programas de pós-graduação avaliados e reconhecidos no país (MEC/CAPES), cujos pesquisadores são responsáveis por 20,5% dos grupos de pesquisa ativos (MCTI/CNPq) – em 2004 a região abrigava 18,3% dos grupos de pesquisa do país. Ainda segundo os dados do MCTI/CNPq (Censo 2016), dos 217 mil pesquisadores atuantes, 146 mil têm pelo menos nível de doutorado, ou 67,5% do total – o Nordeste abriga 45 mil pesquisadores (20%), dos quais 60,7% possuem pelo menos nível de doutorado. Portanto, esse importante ativo disponível na região, permite hoje apostar na construção de redes de colaboração – a exemplo da Rede Nordeste de Biotecnologia - RENORBIO, robustecendo a importância do envolvimento de pesquisadores e de instituições sediadas no Nordeste em temas estratégicos para o Brasil e para a região.

Os indicadores crescentes contribuem com a redução da concentração regional e, em boa parte, são resultantes do programa de reestruturação e expansão das universidades federais – o

Reuni, instituído pelo Decreto 6.096, em 2007. O Reuni assegurou investimentos nas universidades públicas de forma que o país (1) ampliou a oferta de vagas para estudantes – alguns com aspiração de se tornarem jovens cientistas contando com o ingresso em programas de pós-graduação e, (2) aumentou o número de grupos de pesquisa com influência direta na capacidade do país de realizar pesquisas em áreas estratégicas. Para regiões como o Nordeste, a ampliação da contratação de jovens pesquisadores nas universidades públicas, em geral recém doutores, contribuiu com a formação de novos grupos de pesquisa, minimizando a fuga de cérebros do país – problema agravado nos últimos seis anos. Quatro Estados do Nordeste (PE, PB, CE e RN) abrigam pesquisadores, com pelo menos nível de doutorado, acima da média brasileira que é de 61%.

Em 2023, o Nordeste ofertou 45% (ou 100.375) das vagas do SISU (Sistema de Seleção Unificada, criado em 2010), sendo que cinco Estados (PB, BA, PE, RN e CE) estão dentre os dez Estados com maior oferta de vagas para acesso às universidades públicas no país, utilizando a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), segundo dados do MEC/SISU.

Apesar da redução da concentração regional, a produção científica sobre a temática relativa à covid-19 na Scopus (2019-2021), por exemplo, por região, enfatiza a diferença ainda presente nos investimentos e recursos que cada região recebe no país. O maior número de publicações sobre a covid-19 foi da região Sudeste, onde 23 universidades concentraram o quantitativo de 2.253 publicações, seguida pela região Nordeste, com 683 publicações, e pelo Sul, com 526. A UFBA está dentre as dez universidades brasileiras que apresentaram maiores quantitativos de produção sobre a temática relativa à covid-19 (Scopus 2019-2021).

Os números apresentados refletem, dentre outros fatores, o descasamento entre a formação de mão de obra científica e a infraestrutura disponível para a realização das atividades científicas e de pesquisa. Isso permite, agora, impulsionar as redes de colaboração, envolvendo pesquisadores e instituições sediadas no Nordeste, especialmente nas temáticas-alvo de maior impacto para o país e para a região.

Redes de pesquisa contribuem com o monitoramento do processo de desertificação e o sistema de previsão de risco de colapso de safras no Semiárido, com a prospecção do potencial biotecnológico da Caatinga (fármacos, cosméticos, biofungicidas, segurança alimentar), formam a Plataforma Genômica Computacional para fins de sequenciamento genético de amostras coletadas em mulheres grávidas expostas ao vírus zika no Nordeste, desenvolvem a aplicação da

técnica do inseto estéril para combate à proliferação do *Aedes aegypti*, criam embalagens valorizáveis para frutas, ampliam a infraestrutura de fibra óptica na Região Nordeste, e ajudam a construir o futuro do hidrogênio verde no Brasil.

3.2. A Transferência de Conhecimento das Universidades para a Indústria

A região também segue avançando na ampliação da conexão das universidades com a indústria. O Nordeste abriga 19 Unidades EMBRAPII (Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial) instaladas em seis Estados do Nordeste – AL, BA, CE, PB, PE e RN (Tabela 5). A EMBRAPII é uma Organização Social qualificada pelo poder público Federal que, desde 2013, apoia instituições de pesquisa tecnológica fomentando a inovação na indústria brasileira. Três das unidades instaladas no Nordeste, as Unidades CEEI/UFCG, SENAI/CIMATEC e IFCE, já executaram mais de 500 projetos, contabilizando 715 milhões de reais investidos em oito anos.

Apesar dos números promissores, ainda é preciso incentivar que as empresas instaladas na região Nordeste se conectem às Unidades EMBRAPII, explorando melhor os ecossistemas que agregam competências diversificadas a partir da ação integrada entre as Unidades - a exemplo das redes de Tecnologias e Inovação Digital e Inovação em Bioeconomia.

De olho nos desafios da transformação digital, a EMBRAPII criou a Rede MCTI/EMBRAPII de Tecnologias e Inovação Digital, um ecossistema integrado que conta com 25 unidades EMBRAPII (10 delas encontram-se instaladas no Nordeste), e tem como objetivo alavancar a capacidade produtiva e a competitividade das empresas brasileiras, por meio do incentivo ao uso e o desenvolvimento de tecnologias de fronteira no processo produtivo industrial. Dentre as vantagens da Rede, destacam-se o acesso: a recursos não reembolsáveis, competências diversificadas, infraestrutura compartilhada, a mais de 2.800 pesquisadores qualificados, e a recursos do Basic Funding Alliance, uma modalidade de fomento destinada a alianças entre empresas e Unidades.

Na Rede MCTI/EMBRAPII de Inovação em Bioeconomia, que conta com um ecossistema integrado de 28 Unidades EMBRAPII – apenas duas delas se encontram instaladas no Nordeste (CIMATEC/BA e CEAR/UFPB), com o objetivo de estimular e fomentar a atividade de PD&I entre centros de pesquisa e empresas, agregando valor e sustentabilidade à biodiversidade brasileira. Nesse campo, o Nordeste precisa avançar.

TABELA 5
Unidades EMBRAPII instaladas no Nordeste

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	UNIDADE EMBRAPII	ÁREA DE COMPETÊNCIA
Alagoas	EDGE/UFAL	Computação Industrial
	Senai CIMATEC	Manufatura Integrada
Bahia	IF-BA	Tecnologias em Saúde
	IF-CE	Sistemas embarcados e mobilidade digital
Ceará	LESC/UFC	Manufatura inteligente
	Instituto Atlântico	Sistemas embarcados complexos
Paraíba	CEEI/UFPG	Software e automação
	CEAR/UEPB	Otimização de energia (renováveis)
	IF-PB	Sistemas para manufatura
	NUTES/UEPB	Hardware e Software para saúde
Pernambuco	CESAR	Produtos conectados
	CIn/UFPE	Tecnologias e sistemas veiculares
	CETENE	Biotecnologia aplicada à Micropropagação de Culturas Vegetais
	LITPEG/UFPE	Modelagem de reservatórios e otimização robusta aplicadas a recursos energéticos e meio ambiente
	SENAI ISI TIC	Inteligência geoespacial
Rio Grande do Norte	IMD/UFRN	Internet das Coisas (IoT)
	CRTM-IFRN	Tecnologia mineral

Fonte: EMBRAPII/MCTI (2023). Elaboração Ceplan.

3.3. Os Ecossistemas Regionais de Empreendedorismo Inovador

A região Nordeste, além de contar com a recente estruturação de ecossistemas compostos pelas Redes de Unidades EMBRAPII, acompanha uma tendência global de implantação de ecossistemas de empreendedorismo inovador, especialmente nas capitais e em cidades médias, cuja presença de universidades e comunidades de startups ajudam a disseminar novos modelos de trabalho e gestão com orientação para a nova economia. Este movimento de ecossistemas, apesar de ainda apresentar diferenças significativas no grau de maturidade em cada Estado, já começa a ter efeitos na dinâmica econômica da região, como resultado de maior aproximação entre a iniciativa privada, a academia e o poder público. Três estudos realizados atualmente no país assinalam os avanços, especialmente, na região Nordeste dos ecossistemas: (1) Índice de Cidades Empreendedoras – ICE, realizado desde 2014 pela Escola Nacional de Administração Pública - ENAP com o apoio da ENDE- AVOR; (2) Mapeamento do Ecossistema Brasileiro de Startups, realizado desde 2018 pela Associação Brasileira de Startups - ABStartups com o apoio

da Deloitte; e (3) Mapeamento dos Ecossistemas Locais de Inovação – ELI realizado pelo SEBRAE, recém lançado em 2022.

Segundo o Índice de Cidades Empreendedoras – ICE 2023, sétima edição, dentre as 101 cidades ranqueadas pelo estudo, vinte cidades se encontram no Nordeste (nove capitais, cinco cidades situadas em regiões metropolitanas e seis no interior – Tabela 6). O ICE considera o ecossistema empreendedor das cidades tendo como base sete fatores determinantes para o desenvolvimento da atividade empreendedora (ambiente regulatório, infraestrutura, mercado, acesso ao capital, inovação, capital humano, e cultura empreendedora).

TABELA 6
Índice de Cidades Empreendedoras entre as Capitais situadas no Nordeste - 2023

Posição ICE	UF	Cidade
24	SE	Aracaju
27	MA	São Luís
43	CE	Fortaleza
44	PI	Teresina
46	PB	João Pessoa
47	BA	Salvador
49	RN	Natal
51	PE	Recife
55	AL	Maceió

Fonte: ENAP, Endeavor (2023). Elaboração Ceplan.

TABELA 7
Índice de Cidades empreendedoras situadas no Nordeste: Cidades Metropolitanas e do Interior - 2023

Posição ICE	UF	Cidade
64	PB	Campina Grande
71	BA	Camaçari
74	BA	Feira de Santana
76	RN	Mossoró
80	PE	Petrolina
82	PE	Paulista
84	PE	Caruaru
85	PE	Jaboatão dos Guararapes
86	PE	Olinda
91	CE	Caucaia
95	BA	Vitória da Conquista

Fonte: ENAP, Endeavor (2023). Elaboração Ceplan.

No determinante Ambiente Regulatório, as quatro cidades mais bem avaliadas são Goiânia, Joinville, Rio de Janeiro e Florianópolis. Fortaleza surge na 24ª posição, sendo a melhor cidade do Nordeste neste item. As cidades mais bem avaliadas neste item apresentam maior eficiência

na abertura de novos negócios (tempo de viabilidade de localização; tempo de registro, cadastro e viabilidade de nome; e a taxa de congestionamento em tribunais).

No determinante Infraestrutura, as quatro cidades mais bem avaliadas são: São Paulo, Limeira, Brasília e Ponta Grossa. Recife surge na 20ª posição, sendo a melhor cidade do Nordeste neste item. As cidades mais bem avaliadas neste item, apresentam-se com oferta mais qualificada de transporte interurbano e melhores condições urbanas tanto em termos de conectividade física e virtual com outros mercados, como em condições financeiras e humana de se desenvolver a atividade empreendedora.

No determinante Mercado, as quatro cidades mais bem avaliadas são Niterói, Jundiaí, Brasília e Osasco. Camaçari surge na 8ª posição, sendo a melhor cidade do Nordeste neste item. Para este item, diferentemente do que literatura de empreendedorismo costuma analisar, especialmente em países emergentes, quando trata da criação de novos negócios e mercados com desenvolvimento econômico, geração de renda e redução da pobreza - o interesse do ICE é destacar as cidades que apresentam mercados economicamente mais bem desenvolvidos e com maiores potenciais de clientela. O ICE explora indicadores de crescimento, renda, gastos, e de sofisticação mercadológica que, em conjunto, representam oportunidades para novos empreendedores.

No determinante Acesso a Capital, as quatro cidades mais bem avaliadas são: São Paulo, Osasco, Curitiba e Belo Horizonte. Recife surge na 14ª posição, sendo a melhor cidade do Nordeste neste item. Os empreendedores, recorrentemente, apontam que um dos maiores desafios de se criar um negócio é o acesso ao capital. O acesso a capital, portanto, se apresenta como um dos principais motivos para os empreendedores se arrisarem em novas oportunidades. A disponibilidade de recursos financeiros num dado município é avaliada a partir da composição de três fatores: Capital Poucado per capita; Operações de Crédito por Município; Proporção Relativa de Capital de Risco.

No determinante Inovação, as quatro cidades mais bem avaliadas são Florianópolis, Limeira, Campina Grande e Campinas. Além de Campina Grande, Recife surge na 16ª posição, sendo as duas cidades do Nordeste mais bem avaliadas neste item. No determinante Inovação são analisadas as condições necessárias para a criação de negócios com maior potencial de gerar inovações. Neste sentido, são tratados inputs, que remetem aos recursos humanos, financeiros e estruturais que potencializam o empreendedorismo inovador (Proporção de Mestres e

Doutores em C&T; Proporção de Funcionários em C&T; Média de Investimentos do BNDES e FINEP; Infraestrutura Tecnológica; e Contratos de Concessão de propriedade intelectual depositados por empresas), e outputs, que apontam para os resultados gerados em termos de infraestrutura para a inovação das cidades.

No determinante Capital Humano, as quatro cidades mais bem avaliadas são Florianópolis, Vitória, Santa Maria e Porto Alegre. Teresina surge na 9ª posição, seguida por Recife em 11ª posição, sendo as duas melhores cidades do Nordeste neste item. Acesso e qualidade da mão de obra básica (qualidade da educação básica, proporção de adultos com pelo menos o Ensino Médio Completo, Taxa Líquida de Matrícula no Ensino Médio e Proporção de Matriculados no Ensino Técnico e Profissionalizante) e acesso e qualidade da mão de obra qualificada (proporção de adultos com pelo menos o Ensino Superior Completo, proporção de Alunos Concluintes em Cursos de Alta Qualidade) capturam este indicador.

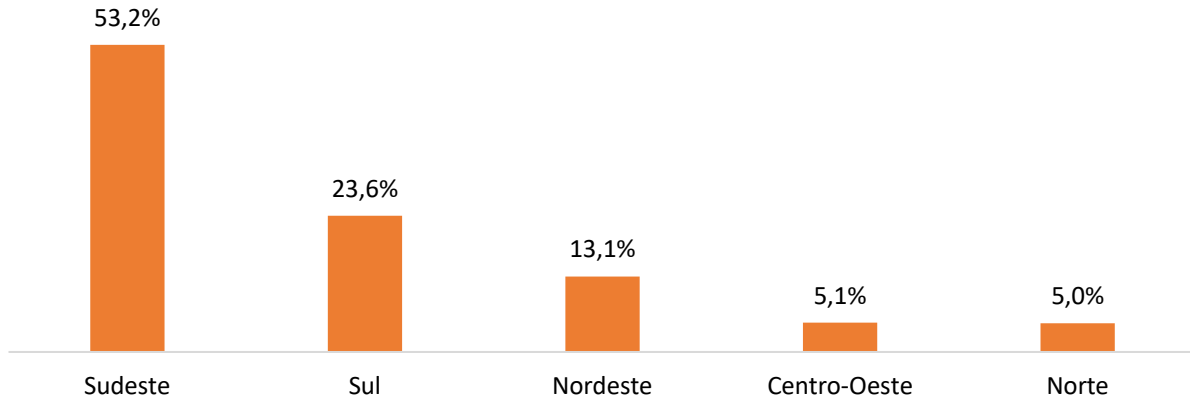
No determinante Cultura Empreendedora, as quatro cidades mais bem avaliadas são Boa Vista, Macapá, Palmas e Brasília. Maceió surge na 5ª posição, seguida de Aracajú em 9ª posição, sendo as duas melhores cidades do Nordeste neste item. As cidades mais bem avaliadas neste item, apresentam-se com iniciativas nas quais as pessoas e instituições buscam maior engajamento com a atividade empreendedora, por meio do qual frequentemente buscam se informar na internet sobre aspectos ligados ao empreendedorismo e sobre as instituições que as dão suporte.

Segundo mapeamento mais recente da Associação Brasileira de Startups (Abstartups, 2022), existem hoje 1.171 startups no Nordeste (13,1%). A grande maioria delas está concentrada nos estados da Bahia, Ceará e Pernambuco (Gráfico 5). De acordo com a Abstartups, Fortaleza é a segunda maior capital em número de iniciativas no Nordeste (17,3%), possui 53,14% de suas startups em fase de operação e 50% têm como mercado alvo o B2B. A Arco Educação, de Fortaleza, por exemplo, criada em 2006, integra um seleto grupo das empresas nacionais consideradas unicórnio¹, abriu capital na Nasdaq em 2018, em 2022 suas ações fecharam em alta de 11,45% na Nasdaq, cotadas a US\$ 17,43. No Ceará, foi implantado o primeiro Hub de Inovação, numa iniciativa do Banco do Nordeste, uma tendência que vem sendo seguida em outros Estados. Os Hubs de Inovação são locais que conectam empresas com todo esse cenário de

¹ Unicórnio é o nome dado a empresas de base tecnológica cujo valor de mercado ultrapassa US\$ 1 bilhão.

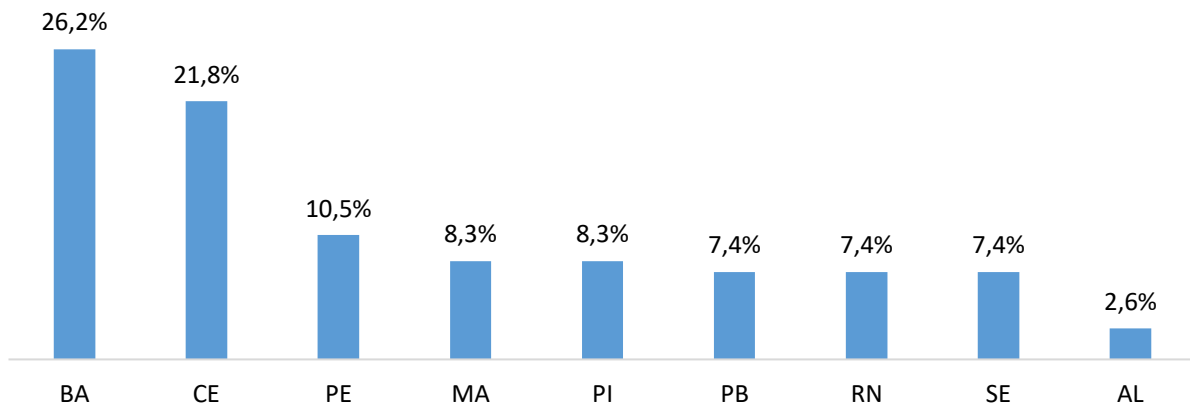
desenvolvimento, de conexão com startups e transformação de cultura organizacional baseada em inovação.

GRÁFICO 4
Distribuição das startups brasileiras por Região



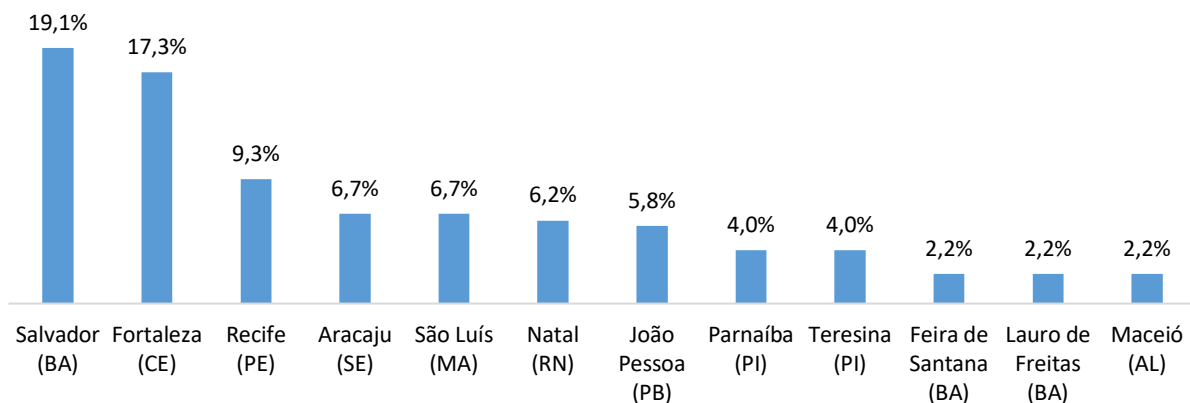
Fonte: ABStartups 2022.

GRÁFICO 5
Distribuição das startups nordestina por Unidade da Federação



Fonte: ABStartups 2022.

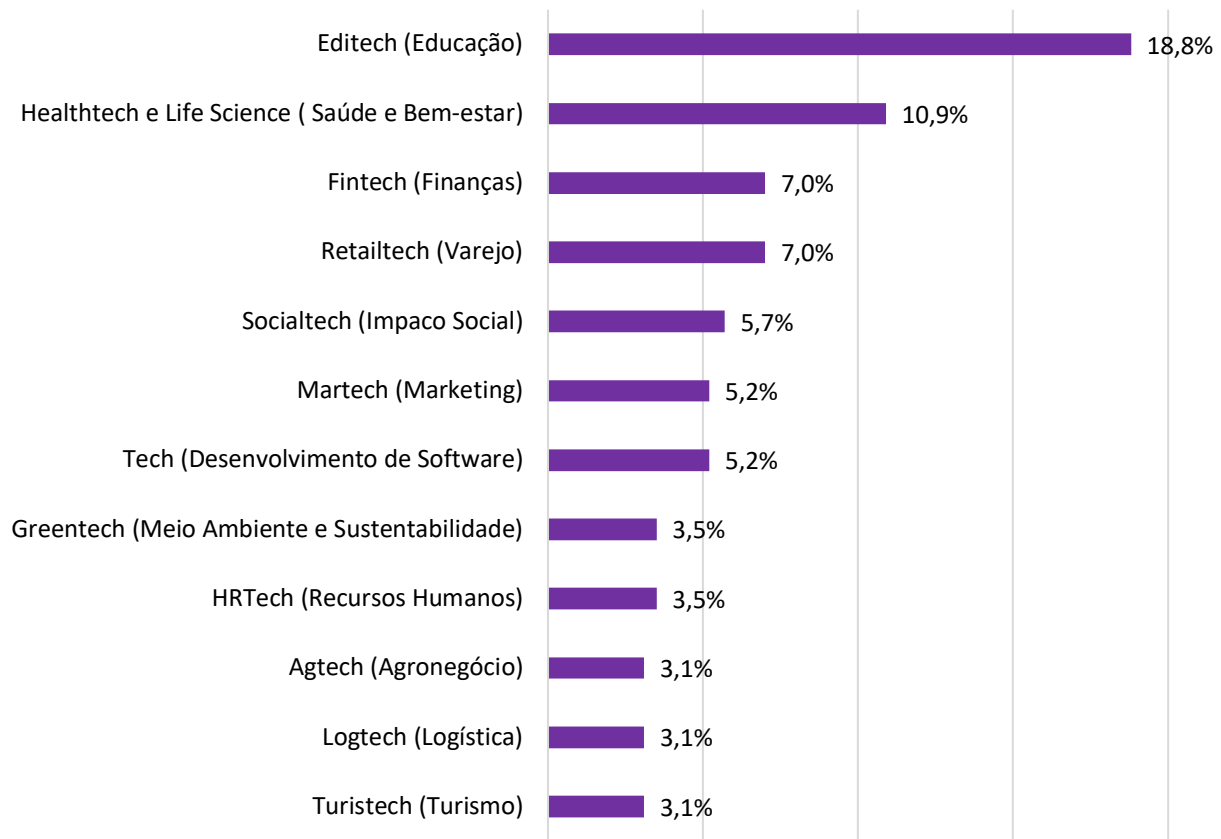
GRÁFICO 6
Concentração de startups em cidades da Região Nordeste



Fonte: ABStartups 2022.

GRÁFICO 7

Segmentos que concentram maior número de startups no Nordeste



Fonte: ABStartups 2022.

Recife vem se destacando como uma das cidades brasileiras mais fortes quando o assunto é ecossistema de inovação. O Índice FIEC de Inovação dos Estados, pesquisa do Observatório da Indústria da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC), aponta Pernambuco como o Estado mais inovador do Nordeste. A presença do Porto Digital, um dos principais parques tecnológicos e ambientes de inovação do país, operando a quase duas décadas, é responsável pela fixação de 17,1 mil colaboradores em 2022 (81% a mais que em 2018) de startups e empresas de pequeno, médio e grande porte, incluindo algumas multinacionais. O faturamento de R\$ 4,75bi em 2022 foi 150% maior que o de 2018 e 30% acima do realizado em 2021, segundo informações dos gestores do Porto Digital.

Na Bahia, o empreendedorismo e a inovação de impacto social se destacam. Existem várias iniciativas em incubadoras que promovem negócios sociais – a exemplo da aceleradora Vale do Dendê, que atua com foco em empreendedores da periferia. Em três edições de seu programa de aceleração, atendeu cerca de 90 startups. Os novos negócios são selecionados de acordo com critérios que incluem, por exemplo, soluções para melhoria da gestão municipal em serviços

públicos e na área social. O gráfico 7 ilustra 12 dos principais segmentos de atuação das startups nordestinas.

Atraídas pela busca de mão de obra qualificada, empresas como a VTEX, que se encontra instalada em João Pessoa, começam a investir em programas de inovação aberta, realizando aportes em startups locais. O “Incubator Program” da VTEX tem duração de seis meses e está aberto para startups que já atuam há um semestre e que possuam um plano de negócios ou um Produto Viável Mínimo (MVP) de sua solução inovadora. Ele busca acelerar ideias de e-commerce de forma tangível e estabelecer uma base sólida para o desenvolvimento das soluções para mercados globais, com ênfase na colaboração.

Segundo dados da 100 Open Startups, em 2022, o número de empresas que contrataram startups cresceu 30% e o volume de relacionamentos declarados, mais de 60%. Os negócios somaram R\$ 2,7 bilhões no período, o que coloca o Brasil no topo do modelo de open innovation (inovação aberta) no mundo.

No Rio Grande do Norte, um dos destaques do ecossistema de inovação são as comunidades de startups. Jerimum Valley (Natal), Salt Valley (Mossoró) e Potiguar Valley (Currais Novos e Caicó) são três exemplos de iniciativas criadas por startups, após missões organizadas pelo SEBRAE-RN ao Vale do Silício. Em outros estados do Nordeste, cada vez mais, as comunidades ganham espaço, fortalecendo as relações dos ecossistemas de inovação e ampliando a visibilidade e as oportunidades de conexão.

As startups respiram inovação. Elas precisam estar permanentemente em contato com o que existe de mais atual nas suas áreas de atuação. Esta diretriz tem estimulado o surgimento de várias comunidades de startups. Cada comunidade envolve um grupo de pessoas empreendedoras, startups e empresas, com experiências diversas que se reúnem para trocar ideias, falar sobre os problemas que precisam solucionar, criando um ambiente de conexão voltado para a inovação - engajamento e colaboração de forma direcionada ao bem comum. Estas comunidades envolvem cerca de 900 membros, 400 startups – em sua maioria, não mapeadas pela ABStartups.

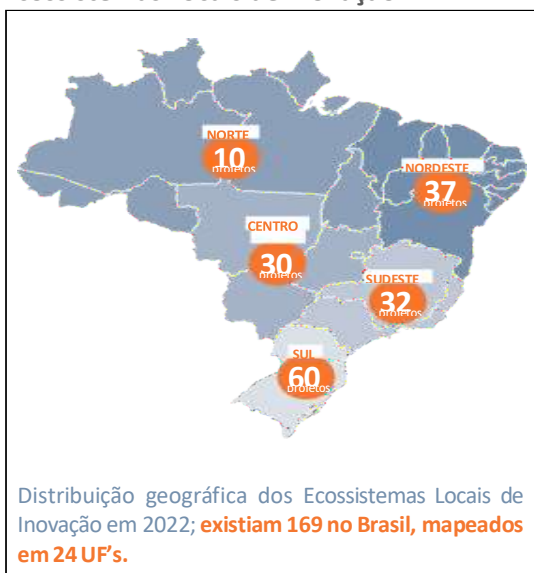
Em 2022, o SEBRAE instituiu a sua política de inovação, tendo como base o Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação (Decreto nº 9.283/2018). Num primeiro momento, o SEBRAE identificou a necessidade de se apropriar de uma abordagem orientada a Ecossistemas Locais de Inovação (ELI) como caminho para compreender, de maneira sistêmica, o ecossistema de

inovação de um município ou de uma microrregião geográfica, considerando suas vocações econômicas e seu potencial tecnológico, para impulsionar o desenvolvimento local, sob a ótica da inovação, e estruturar uma intervenção coordenada de longo prazo. O ELI tem como objetivo principal aumentar o grau de maturidade do ecossistema de inovação local (<https://www.sebrae-eli.com.br/>).

ELI são espaços que agregam infraestrutura e arranjos institucionais e culturais, que atraem empreendedores e recursos financeiros, constituem lugares que potencializam o desenvolvimento da sociedade do conhecimento e compreendem, entre outros, parques científicos e tecnológicos, cidades inteligentes, distritos de inovação e polos tecnológicos. No mapeamento realizado pelo SEBRAE, em 2022, foram identificadas 175 iniciativas, em 193 cidades, conforme ilustra o Gráfico 8. O Nordeste possui 38 ELI, 21,7% das iniciativas mapeadas, sendo: Alagoas – 4, Bahia – 3, Ceará – 6, Maranhão – 1, Paraíba – 1, Pernambuco 12, Piauí – 5, e Rio Grande do Norte – 6.

Um destaque da abordagem aplicada pelo SEBRAE e parceiros é distinguir a maturidade do ecossistema. A partir dela, organiza-se uma intervenção estruturada, respeitando as particularidades locais, com o objetivo de ampliar a efetividade e a integração das instituições que compõem o ecossistema. São 4 os graus de maturidade – inicial, em estruturação, em desenvolvimento e consolidado. Eles são obtidos por meio de entrevistas com os atores que estão presentes no território.

GRÁFICO 8
Ecossistemas Locais de Inovação – ELI



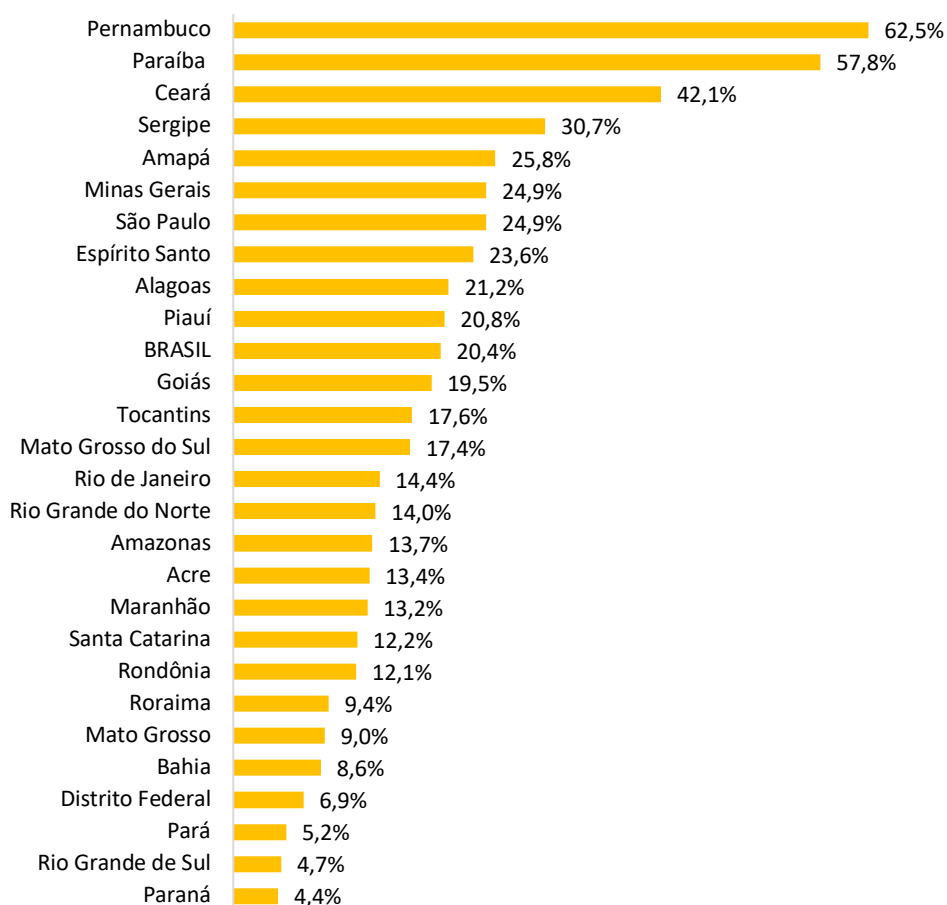
Fonte: Sebrae (2022)

3.4. O Ensino Médio em Tempo Integral e as Novas Habilidades

A região Nordeste tem 55,3 milhões de habitantes, 26,6% da população brasileira, segundo a estimativa com base na prévia do Censo 2022 (IBGE). Segundo dados da PNAD Contínua (4º tri 2022), 29,7% da população do país tem entre 18 a 24 anos e 7,2% entre 14 e 17 anos – população alvo de políticas públicas para acesso à formação intermediária e ao ensino superior. O Nordeste, como ilustra a Gráfico 9, vem de um momento importante de valorização deste nível de ensino e apresenta seis Estados (PE, PB, CE, SE, AL e PI) acima da média brasileira no percentual de alunos em tempo integral no ensino médio das redes públicas – este é um passo relevante na direção do desenvolvimento pleno de adolescentes e jovens em todas as suas dimensões (física, cognitiva, emocional, social e cultural).

GRÁFICO 9

Proporção de alunos em tempo integral (rede pública) no ensino médio, por Unidade da Federação



Fonte: Censo Escolar 2022/Inep-MEC.

O acesso ao ensino médio no Brasil é assegurado, principalmente, pelas redes estaduais – que respondem por 84,2% das vagas, atendendo a 6,6 milhões de alunos, segundo dados do MEC/INEP. A grande maioria dos estudantes que acessam as redes estaduais do ensino médio

são egressos de escolas públicas (87,7%). Quando o assunto é tempo integral, o ensino médio vem mantendo uma tendência de alta e atingiu um crescimento de 9,9% na rede pública, nos últimos cinco anos, conforme dados do Censo Escolar de 2022 do INEP.

É interessante ressaltar que, em geral, nos moldes do ensino integral, os alunos são motivados a construir soluções tecnológicas ou de impacto social para problemáticas locais, a partir da realização de experimentos com forte presença de habilidades criativas e empreendedoras. Em 2021, por exemplo, uma aluna de Maceió foi a única representante da América Latina dentre os dez finalistas do Global Student Prize – o “Nobel para os estudantes”, como reconhecimento por seu portfólio de invenções – que inclui desde pastilha purificadora de água até um protetor de raios solares para astronautas.

3.5. Os Sistemas Estaduais de CT&I

Por fim, é fundamental destacar o movimento relativamente recente de fortalecimento dos sistemas estaduais de ciência, tecnologia e inovação (SECTI). Os diferentes atores dos SECTI devem interagir, colaborar e, assumir compromissos diante dos problemas do passado e dos novos desafios rumo ao futuro. Todos os Estados da região Nordeste já atualizaram suas legislações, de forma a alinhar as diretrizes recomendadas pelo marco legal de CT&I, sancionado em 2016 e regulamentado em 2018. Os SECTI, como parte integrante do Sistema Nacional de CT&I (SNCTI), devem promover e incentivar políticas e programas de CT&I, como forma de alcançar o desenvolvimento sustentado e inclusivo, buscando a inserção do país e da região na nova organização global de produção (indústria 4.0; economia de baixo carbono, energias renováveis, saúde, biotecnologia, nanotecnologia). Segundo dados do CONFAP, em 2020 o sistema das FAPs foi responsável por 82% dos recursos investidos em pesquisa, contabilizados os valores investidos por CNPq/MCTI (15%) e CAPES/MEC (3%). O Nordeste, em 2020, investiu em média, 0,08% do PIB estadual em pesquisa – 272,5 milhões de reais operados pelas FAPs, sendo que quatro Estados investiram acima de 0,1% (PB, CE, RN e PE) do PIB estadual em pesquisa. No mesmo ano, o estado de São Paulo investiu 0,11% do PIB estadual em pesquisa – 1,4 bilhões de reais operados pela FAPESP. O Nordeste precisa se posicionar na manutenção dos investimentos em pesquisa, de forma a se apropriar do marco legal de C&T vigente na condução de iniciativas regionais em prol de CT&I com impacto para o desenvolvimento da região.

O Nordeste vem, portanto, se preparando para acolher uma nova abordagem de desenvolvimento econômico sustentável, investindo em educação e dispendo da Ciência, Tecnologia e da Inovação como parte de uma política de desenvolvimento, construída regionalmente, que passa a articular melhor o enfrentamento de fragilidades legadas e a maior apropriação de oportunidades em áreas de fronteira tecnológica. Esta aposta, decisão política de governos locais, é o melhor caminho para se superar a imagem do “Nordeste de solo rachado e lócus da pobreza extrema por falta de alternativas viáveis”.

CAPÍTULO 4: Os Avanços e Insuficiências da Infraestrutura Econômica e Social

4.1. Infraestrutura Econômica

A região Nordeste ainda apresenta um passivo relevante em termos de infraestrutura, embora tenha realizado investimentos importantes neste século. Para além do acesso à serviços sociais básicos, como saúde, educação e segurança, e a oportunidades de emprego e geração de renda, os sistemas de infraestrutura econômica – em que se incluem a telecomunicação, o transporte e a energia – e a infraestrutura social – em que se destacam o abastecimento de água, o saneamento básico e a oferta de habitações – são ainda fatores sujeitos a ampliação e qualificação visando a melhoria das condições de vida da população nordestina e da competitividade da região.

Embora investimentos nas últimas duas décadas tenham beneficiado a infraestrutura no Nordeste, ainda persistem déficits na região que, por figurar como segunda mais populosa, afetam substancialmente o quadro social geral do país.

No ranking de competitividade, que congrega diversas dimensões do desenvolvimento econômico estadual, entre as quais a infraestrutura tem impacto relevante, o Nordeste ainda tem situação muito desfavorável. Entre as 27 unidades da federação, o Nordeste tem um estado em posição mediana e apenas dois estados acima da mediana das posições, estando os demais federados nordestinos na metade inferior da distribuição. À frente, na metade superior, encontram-se todos os estados das regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste.

No que diz respeito à infraestrutura de telecomunicações, destaca-se que desde meados da década anterior houve um avanço importante no Brasil do acesso à internet e do uso de dispositivos eletrônicos e de tecnologias da informação no país: de acordo com o Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual (IBGE, 2021) a proporção de usuários da internet na população de 10 anos ou mais registrou um salto de 41,9% em 2009 para 84,7% em 2021.

Ocorreu também redução na diferença regional do acesso: no Nordeste a proporção de usuários ampliou de 30,1%, em 2009, para 78,1%, em 2021, saindo de uma diferença de 12 para aproximadamente 7 pontos percentuais em relação à média nacional. Por outro lado, a região

Nordeste abrange cerca de 38% da população de não usuários da internet no país, enquanto o Sudeste responde por 31% dos desconectados.

O Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br/Unesco), alerta para a necessidade de ampliar no Brasil o contato com dispositivos que propiciem o desenvolvimento mais amplo de habilidades digitais, aliada à necessidade de ampliar a disponibilidade e o acesso a uma conexão de qualidade, mais veloz e menos limitada.

Nesse sentido, o avanço da conectividade na região Nordeste é um fator importante para a ampliação da capacidade educacional e apropriação de competências tecnológicas nas novas e futuras gerações, bem como para o uso de aplicações baseadas em computação em nuvem e internet das coisas, favorecendo a inovação no ambiente empresarial, especialmente para a área da saúde (e-Saúde). Também é necessário melhorar a conectividade nas rodovias e no meio rural, para permitir o uso mais amplo de tecnologias de navegação, rastreamento e monitoramento (soluções de logística inteligente e agrotech).

Para assegurar esses avanços são necessários mais investimentos em infraestruturas para expandir cobertura e velocidade de conexão. Embora a disponibilidade do padrão 4G seja abrangente no país, ainda existem territórios em que a conexão é de baixa qualidade, principalmente em áreas rurais e ao longo da malha rodoviária. Mesmo em áreas urbanas ainda existe insuficiência de rede via fibra ótica, bem como a necessidade de acelerar a disponibilidade do padrão 5G.

Com o avanço sobre o plano de uso do espectro de radiofrequências no horizonte 2021-2028 em fevereiro de 2021 e os compromissos de abrangência definidos no leilão do 5G em novembro do mesmo ano, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) já vislumbra os avanços em requisitos para a sexta geração de comunicações móveis (6G).

O Nordeste precisa ser protagonista nessa direção, reafirmando seu pioneirismo em disponibilidade de infraestrutura de conexão, seja através do investimento em cabos submarinos e data centers ou na capacitação de infraestrutura receptora no interior do território, e não apenas nas faixas metropolitanas. E o Consórcio Nordeste escolheu como um dos projetos prioritários para investimentos nos próximos anos, o “Cinturão Digital do Nordeste”.

Sobre a situação da infraestrutura de transportes, o relatório de 2022 da Confederação Nacional do Transporte (CNT), que apresenta o panorama atual da malha rodoviária brasileira, registra que o Nordeste concentra a maior extensão de rodovias federais pavimentadas, com

30,9% do total nacional, ficando o Sudeste em segundo lugar com 18,0%. Outra informação relevante foi o fato de que o Norte e Nordeste registraram os aumentos mais significativos do número de veículos, entre 2011 e 2021, com taxas de 88,9% e 82,7%, respectivamente.

Não obstante a relevância do transporte rodoviário na região Nordeste, observada nas informações de extensão e motorização da malha, a avaliação do estado geral das rodovias é a segunda pior do país, ficando atrás apenas da região Norte. Cerca de 9,5% das estradas são consideradas péssimas, 20,0% ruins e 41,8% regulares, 25,4% boas e apenas 3,3% ótimas.

O Nordeste se encontra em situação semelhante no que se refere a avaliações específicas de estado do pavimento, sinalização e geometria, já que em todos os critérios só têm avaliação melhor que a região Norte. O relatório da CNT menciona ainda o efeito da má qualidade da malha sobre a elevação dos custos e dos riscos aos usuários. Nesse sentido, fica evidenciada a necessidade de investimento na qualidade da infraestrutura, associada a maior diversidade nos modos de transporte, reduzindo a dependência rodoviária.

Quanto ao modal portuário, o Nordeste conta com quatro grandes portos de águas profundas, com importante caráter de integração regional e desenvolvimento econômico estadual, em Pernambuco (SUAPE), Bahia (ARATU), Ceará (PECÉM) e Maranhã (ITAQUI), devido à atração de empreendimentos para os respectivos distritos industriais.

Não obstante o potencial de integração, esses portos ainda contam com uma incipiente infraestrutura hinterlândia, sobretudo de no que diz respeito à malha ferroviária, que se trata de um fator imprescindível para aumentar a competitividade da indústria regional. Sobre esse aspecto, destaca-se que é imperativo ao Nordeste concluir a Transnordestina como um projeto estratégico e estruturador.

Além da fraca intermodalidade, ressalta-se a necessidade de melhoria na infraestrutura de telecomunicações nas áreas de porto organizado, permitindo a maior digitalização e agilidade nos processos aduaneiros.

Outro ponto importante, é a agenda da revisão do programa de estímulo ao transporte por cabotagem (BR do Mar). Proteger, fortalecer e ampliar frota nacional para ampliação das atividades de cabotagem é uma estratégia que tende a favorecer o Nordeste. Sua localização favorece a consolidação de hub ports, além de apresentar recente experiência da construção offshore, a partir do Complexo de Suape, tornando-o potencial gerador de serviços de engenharia naval. Destaque-se também o potencial para geração de negócios voltados à agenda

ambiental através da geração de energia eólica offshore, como a formação de hubs de H2O, a exemplo do que se projeta para o Complexo de Pecém.

No que diz respeito à infraestrutura de energia, notadamente a eletricidade, o Nordeste abrigava aproximadamente 16% da capacidade instalada no Brasil em 2012, alcançando em 2021 o patamar de 25% (44.951 MW). A geração de energia (147.537 GWh), por sua vez, superava em 69% o consumo total da região no ano de 2021 (EPE, 2022) – no Brasil, a proporção excedente foi aproximadamente 32%.

Nesse ponto, a região tem se tornado destaque nacional. Segundo informações do Operador Nacional do Sistema Elétrico, durante o período recente de estiagem e baixo nível dos reservatórios no Sudeste e Centro-Oeste, entre 2020 e 2021, o Nordeste figurou em alguns momentos como “exportadora” de energia para outras regiões, com transferência através do Sistema Interliga- do Nacional (SIN).

Esse desempenho é alavancado na região pela presença de uma diversidade de fontes, entre as quais vêm se ampliando as de caráter renovável, eólica e solar – que compõem atualmente cerca de 50% e 25% da capacidade instalada, colaborando para expandir a matriz energética do Nordeste, com potencial para integrar projetos estruturadores em médio prazo, como a produção e exportação de hidrogênio verde e, em longo prazo, com o desenvolvimento de cidades mais inteligentes e sustentáveis.

Segundo dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico, há, neste aspecto, uma transformação histórica da região, que é ver como sua antes destacada adversa condição climática se transforma em uma potencialidade estratégica para o futuro.

4.2. Infraestrutura Social

No que se refere ao abastecimento de água para a atender à demanda da população regional, apesar do avanço ao longo das últimas duas décadas, o Nordeste ainda registra o segundo menor índice de cobertura populacional através de rede geral de distribuição entre as cinco grandes regiões do país: a proporção de moradores atendidos alcança 79,1% na região, enquanto o índice de cobertura nacional é de 84,6% (PNACA/IBGE, 2019).

Nesse contexto, o Nordeste abrange 37% da população brasileira sem acesso a uma rede geral de distribuição de água potável em seu domicílio. E ao quadro de acesso incipiente, soma-se a intermitência dos serviços de abastecimento: a região apresenta o menor índice de disponibilidade diária de água oriunda por rede geral, com 68,7%.

Entre os desafios para a garantia de segurança hídrica da região, fortalecendo oferta e regularidade do abastecimento, ressalta a importância de investir em iniciativas para a consolidação de infraestruturas ligadas ao Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF), considerando necessidades como a definição de um arranjo institucional e um modelo de gestão eficientes em cada estado receptor, a recuperação de reservatórios estratégicos e a complementação com as infraestruturas adutoras necessárias. Dada sua importância estratégica, o Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste (PRD-NE, elaborado recentemente pela SUDENE) trata o PISF como um “eixo de desenvolvimento” estratégico para o Nordeste Oriental.

Um avanço importante neste século foi a construção das cisternas na zona rural, com forte impacto na vida dos nordestinos do interior, o que faz de sua expansão uma prioridade evidente.

Também é importante garantir a manutenção dos subsistemas de distribuição, uma vez que, segundo os dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) para 2021, o Nordeste tem um índice de perdas de 46,2% da água canalizada, percentual que é de 51,2% na região Norte e 40,3% no Brasil, ficando abaixo de 40% nas regiões Sudeste (38%), Sul (36,9%) e Centro-Oeste (36,2%).

A ligação aos sistemas de saneamento básico é outra carência e representa também um passivo relevante do Nordeste para o Brasil. O esgotamento sanitário ainda é bastante precário no país, onde aproximadamente dois terços dos moradores em domicílios particulares não estão ligados à rede geral de esgoto que atende o município; e na região Nordeste, com o segundo pior quadro, apenas 44,1% (PNADCA/IBGE, 2019). Nesse contexto, os nordestinos somam 43,5% dos moradores no país residindo em domicílios que não estão ligados à uma rede de esgotamento sanitário.

A precariedade do saneamento se torna mais grave à medida em que há uma parcela relevante do volume de esgotos que não é coletado pelo sistema para tratamento ou que os sistemas de drenagem existentes são insuficientes para realizarem o controle eficaz do escoamento pluvial. Sobre o primeiro aspecto, de acordo com o SNIS, 60,2% do volume de esgotos no país foi coletado pelos sistemas para tratamento em 2021, enquanto na região

Nordeste a proporção foi de 39,3%; além disso, apenas 35,5% do esgoto gerado foi efetivamente tratado na região. Por sua vez, os sistemas de drenagem urbana estão presentes em pouco menos que dois terços dos municípios do Nordeste.

A ineficiência no saneamento e a intermitência no abastecimento de água levam a preocupações adicionais, como a incidência de doenças infecciosas e parasitárias, especialmente as de veiculação hídrica, que segundo estudo do Instituto Trata Brasil, estão comumente associadas a atrasos na aprendizagem das crianças e jovens e, conseqüentemente, a perda de produtividade da população de jovens e adultos na força de trabalho.

Além das condições sanitárias, expansão e melhoria dos sistemas de saneamento é outro fator crucial para a segurança hídrica – reduz custos operacionais de captação, tratamento e distribuição, aumenta a eficiência e o espaço para investimentos na cobertura do abastecimento.

Um fato novo é a existência de um “Novo Marco Regulatório” para investimentos em saneamento, elemento central da habitabilidade. Nesse aspecto, o Consórcio Nordeste deve ter atenção especial no apoio aos municípios da região, sobretudo quanto às perspectivas de regionalização dos serviços e a atratividade para investimentos privados, visando a viabilidade e o alcance das metas de atendimento estabelecidas para a década em curso.

A urgência sobre a situação do saneamento, mais evidente em áreas urbanas em que se intensifica a ocupação de terrenos irregulares com moradias precárias, se agrava com as condições climáticas e a ocorrência de eventos hidrológicos impactantes.

O Nordeste enfrenta conseqüências tanto de estiagens e secas quanto de precipitações intensas, desastres que levam a perdas humanas e materiais. Segundo dados da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (SEDEC), na média dos últimos nove anos, a região representou aproximadamente dois terços dos desastres físicos (naturais e tecnológicos) reconhecidos no país.

As secas e estiagens são, historicamente, os que mais atingem o território nordestino, mas os desastres de causas meteorológicas, ganharam relevância nos últimos cinco anos. São chuvas intensas que causam deslizamento em áreas de encostas das periferias metropolitanas, alagamentos em áreas de infraestrutura urbana e enxurradas em municípios lindeiros a barragens no interior do território. Em 2021 e 2022, a região concentrou em torno de 30% desses registros no país.

Além da irrecuperável perda de vidas humanas, tais ocorrências trazem impactos como a interrupção de serviços e atividades produtivas, danos materiais e prejuízos econômicos. Nos últimos dez anos (2013 a 2022) o Nordeste somou aproximadamente 250 mil unidades habitacionais e quase 14 mil instalações públicas destruídas ou danificadas por esses desastres, respectivamente, cerca de 25% e 38% dos totais registrados para o país. O total do prejuízo econômico estimado sobre instalações do setor público e atividades produtivas no setor privado, desde 2015, é da ordem de 19,5 bilhões de Reais (a preços de 2022, corrigidos pelo IGP-DI/FGV). Em termos de habitação, de 2013 a 2022, é estimada a soma de danos materiais da ordem de 9,7 bilhões de Reais (a preços de 2022).

Nesse sentido, para além da melhoria das condições de saúde da população, há emergência de adequação das infraestruturas de saneamento e drenagem, bem como de mitigação de desastres por eventos hidrológicos impactantes, com vistas a melhorar a habitabilidade da região.

Por sua vez, o déficit habitacional – moradias precárias, coabitadas ou com ônus excessivo de aluguel – é considerado bastante elevado no país. Entre 2010 e 2019 – ou seja, dez anos após o lançamento do programa Minha Casa Minha Vida, em 2009 –, o déficit reduziu 15%, tanto no país quanto na região Nordeste. Ainda assim, em 2019, conforme cálculo da Fundação João Pinheiro, eram necessárias 5,9 milhões de unidades habitacionais no Brasil, número do qual o Nordeste corresponde a 30,3% (1,8 milhões).

No Nordeste, o déficit é resultado de diversos fatores, incluindo a insuficiência de políticas públicas voltadas para construção de moradias populares, a desigualdade socioeconômica e a vulnerabilidade climática da região. Muitas famílias vivem em moradias precárias, sem acesso regular a serviços básicos como água encanada e saneamento básico. Ademais, há convivência periódica com enchentes e secas, que agravam ainda mais a situação habitacional de suas populações.

Nesse contexto, a falta de recursos financeiros é fator relevante, uma vez que 60% do déficit na região está concentrado na faixa de renda domiciliar até 1 salário – concentração que é muito acima do observado nas demais regiões, variando de 51% (Norte) a 25% (Sul). Com o relançamento do “Minha Casa, minha vida” – MCMV - o desafio regional é ampliar a capacidade de adimplência das famílias na faixa 1 do programa, onde atualmente 45% dos contratos se encontram com parcelas atrasadas há mais de 360 dias.

O avanço da malha de cidades médias, como explicitado no item 6 deste estudo, é uma das mudanças recentes de destaque e os investimentos na infraestrutura urbana se apresentam como prioritários posto que podem evitar que ali se repitam os déficits observados nas metrópoles, herança de seu crescimento intenso no século XX e da baixa capacidade de investimentos dos municípios. No que se refere à infraestrutura de mobilidade urbana, é preciso evitar que se repitam padrões antigos, como os que valorizaram o transporte individual em detrimento de novos padrões de deslocamento urbano.

Merece ainda destaque uma mudança importante no padrão de acessibilidade para várias cidades médias, que consolidaram sua infraestrutura aeroportuária e hoje contam com voos diários.

CAPÍTULO 5: O Avanço lento e Desigual do Desenvolvimento Social

É na dimensão social que permanecem os principais desafios do Nordeste. Avanços foram realizados, em particular na década final do século XX e nas duas décadas iniciais do século XXI, mas o hiato entre a realidade nordestina e a nacional ainda é muito grande.

Um avanço que chamou mais a atenção do país foi a recente ocorrência de uma seca prolongada sem drama social. Não foi preciso implementar as tradicionais “Frentes de Emergência” que expunham as mazelas do Nordeste semiárido. Duas políticas públicas, ao lado das mudanças ocorridas na base econômica do semiárido, tem relação direta com esta mudança: a extensão da Previdência ao meio rural do país (Constituição Federal de 1988) e avanços das políticas nacionais de assistência (em especial o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada).

Um determinante importante da herança de inserção desigual na realidade social do país vem da dimensão e do comportamento do mercado de trabalho nordestino, onde persistem e predominam fragilidades.

Por sua vez, outros aspectos merecem aqui referência, como a pobreza (em especial a rural) os padrões educacionais herdados, os déficits no quadro da saúde, conjunto de elementos que, entre outros contribuem para explicar os problemáticos padrões nordestinos de segurança pública.

44

5.1 fragilidades do Mercado de Trabalho Regional

O mercado de trabalho do Nordeste, compondo parcela expressiva da força de trabalho nacional (26,6% do total nacional, enquanto a região representa cerca de 15% do PIB do Brasil), apresentou transformações estruturais evidentes ao longo das últimas duas décadas, mas ainda carrega marcas de fragilidade do passado recente, como o alto grau de informalidade, baixo nível de rendimento e dominância da baixa escolaridade.

Considerando o universo de indivíduos com 14 anos ou mais, a força de trabalho do Nordeste, ou população economicamente ativa (formada pelos ocupados e pelos que estão em busca de trabalho), é a segunda maior do país, com cerca de 25,2 milhões de pessoas no último

trimestre de 2022. A taxa de participação, em final de 2022, era 54,6%, bem abaixo da média nacional (62,1%).

Em termos de expansão, o volume da força de trabalho perdeu fôlego se comparados ao último período intercensitário e ao período observado segundo a série de pesquisas domiciliares mais recentes do IBGE: entre 2000 e 2010, a força de trabalho na região crescia 1,9% ao ano, praticamente a mesma taxa nacional (2,0% a.a.); entre 2012 e 2022, a força de trabalho cresceu 0,5% a.a. no Nordeste e 1,0% a.a. ou mais nas demais regiões.

Por sua vez, a taxa de desocupação se manteve a mais alta entre as regiões ao longo dos últimos dez anos (10,9% no final de 2022 contra uma média nacional bem mais baixa (7,9%). A informalidade é a condição de mais da metade das pessoas ocupadas na região (51,4%), sendo muito mais alta que a média nacional (38,8%).

Esse quadro reflete o patamar elevado de subutilização da força de trabalho no Nordeste: quando se considera, além das desocupadas, também as pessoas que gostariam de trabalhar mais horas (subocupados) e as que gostariam de trabalhar, mas desistiram de procurar (desalentados), não estavam disponíveis ou não estavam buscando um trabalho, chega-se a um contingente de 8,5 milhões de pessoas (40,7% do país).

Nesse contexto, o desalento é o fator mais preocupante: 2,4 milhões de pessoas na região – o que significa 60% do total nacional – gostariam de trabalhar, mas estão fora da força de trabalho por falta de oportunidades, pois não há emprego disponível em sua localidade ou a sua qualificação não atende aos requisitos do mercado.

A subocupação, a informalidade e o desalento mantêm o Nordeste com o nível de rendimento médio mais baixo no mercado de trabalho nacional: aproximadamente 1,9 mil reais por pessoa ocupada na região, face à média de R\$ 2,8 mil por pessoa ocupada no país, no último trimestre de 2022; ou seja, 30% abaixo da média nacional.

Levantamento do IBRE/FGV, no segundo semestre de 2022, aponta que grande parte dos trabalhadores por conta própria na região, que são componente relevante na informalidade, demonstram o interesse de migrar para uma condição de trabalho formalizada, comumente em busca de um rendimento fixo e mais elevado. O mesmo levantamento revelou que 70% desses trabalhadores da região eram, anteriormente, empregados no setor privado, seja com ou sem carteira, antes de se tornarem conta própria.

O quadro de baixo rendimento se manteve, a despeito do avanço no nível de escolaridade da força de trabalho e do crescimento do mercado de trabalho formal: entre 2012 e 2022, de acordo com dados do quarto trimestre, a força de trabalho com ensino superior completo praticamente dobrou (+90%) na região Nordeste; por sua vez, o emprego formal expressou um discreto, mas importante, aumento de 2 pontos percentual em participação no total do país, entre 2000 e 2021.

A região vivenciou nos últimos anos, por um lado, o fortalecimento da base técnica e científica, impulsionada pela expansão do ensino médio técnico e de formação superior, inclusive no interior, e, por outro lado, a consolidação de alguns investimentos produtivos em indústrias e serviços com forte componente tecnológico. Esse movimento ajudou a aumentar o emprego formal em segmentos industriais de maior produtividade – como o automotivo –, em detrimento de outros mais tradicionais – como confecções e alimentícios –, bem como de serviços mais qualificados – sobretudo TIC e saúde –, mas ainda persiste uma forte concentração de ocupados em serviços informais ou de baixa produtividade, no comércio e em tarefas elementares.

Olhando para o futuro, é imprescindível investir em programas ou estimular iniciativas que fortaleçam a qualificação e a requalificação profissional, orientadas para as competências tecnológicas digitais, incentivar o desenvolvimento de setores mais produtivos, fomentar o empreendedorismo, ao mesmo tempo em que se reorienta as gerações atuais para novos formatos de contratação no mercado de trabalho, de modo a expandir as oportunidades de emprego, reduzir o desalento e aumentar o nível de rendimento.

5.2 Desvantagens Nordestinas do Nível de Renda e Padrão da Pobreza do País

Historicamente, um elemento central de desnível entre os nordestinos e os habitantes das regiões mais ricas do país, é o nível de renda. Em meados do século XX a “questão nordestina” tinha neste elemento um de seus pontos centrais. A dimensão da população vivendo com níveis muito baixos de renda desatacava e continua a destacar o Nordeste. O peso da herança histórica e o modelo de desenvolvimento nacional – numa sociedade que exhibe elevados índices de desigualdade social – torna estes elementos estruturais muito difíceis de enfrentar.

Do final do século passado até os dias atuais podem se registrar avanços e melhorias, em especial no início do presente século (entre 2000 e 2015), como mostram os dados da Tabela a

seguir, que registra a proporção de pobres nas décadas mais recentes. E a crise econômica do país ao lado dos impactos da pandemia contribuíram para dificultar os avanços e até a sinalizar regressão na tendência lenta, mas favorável que o país e a região vinham experimentando.

Em 1991, contra uma média de 38,1% dos brasileiros vivendo na pobreza, o NE registrava 65,3%, sendo que tal percentual alcançava mais de 73% no Maranhão e Piauí.

Em 2015, às vésperas de mais uma crise econômica, o quadro brasileiro e em particular o nordestino havia mudado para melhor, com mostram os dados da Tabela a seguir apresentada. A proporção de pobres no NE havia caído para 19,5% (contra pouco menos de 10% no Brasil) mas ainda assim era quase o dobro da média nacional. Anos de crise, de governos de corte neoliberal, seguidos por uma pandemia, levaram o Nordeste a exibir pouco mais de ¼ de sua população em situação de pobreza.

TABELA 8

Brasil e Nordeste: Proporção de pobres (renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 140,00 mensais, em Reais de agosto de 2010) - 1991, 2000, 2010, 2015 e 2021

UF	1991	2000	2010	2015	2021
Brasil	38,2	27,9	15,2	9,6	13,4
NE	65,3	51,4	30,4	19,5	25,4
MA	73,3	62,8	39,5	27,9	32,5
PI	73,2	57,3	34,1	17,3	24,5
CE	66,4	51,8	30,3	20,3	23,2
RN	60,1	44,9	23,8	14,7	20,9
PB	68,3	49,6	28,9	16,2	24,9
PE	58,0	45,3	27,2	18,3	27,0
AL	65,2	56,8	34,3	22,9	24,2
SE	59,3	48,8	27,9	16,5	22,5
BA	65,3	49,7	28,7	18,0	24,6

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (Pnud- Ipea-FJP). Elaboração Ceplan. Nota: Refere-se à proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 140,00 mensais, em reais de agosto de 2010. O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.

5.3 Diferenciais Nordestinos nos Níveis de Educação do País

O Nordeste carrega uma herança desvantajosa quanto ao baixo nível educacional de grande parte de sua população.

No entanto, um avanço importante se deu na área da educação fundamental (destaque para o Ceará) e de nível médio (destaque para Pernambuco), nas últimas décadas, com a implementação de políticas públicas que servem hoje de exemplo para o país pelos resultados

alcançados. Estes dois estados aparecem hoje na liderança dos índices favoráveis nacionais nos respectivos níveis de ensino.

Por sua vez, a expansão e interiorização do ensino superior no Brasil dos anos recentes, também merece destaque no Nordeste, onde a ampliação de vagas teve resultados acima da média nacional e gerou um ativo (jovens qualificados) que a região não tinha, como se destacará adiante, com alguns números, ao tratar dos avanços na área da ciência, tecnologia e inovação. Por sua vez, o investimento em educação superior transbordou para a economia das médias cidades nordestinas, dinamizando e diversificando as bases produtivas locais, como se verá, logo a seguir, no capítulo que tratará do desenvolvimento urbano.

Mas antigos déficits e insuficiências educacionais permanecem, colocando a região em desvantagem, quando comparada a outras, em particular ao Sul do país.

Um exemplo desta realidade é revelado por um indicador que permanece muito desfavorável ao NE, resultado da herança que a região carrega, que é a taxa de analfabetismo, posto que seu patamar embora tenha melhorado, ainda se situa em torno do dobro da média nacional como mostram os dados da Tabela a seguir.

TABELA 9

Brasil e Nordeste: Evolução da taxa de analfabetismo das pessoas com 15 anos ou mais de idade - 1995, 2005 e 2019

UF	1991	2000	2010
Brasil	15,5	11,1	6,1
NE	30,6	21,9	12,9
MA	32,0	23,0	14,6
PI	35,3	27,4	15,0
CE	31,6	22,4	12,7
RN	29,6	21,5	12,6
PB	32,3	25,2	15,1
PE	29,8	20,6	11,0
AL	34,9	29,3	16,0
SE	26,2	19,7	12,6
BA	28,5	18,7	12,0

Fonte: Ipeadata (1995 e 2005, com dados da Pnad); Pnad Contínua Anual/IBGE (2019). Elaboração Ceplan

Destaques positivos, no entanto, podem ser observados: para PE (menor taxa da região), para a BA (segunda menor), e para o CE e RN pelo maior ritmo da queda.

O balanço geral da evolução educacional é favorável, sobretudo porque a região soube construir políticas públicas muito exitosas.

5.4 Nível das Condições de Saúde

As condições econômicas e estruturais explicitadas têm implicações diretas na situação de saúde do Nordeste. Por outro lado, conforme mencionado anteriormente, há a cobertura incipiente dos sistemas de saneamento, acarretando alta incidência de doenças infecciosas e parasitárias, especialmente por veiculação hídrica. Por outro lado, há o persistente quadro de desigualdade de renda em relação às demais regiões, que reflete diretamente na capacidade de acesso aos serviços de saúde, cabendo ao sistema público um grande peso para o atendimento da sua população.

Do ponto de vista da oferta dos serviços, o número de leitos hospitalares e de profissionais médicos são indicadores importantes para determinar os recursos disponíveis e a capacidade de atendimento à saúde.

Entre 2010 e 2019, observou-se uma queda generalizada no número de leitos existentes no país (-2,5%), evolução que só foi emergencialmente invertida a partir de 2020, com a eclosão da pandemia de Covid-19, fazendo a oferta total de leitos (internação e complementares) chegar, em 2021, a um incremento de aproximadamente 9% em relação ao início da década anterior. O Nordeste seguiu a mesma tendência, apresentando um crescimento de 11,6% na oferta de leitos. No último ano, 2022, seguiu-se uma retração de 3,0% e 2,0%, respectivamente.

No Brasil, segundo dados da Síntese de Indicadores Sociais (IBGE), a média total leitos por 1.000 habitantes foi de 2,6 em 2010 a 2,3 em 2019. Em 2021, o último ano observado pelo levantamento do IBGE, a razão voltou a 2,6/1.000. No Nordeste, a trajetória foi de 2,4 a 2,2 e, por fim, 2,5 leitos por 1.000 habitantes, respectivamente. Portanto, uma condição de oferta que não destoa da média nacional.

TABELA 10

Número de leitos hospitalares e de profissionais de medicina existentes por 1.000 habitantes e relevância no Sistema Único de Saúde – 2010 e 2021

UF	Leitos hospitalares por 1.000 habitantes		Participação do SUS no total de leitos		Profissionais de medicina por 1.000 habitantes		Proporção de médicos que atendem pelo SUS	
	2010	2021	2010	2021	2010	2021	2010	2021
Brasil	2,6	2,6	71,4%	67,4%	1,5	2,1	76,1%	72,3%
Norte	2,0	2,1	78,6%	77,0%	0,8	1,1	88,5%	83,2%
Nordeste	2,4	2,5	82,3%	77,6%	1,0	1,4	84,3%	82,4%
Sudeste	2,7	2,6	64,4%	59,7%	1,9	2,6	71,8%	67,2%
Sul	2,9	2,8	70,9%	69,4%	1,6	2,5	77,6%	73,4%
Centro-Oeste	2,8	3,0	69,6%	61,2%	1,5	2,2	77,8%	73,4%

Fonte: Departamento de informática do Sistema Único de Saúde (DataSUS)/Ministério da Saúde; Síntese de Indicadores Sociais/IBGE. Nota: valores expressos segundo a média mensal disponível no ano. Elaboração Ceplan.

TABELA 11

Número de leitos hospitalares e de profissionais de medicina existentes por 1.000 habitantes e relevância no Sistema Único de Saúde – 2010 e 2021

Indicador	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Número de casos acumulado	22.287.521	1.923.911	4.950.096	8.662.788	4.348.954	2.401.772
Número de óbitos acumulado	619.056	47.548	120.019	294.659	97.519	59.311
Taxa de letalidade (% óbitos/casos)	2,8	2,5	2,4	3,4	2,2	2,5
Taxa de mortalidade (/100 mil habitantes)	290,2	251,5	208,1	328,7	320,8	355,0

Fonte: Síntese de Indicadores Sociais (IBGE), com base no “Painel de casos de doença pelo coronavírus 2019 (COVID-19) no Brasil pelo Ministério da Saúde, disponível em <https://covid.saude.gov.br/> (dados atualizados em 04/04/2023)

No que diz respeito à oferta de profissionais de medicina, o número de médicos no Brasil vem registrando crescimento anualmente desde 2013. Nesse contexto, a taxa de médicos por 1.000 habitantes no país elevou de 1,5 em 2010 para 2,1 em 2021. A região Nordeste, por sua vez, ainda apresenta uma proporção significativamente desfavorável em relação à média nacional, ficando em 1,4 médicos por 1.000 habitantes no último ano, à frente apenas a da região Norte, onde a razão é de apenas 1,1 médico por 1.000 habitantes.

Em que pese a oferta limitada de recursos no universo dos serviços da saúde (pública e privada), ressalta-se a importante participação do Sistema Único de Saúde para a garantia do atendimento à população no Nordeste. Não obstante a tendência geral, em todas as regiões, seja a oferta de leitos pelo SUS caindo paulatinamente, enquanto a oferta fora do SUS venha se expandindo, historicamente as regiões Norte e Nordeste apresentam uma dependência maior em relação ao sistema público: a oferta de leitos pelo SUS representa 77% dos leitos hospitalares existentes em ambas as regiões, nas demais a proporção oscila de 60% no Sudeste a 69% no Sul.

Para além de sua relevância em termos de atendimento, o SUS demonstra também a sua imprescindibilidade a partir dos dados a respeito da pandemia de Covid-19 observados na região Nordeste em relação ao restante do país. Com base no levantamento da Síntese de Indicadores Sociais do IBGE, com dados do “Painel de casos de doença pelo coronavírus 2019” (Ministério da Saúde) para o ano de 2021 (e atualizados em 04 de abril de 2023), a região Nordeste apresentou a segunda menor taxa de letalidade nos primeiros dois anos de pandemia (2,4%, contra 2,2% no Sul e 2,8% da média nacional) e a taxa de mortalidade mais baixa em termos populacionais (208 óbitos por 100 mil habitantes, frente a 355 óbitos/100 mil na região Centro-Oeste e 290 óbitos/100 mil na média nacional).

5.5 Padrões Adversos da Segurança Pública

Este é, com certeza um desafio nacional, mas que exige um olhar especial para o Nordeste, embora a situação observada nos grandes centros urbanos do país seja muito grave.

As condições de infraestrutura do sistema penitenciário e a vulnerabilidade social, naturalmente, têm implicações diretas sobre a situação de segurança pública do país e da região. O Nordeste, com o segundo maior contingente populacional nacional, apresenta o maior número de crimes violentos letais intencionais (CVLI) e, conseqüentemente, a maior taxa de criminalidade entre as regiões do país.

De acordo com dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), essa taxa de crimes no Nordeste é quase três vezes a registrada no Sudeste, região mais populosa e, entretanto, com menos de ¼ do número total de CVLI no país. Embora os fatores socioeconômicos desfavoráveis devam ser priorizados pela sociedade e pelas políticas públicas, de modo a reduzir a inclinação à

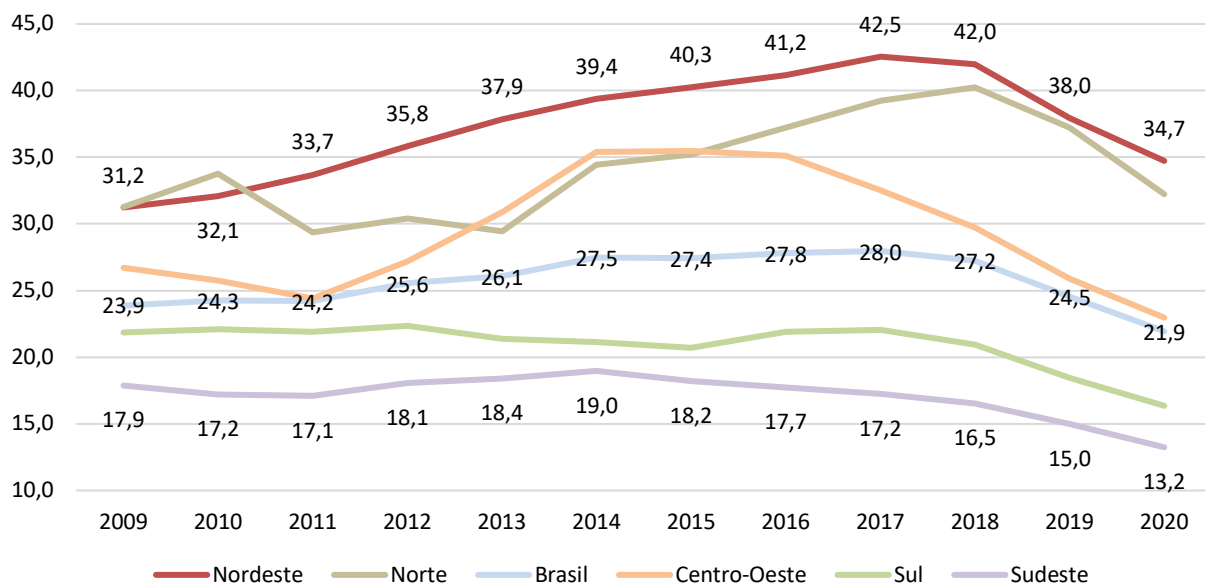
marginalidade a longo prazo, a região necessita ao mesmo tempo de uma ação emergencial sobre a capacidade carcerária.

Segundo dados do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), a taxa de ocupação média do sistema prisional nordestino chegou 165,6% em 2020, a segunda maior entre as regiões, atrás apenas da região Centro-Oeste.

As políticas públicas para a área de Segurança – e não apenas a política carcerária – têm ganho protagonismo no debate nacional e o Nordeste precisa inclui-las entre suas prioridades. Situações graves como as que ocorreram em alguns estados, a exemplo do Ceará, em 2019 e do Rio Grande do Norte neste ano, chamam a atenção da sociedade e do Poder Público.

GRÁFICO 10

Brasil e Regiões: taxa de crimes violentos letais intencionais (CVLI a cada 100 mil habitantes) - 2010 e 2020 (média móvel trienal)



Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Elaboração Ceplan.

TABELA 12

Brasil e Regiões: capacidade e ocupação carcerária e taxa de ocupação do sistema prisional - 2020

Região	Capacidade (C)	Ocupação (O)	Taxa de Ocupação (%)
Norte	30.679	36.936	120,4
Nordeste	42.953	71.119	165,6
Sudeste	92.775	143.241	154,4
Sul	38.358	45.085	117,5
Centro-Oeste	19.876	42.354	213,1
Brasil	224.641	338.735	150,8

Fonte: Sistema Prisional em Números/Conselho Nacional do Ministério Público. Elaboração Ceplan.

CAPÍTULO 6: Transformações na Dinâmica do Desenvolvimento Urbano

Três movimentos principais marcam as mudanças no desenvolvimento urbano nordestino: a) reconfigurações das metrópoles; b) interiorização da urbanização com crescente polarização das cidades médias e c) emergência de cidades de menor porte com significado peso na dinâmica territorial.

6.1 Reconfigurações nas Metrôpoles

Acompanhando o desenvolvimento urbano brasileiro, o Nordeste apresentou, a partir de meados de 1950 um contínuo movimento de expansão urbana que foi marcado num primeiro momento pelo processo de metropolização de suas capitais e suas áreas de influência e, posteriormente, pelo processo mais intenso de expansão urbana do seu interior.

Dados do IBGE apontam que na década de 1960 a população rural do Nordeste somava quase o dobro da população urbana. A partir da década de 1970 começa a haver um fluxo migratório campo-cidade, de modo que na década de 1980, a população urbana finalmente superou a do campo. Parte da população rural da região migrou para o Sudeste, em especial para São Paulo, outra parte importante migrou para os centros urbanos da região, em especial para as capitais estaduais e áreas vizinhas.

Assim o processo de metropolização do Nordeste, ganha força nas décadas de 1970 e 1980, acompanhando o movimento de industrialização, sob estímulos advindos do II Plano Nacional de Desenvolvimento - II PND e da política benefícios fiscais (artigo 34-18, Finor), complementados pelas políticas de reforma urbana que implicaram na expansão das habitações e das infraestruturas urbanas. As capitais dos estados no Nordeste passaram a ser o lócus de atração populacional por oportunidades de emprego, renda e negócios, além do acesso maior a bens e serviços urbanos.

Das nove capitais do Nordeste, Recife, Salvador e Fortaleza, que já tinham relevância histórica na formação socioeconômica regional, vão se consolidar nas últimas cinco décadas como polos de influência econômica, político-institucional, cultural e social do Nordeste, exercendo a posição de comando sobre as demais aglomerações urbanas. Segundo o REGIC-IBGE

(2018) se enquadrando no conceito de Metrôpoles Regionais², ou seja, Regiões Metropolitanas de influência regional.

Com relação às outras capitais do Nordeste, de população entre 800 mil e 1,4 milhões de habitantes, e de influência mais voltada para os seus respectivos estados, consideradas pelo IBGE (2018), como Capitais Regionais, que nucleiam um conjunto de municípios vizinhos, formando cinco Regiões Metropolitanas de influência estadual: RMs Natal, São Luís, João Pessoa, Maceió e Aracajú. Acrescido de Teresina que formou a Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina (RIDE Teresina)³.

No contexto atual observa-se que 1/3 (33,7%) da população nordestina vivem nas capitais dos estados do Nordeste e suas áreas de influência, sendo que as metrôpoles de Recife, Salvador e Fortaleza, juntas, envolvem cerca de 21,4% da população regional. Ou seja, continuam tendo peso populacional e expressão econômica, pois parte importante do PIB lá se encontra. No entanto, o ritmo geral da metropolização da região diminuiu nas décadas recentes, passando a ocorrer mudanças internas relevantes nas metrôpoles, como o crescimento de cidades do entorno das capitais, quer pela migração estimulada por novos conjuntos habitacionais (no contexto da descentralização do capital imobiliário) quer por estímulos migratórios que ocorreram com a presença de infraestruturas portuárias e aeroportuárias diferenciadas, com surgimento de novos arranjos industriais e de serviços de logística, de TIC, de Turismo e entretenimento, de educação superior e de saúde.

Neste sentido, em paralelo, assiste-se, como grande fenômeno urbano recente, o processo de interiorização do urbano regional como se verá a seguir.

6.2 Interiorização da Urbanização com Crescente Polarização das Cidades Médias

O outro processo de urbanização que caracterizou o Nordeste nas últimas décadas, também alinhado com tendência geral verificada no Brasil, foi o da interiorização da urbanização da região, a partir do crescimento das cidades de médio porte, em especial aquelas com

² Segundo a Pesquisa de Influência das Cidades - REGIC (IBGE, 2018), existem 15 cidades brasileiras classificadas como me- trópolis (principais centros urbanos do País), sendo São Paulo a “Grande Metrôpole Nacional”; Rio de Janeiro e Brasília como Metrôpoles Nacionais; e as outras doze cidades, que incluem Recife, Salvador e Fortaleza, são Metrôpoles Regionais.

³ Região integrada de desenvolvimento (RIDE) é uma área análo- ga às regiões metropolitanas brasileiras, porém, situada em mais de uma unidade federativa. As RIDES privilegiam ações econô- micas (enquanto as regiões metropolitanas as ações sociais e de mobilidade)[2] e são criadas por legislação federal específica.

capacidade de polarização regional, e em alguns casos, em combinação com mais de uma cidade-polo configurando a constituição de Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDEs).

Como apontam Alencar e Justo (2022)⁴, até a década de 1970 as pessoas no País procuravam sair de áreas pouco urbanizadas e ir para cidades grandes, na busca de melhores condições de vida. Este quadro vai gradualmente mudar na década de 1980 e, principalmente, a partir dos anos de 1990, com as cidades médias passando a exercer papel de espaços catalisadores de fluxos migratórios de populações atraídas por novas oportunidades de renda, uso e ocupação do solo mais baratos e condições melhores de vida no interior.

Dois fatores se destacaram no processo de crescimento das cidades médias no Brasil: o movimento de desconcentração industrial dos grandes centros e à expansão de fronteiras agrícolas. Ao mesmo tempo, em que estas cidades foram se equipando e modernizando, com a criação de estímulos imigratórios, ou seja, expandindo infraestruturas urbanas, serviços bancários, de comunicação e de transporte urbano, viabilizando meios de armazenagem, ampliando o comércio e serviços especializados em geral etc. O avanço do terciário, foi, portanto, elemento central.

No caso do Nordeste isto significou o revigorecimento/fortalecimento de cidades do interior que já eram espaços de referência para subespaços regionais, sobretudo na condição de tradicionais polos e entrepostos comerciais importantes; e, noutros casos, a emergência de cidades que passaram a assumir o protagonismo de polos de desenvolvimento regionais a partir de novos papéis urbanos e funções econômicas que passaram a exercer, a exemplo de polos de serviços sociais.

No tempo, pode-se identificar, entre as décadas de 1970 e 1990, como fatores de promoção da expansão das cidades médias no Nordeste: (a) a influência do II PND e dos incentivos fiscais (artigo 34-18 FINOR) como elementos indutores da descentralização industrial em direção ao NE; (b) a expansão de fronteiras agrícolas criando oportunidades para o rural regional; e (c) a guerra fiscal, que surgiu da disputa interestadual pela atração de novos investimentos, sobretudo industrial. Neste sentido, podem ser citadas a expansão de cidades do interior através do recebimento de investimentos por meio do complexo minero-metalúrgico (MA), exploração de fertilizantes (SE), produção de barrilha (RN), polo agroindustrial (Petrolina-

⁴ ALENCAR, Nataniele e JUSTO, Wellington. “Dinâmica de crescimento econômico das cidades médias do Nordeste: 1991 a 2016. Florianópolis: Revista Geosul, v. 37, n. 84, p. 256-281, set. /dez. 2022.

PE/Juazeiro-BA), polo de fruticultura (Açu/Mossoró-RN), polo petroquímico (Camaçari-BA), nova fronteira agrícola de grãos (Barreiras-BA, sul do Maranhão e oeste do Piauí), e Polo de confecções e calçados (Sobral-CE) entre outros. Este contexto permitiu, de um lado, o Nordeste se articular internamente mais e combinar uma modernização intensa com estruturas tradicionais na própria região; e, do outro lado, se integrar com as regiões mais desenvolvidas e industrializadas do país (ARAÚJO, 2002)⁵.

Por sua vez, nas primeiras duas décadas do século XXI o crescimento das cidades médias nordestinas se intensifica. Segundo Araújo (2014)⁶, contribuiu para isso a expansão do comércio e serviços impulsionados pela elevação da renda das famílias do seu entorno e a expansão e interiorização do ensino superior. Acrescente-se que também, em alguns casos, foi relevante a expansão e interiorização de serviços de saúde.

No caso da educação, vale o registro, da ampliação para o interior do número de estabelecimentos de ensino superior (campus de Universidades Federais e Estaduais e Institutos Federais, bem como do ensino privado), que geraram efeitos relevantes para algumas cidades, que passaram a reter mais talentos, criando maior massa crítica para a localidade e possibilitando mais suporte ao setor produtivo. Para se ter uma ideia o número total de matrículas do ensino superior na graduação no Brasil aumentou, entre 2000 e 2010, 116,4%, no mesmo período os incrementos verificados no Nordeste e no Semiárido nordestino foram neste mesmo período de, respectivamente, 175,9% e 237,5% (Censos Demográficos de 2000 e 2010, IBGE).

A seguir será feita a análise do perfil e significado das cidades de médio porte para o processo de interiorização do desenvolvimento do Nordeste. Para tanto, será examinado o período mais recente de 2000 a 2020, utilizando-se como classificação de cidade médio o recorte populacional de 100 mil até 500 mil habitantes), segundo o IBGE.

Por este critério, segundo o IBGE, havia no Nordeste 53 cidades de porte médio em 2020 (no Brasil, 277 cidades), onde viviam 4,4% da população e se gerou um PIB de 7,0% do Brasil. Levando em conta as cidades médias situadas no interior da região, ou seja, não computando aquelas que estariam mais associadas ao processo de metropolização das capitais e suas áreas de influência, cuja dinâmica foi explicada anteriormente, o número de cidades médias totalizou

⁵ ARAÚJO, Tania. Baccalar. Nordeste, "Nordestes: que Nordeste?". Recife: FUNDAJ, 2002

⁶ ARAÚJO, Tania. Baccalar. Nordeste: desenvolvimento recente e perspectivas. In: GUIMARÃES, Paulo, LASTRES, Helena, AGUIAR, Rodrigo e SILVA, Marcelo (Org.). "Um olhar territorial para o desenvolvimento – NORDESTE". Rio de Janeiro: BNDES, v. 1, p. 540-562, 2014.

34 em 2020. A Tabela 13 apresenta uma síntese do perfil dessas 34 cidades em termos de população, PIB, PIB per capita e distribuição setorial da riqueza gerada, a partir do Valor Agregado Bruto (VAB).

TABELA 13

Nordeste: Cidades médias (100 a 500 mil pessoas), exceto nas metrópoles capitais dos estados – 2020

MUNICÍPIO/UF	POPULAÇÃO RESIDENTE	PIB PREÇOS CORRENTES		PIB PER CAPITA (R\$)	DISTRIBUIÇÃO DO VAB (%)				
		(MI R\$)	(% DA UF)		TOTAL	AGROP.	INDÚSTRIA	COMÉRCIO E SERVIÇOS	ADM. PÚBLICA
Arapiraca/AL	233.047	5.234	8,3	22.458	100,0	19,4	9,5	51,4	19,7
Alagoinhas/BA	152.327	4.454	1,5	29.242	100,0	2,8	30,2	49,8	17,2
Barreiras/BA	156.975	6.137	2,0	39.097	100,0	31,5	14,5	42,5	11,6
Eunápolis/BA	114.396	3.002	1,0	26.245	100,0	4,7	30,9	45,9	18,4
Ilhéus/BA	159.923	4.532	1,5	28.336	100,0	4,0	29,1	48,8	18,1
Itabuna/BA	213.685	4.036	1,3	18.886	100,0	0,8	15,9	59,3	24,0
Jequié/BA	156.126	2.569	0,8	16.455	100,0	2,3	15,1	55,6	27,0
Juazeiro/BA	218.162	4.390	1,4	20.121	100,0	8,7	10,6	56,3	24,3
Paulo Afonso/BA	118.516	4.233	1,4	35.721	100,0	0,9	65,5	21,2	12,4
Porto Seguro/BA	150.658	2.964	1,0	19.675	100,0	5,2	7,3	62,1	25,4
Santo Antônio de Jesus/BA	102.380	2.163	0,7	21.130	100,0	2,9	15,0	62,8	19,3
Teixeira de Freitas/BA	162.438	2.554	0,8	15.723	100,0	4,0	8,2	60,8	27,0
Vitória da Conquista/BA	341.128	7.132	2,3	20.906	100,0	2,4	15,5	61,6	20,6
Crato/CE	133.031	1.719	1,0	12.923	100,0	4,0	11,2	53,4	31,4
Iguatu/CE	103.074	1.752	1,0	17.002	100,0	12,8	8,2	52,6	26,4
Itapipoca/CE	130.539	1.594	1,0	12.210	100,0	6,9	15,4	42,6	35,1
Juazeiro do Norte/CE	276.264	4.794	2,9	17.355	100,0	0,7	9,1	65,5	24,7
Sobral/CE	210.711	4.497	2,7	21.343	100,0	1,2	22,8	54,3	21,7
Açailândia/MA	113.121	2.679	2,5	23.683	100,0	15,5	29,9	34,2	20,3
Bacabal/MA	104.790	1.349	1,3	12.869	100,0	5,0	6,5	56,3	32,2
Caxias/MA	165.525	1.914	1,8	11.564	100,0	3,6	12,8	47,3	36,4
Codó/MA	123.116	1.105	1,0	8.972	100,0	6,2	13,8	38,8	41,2
Imperatriz/MA	259.337	7.231	6,8	27.881	100,0	0,6	25,0	56,1	18,2
Timon/MA	170.222	2.096	2,0	12.311	100,0	1,2	13,4	52,0	33,5
Campina Grande/PB	411.807	10.082	14,3	24.482	100,0	0,4	23,5	53,5	22,6
Patos/PB	108.192	1.919	2,7	17.738	100,0	0,8	13,9	55,4	30,0
Caruaru/PE	365.278	7.518	3,9	20.582	100,0	1,9	13,1	60,7	24,3
Garanhuns/PE	140.577	2.996	1,5	21.311	100,0	2,4	23,3	51,4	22,9
Petrolina/PE	354.317	6.880	3,6	19.417	100,0	16,2	12,3	47,1	24,5
Santa Cruz do Capibaribe/PE	109.897	1.550	0,8	14.103	100,0	0,4	14,3	50,9	34,4
Vitória de Santo Antão/PE	139.583	4.206	2,2	30.132	100,0	3,0	32,7	47,3	16,9
Parnaíba/PI	153.482	2.613	4,6	17.022	100,0	3,0	13,4	53,0	30,6
Mossoró/RN	300.618	7.166	10,0	23.839	100,0	3,6	17,3	54,2	24,9
Lagarto/SE	105.221	1.634	3,6	15.532	100,0	7,7	15,7	41,0	35,5
Total Cidades Médias NE (exceto Reg.Metrop.)	6.258.463	130.693	12,1 (*)	20.883 (**)					

Fonte: PIB dos municípios/IBGE 2020 e população estimada dos municípios / IBGE 2020. (*) % do PIB das cidades médias, exceto das Regiões Metropolitanas da região sobre o total do PIB do NE (IBGE,2020) (**) Valor superior ao PIB per capita médio do Nordeste (IBGE 2020).

Uma observação geral diz respeito ao fato que o município de Feira de Santana (Bahia) deixou de figurar na condição de cidade de médio porte, ascendo para a classificação de cidade de grande porte entre o censo de 2000 para 2010, sendo a única, no ano de 2020, a ter mais de 600 mil habitantes no interior do Nordeste. A cidade é a sede da Região Metropolitana de Feira de Santana formada por 33 cidades. Está localizada no centro-norte baiano, sendo a segunda cidade mais populosa do estado e a primeira cidade do interior nordestino em população, ou seja, é a maior cidade do interior das regiões Norte, Nordeste, Centro Oeste e Sul do Brasil, e é também a sexta maior cidade do interior do país, e com uma população maior que oito capitais estaduais.

Feira de Santana é o 69º maior PIB municipal do País e o 3º maior do interior do Nordeste. É um importante centro industrial e comercial, com um grande poder de compra e um forte comércio, e de grande influência econômica na Bahia e na região Nordeste, sendo o único município do interior do Nordeste com PIB acima de 10 bilhões. É sede de grandes empresas como a Le Biscuit, Brasfrut etc.

Uma segunda observação diz respeito a evolução das cidades médias do interior do Nordeste. Em 2000 existiam 24 cidades neste perfil na região; em 2010 evoluiu para 30 cidades; em 2020, alcançou-se o total de 34 cidades (ver Tabela 13). Sendo, portanto, incorporadas mais quatro municípios como cidades médias: Santo Antônio de Jesus (BA), Iguatu (CE), Santa Cruz do Capibaribe (PE) e Lagarto (SE). Mais à frente será feito o detalhamento destas cidades.

A seguir é examinado o perfil das 34 cidades de porte médio do interior do Nordeste e a contribuição dessas cidades para a dinâmica urbana e o desenvolvimento socioeconômico da região.

Como visto anteriormente, considerando a rede de hierarquia das cidades (REGIC-IBGE, 2018), o Nordeste tem três metrópoles regionais (Salvador, Recife e Fortaleza). Numa segunda escala de grau de influência, tem-se as capitais regionais que exercem influência no estado e em estados próximos, podendo ser classificadas como capitais regionais A, B e C, conforme a abrangência e relevância da rede influência destas cidades com seu entorno. No caso das capitais tipo A, que envolvem basicamente as capitais dos estados do Nordeste, excetuando-se metrópoles de Salvador, Recife e Fortaleza, também já foi feita anteriormente a análise.

Atualmente 14 cidades médias no interior do NE são consideradas pelo IBGE como Capitais Regionais do tipo B e C (ver Tabela 13), sendo cinco Capitais Regionais do tipo B⁷ e nove do tipo C.

Caruaru até 2010 era classificada como Capital Regional C, tornando-se, nos anos recentes, Capital Regional B, ao ampliar seu raio de influência no território. É o município mais populoso do interior de Pernambuco e que mais manteve sua vocação econômica para o comércio (incluindo a tradição das feiras livres) e os serviços, tornando-se polo regional de serviços de educação e saúde, exercendo um relevante papel catalisador regional, constituindo-se em um relevante polo médico-hospitalar, cultural e turístico do Agreste de Pernambuco. Também tem tradição industrial, com destaque para produção e comercialização de têxtil e confecções, segmento que agrega outros municípios próximos formando um grande polo de confecções e moda, formado sobretudo pelos municípios de Santa Cruz do Capibaribe, Toritama, Taquaritinga do Norte.

Crato e Juazeiro do Norte (CE), dois municípios definidos como Cidades Regionais tipo B (também da mesma forma que Caruaru, foram municípios que conseguiram evoluir de nível C para o status de Capitais Regionais nível B). Como são cidades muito próximas e mantêm intensa conurbação, formam, juntamente com a cidade de Barbalha (de menor porte), um Arranjo Populacional que ficou comumente chamado de CRAJU- BAR, o qual se agregou aos municípios limítrofes de Caririaçu, Farias Brito, Jardim, Missão Velha, Nova Olinda, Santana do Cariri, formalizando-se em junho de 2009 a Região Metropolitana do Cariri (RMC), tem como área de influência a região sul do Ceará e a região da divisa entre o Ceará e os estados de Pernambuco, Paraíba e Piauí.

A cidade do Crato foi a primeira centralidade regional, sendo um importante núcleo econômico e político do interior cearense. Até o final século XIX a vizinha Juazeiro do Norte era um distrito do Crato. O CRAJUBAR comanda diversas atividades socioeconômicas e culturais do sul cearense, sendo destaque como polo regional comercial (chamando a atenção o crescimento recente do varejo moderno e a tradicional comercialização de produtos rurais, oriundos do desenvolvimento da agricultura nos vales irrigados da região do Cariri) e polo de serviços e, geral e, em especial de educação superior e saúde. Juazeiro do Norte tem um peso muito grande do

⁷ Lembrando que Feira de Santana (BA), que já foi aqui examinada, também é classificada como Capital Regional tipo B, porém, tornou-se nos anos recentes cidade de grande porte .

terciário (cerca de 80% da economia do município) e é referência no turismo religioso. CRAJUBAR também possui um parque industrial, em que se destaca a indústria têxtil.

Vitória da Conquista, terceira maior cidade do estado da Bahia em termos populacionais, atrás de Salvador e Feira de Santana, e a quinta do interior do Nordeste, tendo o sexto maior PIB do estado. A cidade concentra os fluxos de uma vasta região que abarca uma rede de 30 cidades que integram a Região Imediata de Vitória da Conquista e que se estende até Barreiras, no oeste do estado (uma rede de influência maior que Feira de Santana). Atua nesta rede de influência regional, como polo de serviços de saúde e educação superior e papel essencial como entreposto comercial regional. Já na indústria, ressalta-se o ramo moveleiro. Considerado o maior polo da Bahia, além da presença de importantes empresas dos ramos de bebida, e alimentos. É considerada a segunda melhor cidade do Nordeste para se viver, segundo os parâmetros do Índice dos Desafios da Gestão Municipal (IDGM) de 2021 (Índice criado pela Macroplan Consultoria), ficando apenas atrás de Petrolina (PE).

Itabuna cidade referência no Sul da Bahia, cujo raio de influência envolve mais de 40 municípios, com pouco mais de 1 milhão de habitantes formava, até 2010, junto com a cidade de Ilhéus, uma única rede urbana. Contudo, na última edição do REGIC-IBGE de 2018, o eixo Ilhéus-Itabuna foi dissociado. Sua importância econômica cresceu no Brasil durante a época áurea do cultivo de cacau, todavia o segmento entrou em crise na década de 1990 e a cidade buscou alternativas econômicas. Hoje a cidade é um centro regional de comércio, indústria e de serviços, bem como tem uma diversificada área rural. A cidade é um importante entreposto comercial da Bahia pela sua posição estratégica e se destaca pela presença de indústrias de grande porte como Nestlé, Cambuci S/A (Penalty) e TriFil. Também se sobressai como referência regional nos serviços de saúde e educação, bem como pelo terciário moderno.

Com relação as cidades médias Capitais Regionais tipo C do interior do NE, temos as seguintes contribuições em termos da dinâmica urbana do Nordeste:

As cidades de Petrolina e Juazeiro são classificadas como Capitais Regionais tipo C, constituindo-se como cidades fortemente conurbadas, que por estarem situadas em estados diferentes compõem, desde setembro de 2002, uma Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento (RIDE), composta por 4 municípios pernambucanos: Petrolina, Lagoa Grande, Santa Maria da Boa Vista e Orocó; e 4 municípios baianos: Juazeiro, Casa Nova, Curaçá e Sobradinho. A RIDE Petrolina-Juazeiro forma o maior aglomerado urbano do Semiárido brasileiro

desde a década de 1970 que essa região passa por um processo de agroindustrialização, com a implantação de empresas agrícolas e de processamento para agregar valor na produção, sobretudo voltada para o comércio exterior (em Petrolina, o setor agropecuário corresponde a 16,2% da economia municipal, só perdendo para o peso do agro em Barreiras e Arapiraca). Assim se formou o polo de desenvolvimento tecnológico da fruticultura irrigada, implantado pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) e iniciativa privada, com apoio do Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Semiárido (CPATSA-Embrapa). Por sua vez, a região tornou-se o 2º polo vitivinicultor do Brasil, localizado nos municípios de Lagoa Grande e Santa Maria da Boa Vista (PE) e Casa Nova (BA), A RIDE Petrolina-Juazeiro também se destaca como polo educacional, com presença da Universidade Federal do Vale do São Francisco, Universidade Estaduais da Bahia e de Pernambuco, Institutos Federais do Sertão Pernambucano e da Bahia. Petrolina é reconhecida como a maior rede hoteleira da região turística do sertão do São Francisco e do Pajeú. Já Juazeiro é a mais industrializada do Vale do São Francisco, contando com um Distrito industrial. com diversas indústrias Barreiras, Capital Regional tipo C (segundo REGIC-IBGE) é o principal centro urbano, político, educacional, médico, tecnológico, econômico, turístico e cultural do Oeste Baiano. Com a expansão da fronteira agrícola do Brasil, essa região se constituiu num polo produtor de grãos – com destaque para a soja. Além de um cerrado altamente produtivo, também possui uma área do território com grande potencial para a pequena agricultura, piscicultura e pecuária de corte e leite. Como mostra a Tabela 13, a agropecuária responde por quase um terço da economia local, um percentual muito acima da média do Nordeste, o que a coloca como a cidade mais agro do Nordeste. Também tem um PIB per capita bem acima da média regional.

Ilhéus cidade do Sul da Bahia já teve um raio de influência maior, estando hoje na condição de Capital Regional tipo C. Sua economia baseia-se, em parte, na agricultura. Também, se consolidou, nos últimos anos, como polo Tecnológico de informática, que conta com cerca de 30 empresas de informática, eletrônica, elétrica e de telecomunicações. Os serviços de turismo é outra atividade importante, sustentada pelas vocações do município, em especial pelas belezas naturais e pela história e a cultura (amplamente divulgadas nas obras de Jorge Amado.

Também se destaca na agropecuária a cidade de Arapiraca (AL), segundo município com maior população de Alagoas e o nono do interior do NE, Capital Regional tipo C (REGIC-IBGE), cidade de referência da Região Metropolitana do Agreste de Alagoas, que é formado por Arapiraca e mais 14 municípios: Belém, Campo Grande, Coité do Noia, Craíbas, Estrela de Alagoas,

Feira Grande, Girau do Ponciano, Igaci, Jaramataia, Lagoa da Canoa, Olho d'Água Grande, Palmeira dos Índios, São Brás, São Sebastião, Tanque d'Arca, Taquarana e Traipucidade. O desenvolvimento da cidade se deu a partir dos anos de 1970, com a cultura da produção de fumo. Apesar da agropecuária ainda ser relevante, a cidade se diversificou e hoje é um importante polo de comércio e serviços do agreste alagoano.

Campina Grande (PB), outra Capital Regional tipo C, é a segunda maior cidade da Paraíba e sede da Região Metropolitana de Campina Grande (RMCG), criada em novembro de 2009, que compreende, além da Campina Grande, os municípios de Aroeiras, Barra de Santana, Boa Vista, Boqueirão, Caturité, Fagundes, Gado Bravo, Itatuba, Lagoa Seca, Massaranduba, Matinhas, Puxinanã, Queimadas, Serra Redonda, Alcantil, Natuba, Santa Cecília e Umbuzeiro. Campina Grande é importante Centro Universitário, contando com 21 Universidades e Faculdades, sendo três delas públicas. É a cidade proporcionalmente com o maior número de doutores do Brasil, 1 para cada 590 habitantes, seis vezes a média nacional. Além do ensino superior, o município é destaque na capacitação para o nível médio e técnico. Também possui o 2º maior PIB da Paraíba, tendo forte predominância do terciário (mais de 75%), seguido da Indústria com 23,5%. Uma evidência do desenvolvimento da cidade nos últimos tempos é o ranking da revista Você S/A, no qual Campina Grande aparece como uma das 100 melhores cidades para se trabalhar e fazer carreira do Brasil.

As outras três cidades de porte médio classificadas como Capitais Regionais tipo C (REDIG-IBGE) possuem expressão importante no setor industrial.

Imperatriz (MA), 2º mais populoso município do estado do Maranhão e sedia a Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense (criada em 2017), composta, além de Imperatriz, pelos municípios de João Lisboa, Senador La Rocque, Buritirana, Davinópolis, Governador Edison Lobão, Montes Altos, Ribamar Fiquene, São Pedro da Água Branca, Vila Nova dos Martírios, Porto Franco, São Francisco do Brejão, Amarante do Maranhão, Sítio Novo, Carolina, Itinga do Maranhão, Açailândia, Campestre do Maranhão, Cidelândia, Lajeado Novo, São João do Paraíso e Estreito. A cidade se destaca pelo ramo de logística, com a presença de um ramal da ferrovia Norte-Sul para Imperatriz, que se destina a transportar celulose até o porto de Itaqui, em São Luís, por meio do entroncamento com a Ferrovia Carajás. Também está situada num cruzamento entre a soja de Balsas, no sul do Maranhão, a extração de madeira na fronteira com o Pará, a siderurgia em Açailândia e a agricultura familiar no resto do estado, com destaque para a produção de arroz. Também tem potencial de produção de energia (hidrelétrica de Estreito) e de celulose com a

fábrica da Suzano Papel e Celulose em Imperatriz. Bem como, polo de conhecimento e difusão científica regional de educação superior. A indústria responde por 25% da economia do município (ver Tabela 13).

Já o município de Sobral (CE) segunda maior cidade do interior cearense e o segundo no índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do estado, atrás apenas de Fortaleza. É sede da Região Metropolitana de Sobral (RMS), criada em 2016, que contempla, além de Sobral, os municípios de Massapê, Senador Sá, Pires Ferreira, Santana do Acaraú, Forquilha, Coreaú, Moraújo, Groaíras, Reriutaba, Varjota, Cariré, Pacujá, Graça, Frecheirinha, Mucambo, Meruoca e Alcântaras. Sobral é o maior Polo Universitário do interior do estado do Ceará, contando com campus da Universidade Estadual e da Universidade Federal do Ceará e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). Também é referência regional em serviços de saúde, contando com dez grandes hospitais. Como pode ser visto na Tabela 13, a indústria de Sobral tem uma participação de 24,3% (já chegou a 37% em 2000) e mais de 75% do setor de serviços. No setor industrial destacam-se os ramos de calçados; cimento; e alimentos e bebidas.

Completando as capitais regionais do tipo C, tem o município de Mossoró (RN), o maior município em área e o segundo mais populoso do Rio Grande do Norte. Possui na extração de sal e de petróleo, importantes componentes econômicos, sendo o maior produtor nacional de sal e já foi produtor de petróleo em terra, com uma produção diária de 47 mil barris e mais de 3500 poços. Ainda na indústria, destaca-se a indústria têxtil e de confecções. No setor agropecuário encabeça, com os municípios vizinhos de Assu e Baraúna, o Polo de Fruticultura Irrigada de Mossoró/Baraúna/Assu, voltada em grande parte para a exportação (chamando a atenção de ser o maior produtor de melão do Brasil). Sendo uma Capital Regional, a cidade também concentra serviços mais complexos de educação e serviços em relação ao seu entorno. Mossoró contempla campus da Universidade Estadual do RN e da Universidade Federal Rural do Semiárido; e o Instituto Federal do RN. Também abriga equipamentos de saúde, como o Hospital Regional Dr. Tarcísio Maia, clínicas particulares e um Hospital da Unimed.

Completando a análise do processo de interiorização das cidades médias no NE (Cf. Tabela 13) temos 20 cidades enquadradas pela classificação da REGIC-IBGE (2018), como Centros Sub-Regionais⁷⁸, quatro delas foram alçadas a categoria de médio porte recentemente, como foi visto

⁸ Os centros Sub-Regionais referem-se a um conjunto de municípios que possuem atividades menos complexas e exercem menos influência sob outros municípios que as metrópoles e as capitais regionais; e, na categoria de cidades de médio porte constituem-se em Centros Sub-Regionais nível A (população média de 120 mil pessoas).

anteriormente, conseguindo se firmar entre 2010 e 2020 como novos polos de desenvolvimento territorial, são elas:

Santo Antônio de Jesus (BA) - considerada a capital do Recôncavo Baiano, sendo maior polo comercial, industrial, educacional, de saúde e de serviços de toda a região.

Iguatu (CE) principal polo econômico da Região Centro-Sul do Ceará, destacando-se nas indústrias moveleira e calçadista e nos serviços (referência regional no ensino superior).

Santa Cruz do Capibaribe (PE), 3ª maior cidade do Agreste Pernambucano, tornou-se nas últimas duas décadas a maior produtora de confecções de Pernambuco, e, segundo o SENAI, a 2ª maior produtora de confecções do Brasil, ficando atrás apenas da capital paulista, possuindo um dos maiores parques de venda de confecções da América Latina - o Moda Center Santa Cruz. É também conhecida como a Capital da Sulanca, Capital das Confecções ou Capital da Moda.

Lagarto (SE) - Terceira maior cidade de Sergipe se destaca no cultivo do tabaco e plantas cítricas, bem como na pecuária. É também referência no ensino superior, com destaque para a presença de Campus Avançado da Saúde da Universidade Federal de Sergipe e do Hospital Regional que atende parte da população da região Centro-Oeste do estado e de cidades da Bahia.

A seguir são examinados os perfis de algumas outras cidades de médio porte do interior, definidos como Centros Sub-regionais do tipo A, que tem alguma expressão e potencial de desenvolvimento urbano e econômico.

Alagoinhas, localizada no Agreste da Bahia destaca-se na produção agrícola de limão (maior produtor baiano), abacate, laranja (3º maior produtor baiano) e é um grande produtor de areia, argila e pedra. Seus serviços crescem bastante, desde a descoberta dos poços de petróleo e da implantação da ferrovia, sendo referência no suporte de comércio e serviços para os municípios vizinhos.

Jequié localizado no Sudoeste da Bahia, na zona limítrofe entre a caatinga e a zona da mata, ressalta-se na atividade pecuária (sobretudo bovina) e na agricultura (destacando-se cacau, café, cana-de-açúcar, maracujá). O município tem uma posição estratégica na microrregião e é responsável por parte do abastecimento de combustível a base de petróleo e álcool no sudoeste baiano.

Paulo Afonso localizado no Norte da Bahia, tornou-se destaque no setor industrial baiano e nordestino devido ao parque hidrelétrico que envolve todo seu território e cidades

circunvizinhas. Como pode ser visto na Tabela 13, a indústria contribui com 65,5% da economia local. Por outro lado, se ressalta ainda a atividade da piscicultura (criação de tilápias) e o comércio e serviços locais.

Porto Seguro localizado no litoral sul da Bahia, é, hoje, considerada um dos mais importantes pontos turísticos do Brasil, contando com diversos hotéis de luxo e centenas de hotéis e pousadas menores e ainda com a presença de um aeroporto internacional. Além do turismo, ressalta-se na agricultura a produção de caju e o coco e o reflorestamento de eucalipto, bem como o comércio e serviços locais.

Teixeira de Freitas localizada no extremo sul da Bahia. Embora seja mais nova que os municípios vizinhos, Teixeira de Freitas se consolidou como a principal cidade do extremo sul baiano. Chama a atenção que sua população se expandiu a uma taxa 2,4 vezes maior que a Bahia, tendo aumentado 87% o número de habitantes nos últimos 25 anos. Na economia tem relevância como polo comercial.

Itapipoca é a 10ª colocada entre os municípios mais ricos do Ceará e a 7ª entre os municípios mais populosos do estado. Sua economia tem expressão na agricultura familiar e potencial de expansão no turismo, contando com atrações naturais, arqueológicas e arquitetônicas.

Açailândia, no Maranhão. Foi emancipada, em 1981 de Imperatriz, O município é sede da Região de Planejamento dos Carajás (desde 2007), uma das 32 regiões de planejamento do Maranhão, que contempla, além de Açailândia, os municípios de Bom Jesus das Selvas, Buriticupu, Cidelândia, Itinga do Maranhão, São Francisco do Brejão, São Pedro da Água Branca e Vila Nova dos Martírios. Na economia destaca-se na indústria siderúrgica, com algumas siderúrgicas e uma aciaria instaladas no município; e na agroindústria, tendo o município o maior rebanho bovino do Maranhão.

Timor, também no Maranhão, é a quarta cidade mais populosa do estado e está conurbada à Teresina, capital do estado do Piauí, fazendo parte da já mencionada RIDE de Teresina. O município é sede da Região de Planejamento do Médio Parnaíba, formada também pelos municípios de Matões e Parnarama. O setor do comércio e serviços é o que mais cresce e já representa 60% da economia do município (ver Tabela 13). Mas, também tem participação relevante do setor industrial (25% da economia) com destaque para indústria ceramista,

movelaria e frigoríficos. O município tem importante ainda pela presença da pequena produção agrícola na economia.

Patos, na Paraíba, é o quarto município mais populoso. e o 6º em termos de PIB do estado, E sede da Região Metropolitana do Sertão da Paraíba ou Grande Patos, que compreende além de Patos, os municípios de Areia de Baraúnas, Cacimba de Areia, Cacimbas, Catingueira, Condado, Desterro, Emas, Junco do Seridó, Mãe D'Água, Malta, Matureia, Passagem, Quixaba, Sal-gadinho, Santa Luzia, Santa Terezinha, São José de Espinharas, São José do Bonfim, São José do Sabugi, São Mamede, Teixeira, Várzea e Vista Serrana. Cidade rica em minério e centro de comercialização da agricultura regional, Patos vem se destacando como pelo mais rápido desenvolvimento industrial do sertão paraibano.

Parnaíba situado no litoral piauiense é um dos quatro municípios litorâneos do estado e o 2º município mais populoso. É o portal de entrada para o Delta do Parnaíba, tornando-se popularmente conhecida como a “Capital do Delta”. Possui uma Zona de Processamento de Exportação (ZPE). Por outro lado, o agronegócio vem ganhando destaque devido ao perímetro irrigado tabuleiros litorâneos onde são cultivados diversos tipos de culturas.

Garanhuns é a cidade mais diversificada do agreste meridional de Pernambuco, sendo polo de 32 municípios, O município ressalta-se, pelo seu diversificado comércio e oferta de serviços, tem no turismo, um importante fator de geração de emprego. É polo regional no ensino superior e nos serviços de saúde. O município já foi mais forte no setor agropecuário, sobretudo da bacia leiteira.

Vitória de Santo Antão (PE). o quarto mais populoso do interior de Pernambuco e o mais populoso da Zona da Mata. É um centro regional de referência no comércio e serviços, com tradição em ramos como revenda e consertos de automóveis e caminhões e polo educacional relevante. Também possui uma boa base Industrial, que foi incrementada nos últimos anos com a presença de importantes indústrias, em especial do ramo de alimentos e bebidas. Segundo a revista Exame (edição de 2020) é a 17ª melhor cidade do Brasil para se investir no setor industrial. Por outro lado, é uma base de produção agrícola, sobretudo familiar, importante.

6.3 Emergência de Cidades de Menor Porte com Significante Peso da Dinâmica Territorial

Por fim, vale comentar sobre o outro processo geral de interiorização da urbanização recente do Nordeste, o papel desempenhado por um conjunto de municípios que não são enquadrados como cidades médias, que têm uma população abaixo de 100 mil, alguns com bem menos, que não obstante, vêm se destacando pelo seu dinamismo e grau de importância frente a outros municípios.

Neste sentido, vale citar algumas dessas experiências, como: Pau dos Ferros no Rio Grande do Norte; Cajazeiras e Sousa na Paraíba; Serra Talhada em Pernambuco, Luís Eduardo Magalhães na Bahia; Crateus no Ceará. Alguns fatores podem explicar o dinamismo e representatividade recentes dessas experiências de interiorização: a descentralização do ensino superior (que permitiu a presença de importantes centros universitários, gerando massa crítica local e potencial de articulação da formação e pesquisa com o tecido produtivo local e regional); o reforço dos serviços de saúde no interior (com alguns municípios tornando-se referência regional em equipamentos e serviços de saúde, bem como na formação em medicina e outras áreas da saúde); a expansão de fronteiras agrícolas com avanço do agronegócio permitindo o fortalecimento do setor agropecuário de alguns municípios e noutros, o incremento de indústrias e serviços associados ao agronegócio; a alternativa para descentralização industrial das regiões metropolitanas, levando ao estímulo (em muitos casos baseado em benefícios fiscais) de instalação de indústria no interior; e a opção por melhor condição de vida e oportunidades de emprego e negócios.

Como se vê, a realidade urbana do Nordeste mudou significativamente – para melhor – nas décadas recentes.

CAPÍTULO 7: Dinâmica e Mudanças Recentes no Modelo de Financiamento do Desenvolvimento Regional

O debate sobre o financiamento ao desenvolvimento passa não só por questões de conjuntura econômica e superação de crises, mas também pela dinâmica orçamentária dos diversos níveis de Governo, pela atuação dos bancos de desenvolvimento e pelos modelos inovadores de mobilização de capital. Vale ressaltar ainda a necessidade de adequação à transição do mundo analógico para o digital, com quebra de paradigmas nos padrões de produção, no mercado de trabalho, nas modalidades de consumo e de comunicação e nas exigências relacionadas a sustentabilidade cada vez mais presentes na sociedade.

É necessário também que o tema seja tratado a partir do recorte regional, e nesse contexto, o Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE), publicado pela SUDENE em maio de 2019, destaca que:

“A superação dos desafios do financiamento no Nordeste passará pela: (i) capacidade de otimização dos recursos orçamentários da União e das demais unidades da federação; (ii) qualidade da aplicação e distribuição dos financiamentos através de crédito dos bancos de desenvolvimento; e (iii) pelas iniciativas relacionadas a formas e modelos de financiamento ainda pouco utilizados na região, principalmente com a participação de agentes privados, estímulo ao mercado de capitais e o fomento à captação de recursos em fundos setoriais nacionais e internacionais.” (PRDNE, 2019, p.109, www.sudene.gov.br).

68

7.1 A Atuação Recente dos Bancos de Desenvolvimento

No que se refere aos bancos de desenvolvimento, enfatiza-se de início a presença e atuação regional do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), responsável inclusive pela operação do Fundo Constitucional do Nordeste (FNE) criado em 1988 e que representa há alguns anos mais da metade dos recursos contratados pelo BNB no Nordeste.

A Constituição Federal de 1988 determina que 3% (três por cento) do produto da arrecadação do imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza e do imposto sobre produtos industrializados sejam entregues pela União como fontes para os fundos regionais, sendo que 1,8% são destinados ao FNE, 0,6% são destinados ao Fundo Constitucional de

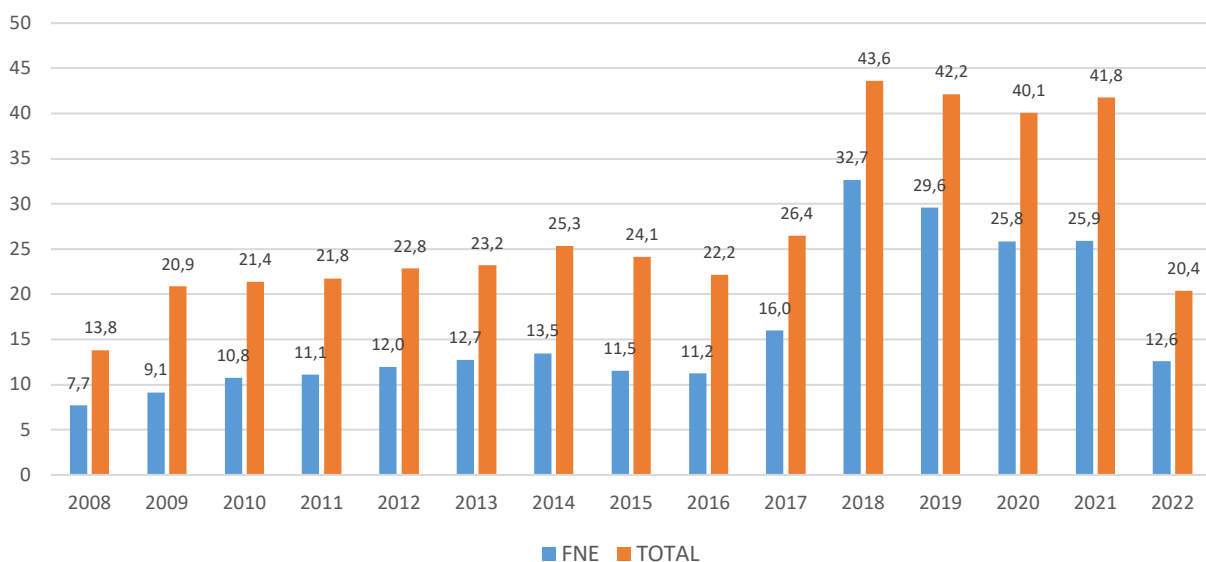
Financiamento do Norte (FNO) e 0,6% ao Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO).

Os recursos contratados pelo BNB nos últimos 15 anos foram bastante significativos, de cerca de R\$ 410 bilhões a preços correntes, destacando-se o crescimento no volume de recursos a partir de 2017, principalmente pelo incremento no FNE, que chegou a representar, nesse período, cerca de 70% do funding contratado, com exceção de 2022, quando se registrou uma importante redução nas contratações, conforme registrado no Gráfico 11 a seguir.

Com relação ao FNE, o Ministério do Desenvolvimento Regional, através da SUDENE e do BNB, devem definir os parâmetros setoriais e estaduais na programação anual do fundo⁹. Na distribuição setorial, o fundo tem destinado recentemente cerca de 1/3 dos recursos para infraestrutura, e o restante é distribuído para agricultura, pecuária, indústria, agroindústria, turismo, comércio e serviços. Na distribuição territorial, a participação é proporcional ao tamanho das economias, que inclui além dos estados do Nordeste, o norte do Espírito Santo e de Minas Gerais.

GRÁFICO 11

Banco do Nordeste do Brasil - Contratações do FNE e Totais - 2008/2022 - R\$ milhões



Fonte: BNB. Elaboração Ceplan.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), por sua vez, sendo a instituição com maior capacidade de financiamento do país, também tem uma importante atuação no Nordeste. Embora tenha ocorrido uma redução no volume financiado nos últimos 5

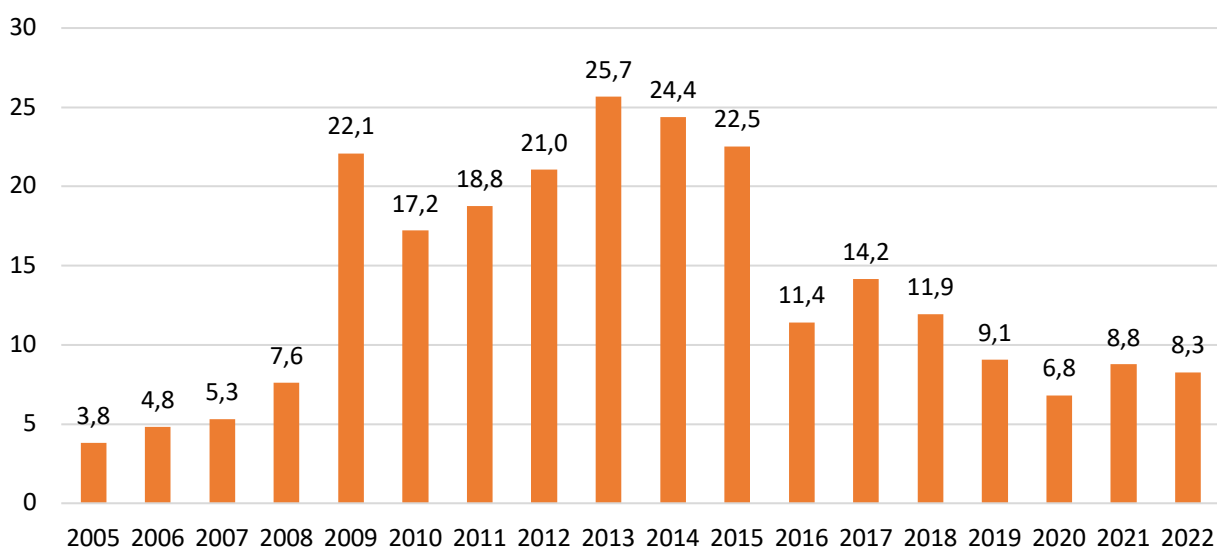
⁹ Prioridades sinalizadas pelo Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) e pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), respaldados pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e pelo Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste – PRDNE (Resolução Condell/Sudene nº 127 de 24/05/2019).

anos, o apoio do BNDES à Região Nordeste nos últimos 18 anos foi de cerca de R\$ 243 bilhões, em financiamentos a projetos públicos e privados, conforme destacado no gráfico 12 a seguir.

Na série apresentada, ressalta-se o período de 2009 e 2015 como o de maior volume de desembolso no Nordeste. Grande parte do crescimento dos financiamentos nesse período, é justificada pela implantação e ampliação de investimentos na região, com destaque para setores mais tradicionais como refino de petróleo, papel e celulose, plantas de insumos petroquímicos, assim como segmentos até então pouco presentes na região, como a implantação de parques eólicos, indústria farmacológica, fabricação de equipamentos de geração de energia eólica e indústria automobilística.

Ainda no período de expansão da atuação regional do BNDES, vale registrar o apoio do Banco ao setor público, através do financiamento aos Planos Estaduais de Desenvolvimento, composto por carteiras de projetos de infraestrutura econômica e social. Em 2014 uma publicação do BNDES¹⁰ registrou que a linha de apoio aos estados se tornou também um instrumento de melhoria dos programas e da gestão governamental, integrando os investimentos e as ações priorizadas pelos executivos dos estados.

GRÁFICO 12
Desembolso do BNDES no Nordeste - 2005 a 2022 - R\$ Milhões



Fonte: BNDES. Elaboração Ceplan.

A partir de 2016, período marcado por crises políticas e econômicas, ocorre um arrefecimento do volume de recursos desembolsados pelo BNDES, tanto em nível nacional como na Região. A

¹⁰ Um Olhar Territorial para o Desenvolvimento: Nordeste – Publicada pelo BNDES em 2014.

média para esses últimos 6 anos foi de R\$ 10 bilhões em financiamentos para o Nordeste e de cerca de R\$ 68 bilhões para o país.

Ainda a respeito da atuação dos dois bancos de desenvolvimento, é importante mencionar a série de Fundos de Investimento em Participações (FIPs) - Criatec, que já conta com os Criatecs 1, 2 e 3, e o fundo Primatec como parte do esforço em fomentar a inovação. São fundos de investimento em MPMEs inovadoras em que o BNDESPar é o principal quotista. O BNB é também quotista dos fundos Criatec 1 e 2 e foi pioneiro junto com o BNDES na primeira edição. O Criatec 1 contou com capital para investimento de R\$ 100 milhões, sendo R\$ 80 milhões subscritos pelo BNDES e R\$ 20 milhões subscritos pelo BNB. Em sua terceira edição, o Criatec já apoiou mais de 70 empresas brasileiras, viabilizando o registro de cerca de 60 patentes e a criação de quase mil produtos.

O que se observa na atuação dos bancos de desenvolvimento são avanços importantes no aporte de recursos à região Nordeste, com diversificação da carteira e de formas de financiamento. O volume de investimentos apoiados pelo BNB apresentou crescimento significativo, principalmente através do FNE. No caso do BNDES, a atuação regional mais expressiva ficou concentrada entre 2009 e 2015, e nesse caso é necessária uma retomada mais significativa da ação da instituição no Nordeste.

Outro desafio que merece atenção é o da parceria entre as duas instituições, que ficou praticamente restrita ao Criatec, e não se expandiu, por exemplo, no repasse das linhas e programas do BNDES pelo BNB, como agente credenciado. Na mencionada publicação do BNDES de 2014, já se registrava a pouca interação entre as duas instituições, principalmente pelas diferenças operacionais de custos, prazos e análise de riscos das operações. Contudo, há oportunidades de alavancagem financeira a partir de uma atuação mais articulada.

7.2 Modelos de financiamento subutilizados Regionalmente

A inovação nos modelos de financiamento de longo prazo já ocorre há algumas décadas, e nos anos recentes tem tomado um espaço importante no debate sobre a viabilização econômico-financeira de infraestruturas e empreendimento. Alguns desses instrumentos, ainda pouco utilizados no Nordeste, podem ajudar a destravar potenciais econômicos da região, notadamente as concessões, PPPs, mercado de capitais e parcerias com fundos de financiamento temáticos, incluindo fundos climáticos ou setoriais, nacionais e internacionais.

A adaptação desses desenhos econômico-financeiro para o desenvolvimento de novas soluções regionais, deve considerar um estudo das experiências, aprendizados, e fatores de risco e de sucesso.

No caso das Parceria Público-Privada no Brasil, foi promulgada a Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que estabeleceu as características e parâmetros para o uso do modelo. As experiências recentes no Brasil, com destaque para alguns casos no Nordeste, estão fortemente associadas a projetos mais vultuosos, relacionados a grandes infraestruturas. Nesse sentido, é importante que os atores públicos e privados estimulem também o uso do instrumento para projetos de menor porte, diversificando a abordagem dos investimentos, já que a própria Lei Federal permite recortes de PPPs a partir de R\$ 20 milhões. Ressalta-se que as unidades da federação também elaboraram Leis Estaduais sobre o tema e estabeleceram unidades estaduais gestoras de PPPs.

Ainda sobre PPPs, é importante mencionar o papel dos fundos de estruturação de projetos, que financiam os custos de elaboração dos estudos de viabilidade e projetos executivos para que as Concessões e PPPs sejam lançadas e captadas pelo mercado. Um dos exemplos é o FEP da Caixa, fundo privado, sem personalidade jurídica própria, constituído por prazo indeterminado e sob o amparo da Lei nº 13.529, de 2017.

No aqui mencionado PRDNE, foram apresentadas estatísticas da capacidade de alavancagem de PPPs a partir da estruturação de projetos e lançamento das manifestações de interesse (PMI). De acordo com o plano, em um levantamento de 28 projetos no Brasil¹¹, foram utilizados R\$ 102,9 milhões para os estudos de estruturação e os investimentos mobilizados nas PPPs desses 28 projetos somaram cerca de R\$ 25,4 bilhões, ou seja, alavancando 247 vezes o valor investido na fase de estruturação dos projetos.

Embora tenham se registrados avanços nas PPPs para região Nordeste, o modelo é ainda incipiente em termos regionais, concentrado nas três maiores economias, com destaque para a Bahia. Portanto, há um espaço importante para crescimento, principalmente através da diversificação em termos das infraestruturas e tamanho dos projetos apoiáveis.

Uma outra tendência nos modelos de financiamento está relacionada à sustentabilidade socioambiental e de mudanças climáticas. Os critério e fatores de ESG (sigla em inglês:

¹¹ FONTE: <https://www.radarppp.com/resumo-de-contratos-de-ppps/>

Environment, Social and Governance), são cada vez mais utilizados e exigidos pelos principais fundos de investimentos nacionais e internacionais. Os compromissos sociais, ambientais e de governança se tornaram critérios decisivos para captação de recursos junto aos gestores desses fundos.

De acordo com estudo da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) realizado em 2015, os países desenvolvidos se comprometeram a mobilizar 100 bilhões de dólares por ano para financiamento climático de países em desenvolvimento até 2020, meta que não foi atingida de acordo com relato dos organismos multilaterais e os gestores dos fundos. O estudo da OCDE apresenta ainda um Inventário de Fundo Climático (CFI)¹², constituído por 91 fundos públicos bilaterais e multilaterais de clima, juntamente com informações sobre seu foco, tamanho e outras informações relevantes.

Embora o volume de recursos com essas características tenha se expandido, a presença no Nordeste de projetos ou programas financiados através de fundos com essas características é bastante reduzida. Nesse aspecto, é importante ressaltar o desafio do semiárido nordestino como oportunidade de mobilização de projetos e recursos com os critérios exigidos por essas fontes financeiras.

¹² OCDE – Climate Fund Inventory. Report to the G20, aug/2015.

CAPÍTULO 8: Melhorias do Quadro Fiscal e Avanços nos Modelos de Planejamento e Gestão Pública

No Nordeste, como no Brasil, a situação fiscal mudou de paradigma no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998) quando foram reestruturadas as dívidas estaduais que até então se financiavam com a emissão de títulos, além de operações de crédito junto, especialmente, a bancos oficiais. Isso foi feito por meio da Lei Nº 9.496 de 11/09/1997. A União assumiu e renegociou contratualmente a dívida dos estados e proibiu esses estados de emitir títulos da dívida. Uma nova era da história de endividamento dos estados e dos municípios tinha então se iniciado.

Na sequência, e com o mesmo objetivo de disciplinar os gastos públicos, adveio a Lei de Responsabilidade Fiscal de 04 de maio de 2000 (Lei Complementar Nº 101) propiciando um avanço na regulação da situação fiscal da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal. Os estados foram obrigados, sob a supervisão do Tesouro Nacional e do Banco Central, a elaborar e executar planos anuais de ajuste fiscal com definição de metas para os principais agregados, (resultado primário, nominal, endividamento etc.). O aval da União para realizar operações de crédito dependeria basicamente de dois parâmetros: a capacidade de endividamento medida pela razão entre Dívida Bruta e Receita Corrente Líquida (RCL) que não deveria exceder 200% e a Capacidade de Pagamento medida pela relação entre juros e encargos da dívida e a RCL que não deveria exceder até 11,5% (Resolução Nº 43/2001 MF).

Portanto, capacidade de endividamento e de pagamento tem limites dados pela LRF e por autoridade do Ministério da Fazenda. Para realizarem operações de crédito os estados precisavam atender apenas aos dois critérios já mencionados: capacidade de endividamento e capacidade de pagamento. Desde 2017, no entanto, o Tesouro Nacional criou regras mais rígidas com relação à capacidade de pagamento para minimizar risco de crédito da União como avalista das operações de financiamento, criando um rating ou escala que depende de mais dois parâmetros além da capacidade de endividamento: existência de poupança corrente (relação Despesa Corrente/Receita Corrente Ajustada) e um índice de liquidez medido pela razão entre o valor das obrigações financeiras e a disponibilidade de caixa bruta para pagá-las (Portaria MF Nº 501 de 23/11/2017). Os ratings variam de “A” a “D”, sendo que apenas os entes que obtiverem a nota “A” ou “B” seriam elegíveis para obter financiamento com garantia da União. Os estados

precisam demonstrar que possuem capacidade de endividamento medido pela relação entre Dívida Consolidada Bruta e Receita Corrente Líquida, que têm recursos próprios medidos pela razão despesa corrente e receita corrente e que têm dinheiro em caixa para pagar as obrigações financeiras de curto prazo. É necessário, portanto, um ajuste fiscal mais severo para que o ente se habilite a obter empréstimos com o aval da União.

Todavia, os desajustes fiscais a partir de 2014 no âmbito federal conduziram a uma forte retração da atividade econômica e a uma forte pressão inflacionária nos anos de 2015 e 2016 que atingiu o país como um todo, inclusive as economias do Nordeste. A deterioração da situação fiscal comprometeu os programas de investimento regionais e aumentou a pressão por endividamento para financiar os investimentos que já não podiam ser bancados com recursos próprios, especialmente poupança corrente.

Em 2017, como já afirmado antes, a Secretaria do Tesouro Nacional criou um ranking de capacidade de pagamento baseado em três critérios fiscais (poupança corrente, disponibilidade de caixa em face de obrigações assumidas e percentual da dívida com relação à RCL) para determinar se os estados poderiam ou não obter autorizações para realizar operações de crédito junto a instituições financeiras nacionais e internacionais. Isso freou a capacidade de investimento dos estados que teriam que obedecer aos critérios fiscais para financiar os investimentos com operações de crédito. E obrigou alguns deles, como Pernambuco, a executar um austero programa de ajuste fiscal para poder obter o ranking necessário à obtenção de recursos financiados com operações de crédito. Atualmente 2/3 dos estados do NE têm ranking para realizar operações de crédito: Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Piauí, Pernambuco e Sergipe. Os estados do Maranhão, Minas Gerais e Rio Grande Norte não obtiveram a ranking necessário.

Os anos de 2017 a 2019 foram, portanto, de ajuste para alguns estados que navegaram em quadro fiscal relativamente severo que se agravou com a pandemia iniciada em 2020 e, cujos efeitos se fazem sentir, embora com menor gravidade, até hoje. As despesas com saúde, a despeito das transferências federais, oneraram muito os cofres públicos e agravaram a situação fiscal que se deteriorou ainda mais com as mudanças tributárias que incidiram ad valorem nos preços dos combustíveis até meados do ano passado e, depois, com a os limites impostos às alíquotas incidentes sobre bens essenciais como combustíveis, energia, transporte e telecomunicações que subtraíram vultosos recursos dos estados. Recentemente o governo federal negociou ressarcimento de parte dessas perdas no valor de R\$ 26,9 bilhões, na sua maioria por meio de abatimento do pagamento da dívida dos estados junto à União.

A despeito das diversas conjunturas e de problemas associados às características estruturais das economias do Nordeste há problemas fiscais que não se diferenciam dos existentes em outros entes da federação tais como o alto comprometimento das despesas não compressíveis, especialmente salários e benefícios, como mencionado antes, com relação ao total do orçamento e como proporção da RCL e o crescente déficit previdenciário do serviço público estadual que as reformas locais não conseguem solucionar e que comprometem a cada ano vultosos recursos e déficits estabelecidos pela limitada capacidade contributiva dos servidores públicos e as despesas com aposentadorias e pensões que crescem exponencialmente à medida que a estrutura demográfica dos servidores públicos, especialmente nas denominadas carreiras de estado, amadurece ao longo dos anos.

Far-se-á, a seguir, uma análise de alguns indicadores que medem a evolução da situação fiscal e dos investimentos nos estados do Nordeste desde 2015 até 2022. Como a série é de oito anos, e tem-se nove estados, usar-se-ão médias anuais para cada um dos indicadores do Nordeste e de cada macrorregião que são representativas da evolução da situação fiscal. Médias escondem variações, mas são representativas do conjunto de atributos que se quer analisar e interpretar. Quando couber, comentários relativos ao último ano da série serão feitos para os estados que exigirem tal destaque.

O primeiro indicador trata dos investimentos dos estados como percentual da RCL. É uma medida da capacidade dos estados de alavancar a economia com investimentos públicos, especialmente em infraestrutura econômica e social. Os Gráficos e tabelas em anexo, baseado em médias mostra um padrão semelhante entre regiões. Os investimentos tomados com relação à RCL, apresentaram uma pequena variação até 2018, mas se situaram bem abaixo dos 10%, declinaram em 2019 e 2020 e se recuperaram durante 2021 e 2022. O Nordeste, no conjunto dos anos, e particularmente em 2022, apresentou junto com o Centro Oeste, os percentuais mais elevados (13%) com destaque para o Piauí (19,5%), Alagoas (19,0%) e Bahia (18,4%). Pernambuco apresentou, em 2022, o melhor ano da série histórica e investiu 8,3% da sua RCL. A menor taxa, no mesmo ano, foi de 6,4% no Rio Grande do Norte.

As informações relativas à Dívida Consolidada Líquida (DCL) dos governos estaduais como percentual da RCL mostra que as regiões do Sudeste e Sul apresentam níveis de endividamento bem mais altos do que as demais regiões do país, especialmente Norte e Centro Oeste. No caso destas regiões, como no do Nordeste, o percentual da dívida consolidada líquida com relação à RCL declina, tendencialmente, ao longo dos anos a partir de 2015. Em 2022, os estados com

maior índice de endividamento foram Alagoas (55,0%), Piauí (48,0%), Pernambuco (35,3%), Ceará (33,9%), Rio Grande do Norte (32,0%) e Sergipe (31,4%). A Paraíba apresentou indicador negativo por dois anos consecutivos, reduzindo o seu estoque da dívida. As informações além de evidenciar as diferenças com relação às economias do Sul, especialmente RGS, e do Sudeste (SP, RJ e MG) evidenciam que o endividamento da região Nordeste é baixo tanto em termos relativos quanto absolutos.

O Indicador do valor dos serviços da dívida com relação à RCL reflete os padrões do estoque da dívida. O Sudeste se coloca acima, o Centro-Oeste, (afetado por MS entre 2015 e 2018) logo abaixo, seguido do Sul. Os serviços da dívida caem para todos, especialmente para o Centro-Oeste, Nordeste e Norte. Em 2022, os serviços da dívida foram mais elevados para o Ceará (7,6%), Alagoas (6,2%), Piauí (5,1%). Pernambuco pagou apenas 4,7% da RCL em serviços da dívida. Tanto o comportamento das curvas de endividamento quanto de serviços aponta para os efeitos restritivos colocados pelo Tesouro Nacional, em 2017, com relação à capacidade de pagamento das dívidas dos estados. Os três critérios inclusive sofreram mudanças na sua ponderação. Todos têm peso igual, diferentemente do padrão anterior quando o índice de endividamento com relação à RCL era 60% do total, o que favoreceu o Estado de São Paulo que detém os maiores índices de endividamento do país. Os estados do Nordeste têm pequeno peso relativo no conjunto da dívida dos estados brasileiros. A maior parte está no Sudeste e no Sul.

Avalia-se que deveria fazer parte do conjunto de parâmetros para avaliar o rating dos estados com relação à capacidade de obter autorização para realização de operações de crédito, aquele que se refere ao comprometimento das despesas de pessoal de todos os poderes dos entes estaduais e, principalmente, do poder executivo com relação à RCL. Essas despesas têm crescimento orgânico, espontâneo, anual em decorrência de benefícios endógenos e automáticos concedidos às grandes corporações dos estados que pressionam fortemente as despesas obrigatórias e o orçamento público.

As despesas com pessoal dos governos estaduais como percentual da RCL mostram um padrão decrescente, com algumas variações, ao longo do período 2015- 2022. Essa despesa eleva-se autonomamente, são altas e pressionam muito o orçamento direta e indiretamente. Por essa razão, argumenta-se que deveria constar da bateria de indicadores para aferir a capacidade de pagamento dos estados dado pelo rating da capacidade de pagamento. Este seria o quarto indicador além dos três já mencionados. Observa-se que, em 2022, estados como Rio Grande do Norte, Paraíba e Sergipe apresentaram altos índice de comprometimento das despesas com

pessoal de todos os poderes: 62,8%, 53,6% e 52,9%, respectivamente. Pernambuco situou-se em 51,3%. Destacam-se com menores comprometimentos os estados da região Centro-Oeste, especialmente Mato Grosso do Sul.

Do conjunto de despesas com pessoal, o mais significativo é o dos gastos com o pessoal do executivo que detém um limite prudencial de 46,55% e um limite máximo de 49% com relação à RCL. As informações evidenciam uma queda no comprometimento ao longo do período 2015-2022 com um padrão semelhante ao observado para outros indicadores: um declínio mais acentuado desde 2017, ano da introdução do rating da capacidade de pagamento dos estados. O Nordeste apresenta tendência de queda no indicador, mas diferenças no final do período (2022) entre os estados é expressiva. O Rio Grande do Norte continua tendo o pior indicador (53,5%). O Maranhão evidencia o comprometimento mais baixo (32,3%) enquanto Pernambuco se situa em 43,0%, praticamente igual à do Ceará (42,5%). Paraíba (45,3%) e Sergipe (44,0%) se situam um pouco acima.

Portanto, a situação fiscal melhorou nos últimos oito anos, em meio a uma transição fiscal que começou no final do Século XX e que teve sequência nas primeiras duas décadas deste século. Isto ocorreu a despeito das turbulências econômicas de 2015 e 2016 e dos dados econômicos e fiscais causados pelos anos mais duros da pandemia (2020 a 2022) e de iniciativas do Governo Federal às vésperas das eleições. Observa-se que a situação fiscal dos estados melhorou no seu conjunto. Os estados, na sua maioria, conseguiram obter pelo menos o Rating B, necessário para ter o aval da União para realizar operações de crédito domésticas e externas, os níveis de investimento melhoraram e as despesas de pessoal com relação a RCL, tanto no que diz respeito ao conjunto dos poderes quanto de executivo reduziram-se, criando menor pressão fiscal. Estados como Piauí, Bahia e Ceará se mantiveram equilibrados. Alagoas, Maranhão, Sergipe e Paraíba se fortaleceram. O Rio Grande do Norte tem enfrentado grandes desafios que se manifestam nos piores indicadores, mas tem dado indicações de que está melhorado o seu desempenho fiscal.

Nas primeiras décadas deste século, paralelamente aos programas de ajuste fiscal, governos estaduais como o de Pernambuco e o do Ceará, entre outros, começaram a elaborar planos estratégicos de desenvolvimento comprometidos com o efetivo alcance dos resultados e a melhoria do gasto e da gestão pública. Isso foi feito em paralelo a propostas que visam o monitoramento sistêmico da despesa pública distribuídos em projetos e atividades nas secretarias de estado (a gestão por resultados avançou em vários estados).

Essas iniciativas coincidiram com uma onda de investimentos públicos e privados que desembarcou na região, aproveitando um ambiente interno e externo propício ao desenvolvimento econômico e social. Houve, assim, concepção estratégica de políticas públicas de longo prazo com visão transversal (a exemplo do CE 2050, SE 2050, PB 2040, BA 2035, PE 2035, PI 2030) além da construção dos PPA's estaduais em bases territoriais, germe de governança democrática, especialmente na Bahia, Ceará e Piauí.

CAPÍTULO 9: Iniciativas Inovadoras de Políticas Públicas

O Nordeste vem se destacando na construção e implementação de iniciativas que enfrentaram problemas históricos e outras que miram o futuro num cenário mundial de profundas mudanças neste início de século. Iniciativas que são exemplos para outras regiões do Brasil.

Entre as que enfrentaram problemas herdados, destacam-se os Programas “Um Milhão de Cisternas” (que ainda precisa ser complementado para atender a demanda total) e “Luz para Todos”. Com eles, a vida dos nordestinos residentes no meio rural foi profundamente melhorada, em especial a das mulheres. E o modelo de implementação do “Um milhão de Cisternas” também é uma inovação importante: coube ao Governo Federal financiar, enquanto a execução foi feita fora da máquina pública por um conjunto de ONGs articuladas pela ASA (Articulação pelo Semiárido) com envolvimento direto dos beneficiários, que se tornam aptos a realizar a manutenção do sistema, o que não ocorre com os poços artesianos, por exemplo. A solução técnica (a cisterna) é adequada ao tipo de demanda: atomizada e num território marcado pela irregularidade da oferta de água.

Quando se trata de trazer iniciativas inovadoras que miram o futuro, alguns desafios parecem estar sempre presentes: construção do lastro educacional, empregabilidade, empreendedorismo, sustentabilidade, formação e inserção das pessoas jovens, inserção no mundo digital, financiamento do desenvolvimento regional. E cada vez mais, a construção de convivência harmoniosa com o meio ambiente natural (prioridade a dimensão ambiental) e o enfrentamento do hiato social da região, inclusive quando vista no quadro nacional (prioridade ao social).

Algumas iniciativas inovadoras desenvolvidas em estados do Nordeste são bons exemplos de políticas públicas que fazem do Nordeste uma região diferenciada, portadora de iniciativas promissoras.

9.1 Formação na Primeira Infância e o Exemplo da Prioridade à Alfabetização no Ceará

O debate mundial sobre a importância de investir na Primeira Infância chegou ao Nordeste nos tempos recentes e a prioridade aos cuidados com a vida e com a educação nestes anos

estratégicos da vida humana, permitem recolher iniciativas importantes, inclusive para iluminar o debate nacional.

Um exemplo de abordagem inovadora de políticas focadas na Primeira Infância é o Programa “Mãe Coruja Pernambucana”. Implementado desde 2007 e regulado por Lei Estadual (2009), foi construído numa abordagem multidimensional e com modelo de governança ousado para os padrões segmentados da administração pública brasileira. A experiência foi objeto de avaliação externa, com patrocínio da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal e mereceu premiações internacionais (ONU e OEA).

Por outro lado, com foco na alfabetização na idade certa o programa (PAIC) de iniciativa do Governo do Ceará, vem servindo de referência pelos resultados obtidos. Trata-se de importante experiência de parceria entre Governo Estadual e Governos Municipais (responsável por este nível de ensino), transformado em política pública prioritária da esfera Estadual desde 2007. Investe na formação continuada de professores, no apoio à gestão escolar e em outras iniciativas importantes para o alcance dos objetivos. Levou os indicadores cearenses a se destacarem nacionalmente e contribuiu para a estruturação (pelo MEC) do “Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa” (PNAIC).

9.2 Montagem de Rede Pública de Escolas de Ensino Médio de Qualidade e em Tempo Integral

Com destaque para PE, PB, CE, AL, SE e PI), foi tratada como investimento estratégico para a construção do futuro, tem obtido, nas avaliações nacionais, resultados acima da média nacional no percentual de alunos neste nível de ensino. E fez reduzir de forma significativa as taxas de abandono, um problema central no ensino médio.

9.3 Formação Empreendedora de Jovens

O projeto Jovens Empreendedores Primeiros Passos (JEPP) é uma iniciativa do Sebrae que funciona há 10 anos para contribuir com o desenvolvimento do ensino empreendedor no país. Tem como pilar o protagonismo juvenil e busca despertar e fortalecer o espírito empreendedor de alunos do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental. Em geral, o SEBRAE realiza parcerias com as prefeituras municipais ou governos estaduais para atender aos alunos das redes públicas nas

idades. Presente em mais de 5.000 municípios do país, o programa já gerou cerca de 12 milhões de atendimentos a estudantes, com mais de 750 mil professores capacitados.

O Nordeste se engajou nesta iniciativa, sendo Fortaleza a capital com maior número de estudantes atendidos no projeto. A parceria no Ceará aposta no desenvolvimento de competências empreendedoras para que os alunos visualizem oportunidades e até ajudem as famílias.

Merecem também destaque os resultados de política de apoio ao desenvolvimento de Comunidades de Startups em cidades importantes do Rio Grande do Norte.

9.4 Primeira Experiência Profissional para Jovens

Na Paraíba, o Programa Primeira Chance (PPC), criado pela Lei Estadual 11.344 de 05 de junho de 2019, tem como objetivo fornecer uma primeira experiência profissional para jovens do Estado - Primeira Chance (seect.pb.gov.br). Inicialmente voltado para alunos matriculados na terceira série das escolas cidadãs integrais técnicas e escolas profissionalizantes, foi posteriormente estendido para alunos egressos do ensino médio regular e da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Através de chamadas públicas, empresas e instituições públicas são selecionadas e cadastradas para receber os alunos como estagiários. O programa conta com equipe que participa ativamente, em conjunto com as empresas e instituições públicas, da seleção e do acompanhamento das atividades dos alunos e egressos nos estágios. Além das bolsas para os estagiários, que variam de acordo com a modalidade, o PPC tem como diferenciais a mentoria e a orientação dos contemplados durante o período do estágio.

Em 2021, o investimento superou os R\$ 3,3 milhões, chegando a 68 escolas, 38 cursos, 200 empresas, 350 bolsas concedidas, 11 eixos tecnológicos e 46 municípios. O PPC mantém um Banco de Talentos para as diferentes áreas de atuação, cuja evolução mostra um aumento considerável de alunos inscritos interessados nos estágios ofertados a cada ano: 627 inscritos em 2019; 1.854 em 2020; e 2.838 alunos inscritos em 2021. Além da capital e de Campina Grande, cidades médias se destacam a exemplo de Cajazeiras, Guarabira, Mamanguape, Patos e São Bento.

9.5 Linha de Crédito para Jovens Empreendedores

O Estado de Pernambuco lançou em 2022 uma linha de crédito voltada a jovens empreendedores e empreendedoras de 18 a 29 anos. A iniciativa da Agência de Empreendedorismo de Pernambuco (AGE) em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude (SDSCJ) prevê que esse público possa realizar financiamentos de até R\$ 7 mil, com possibilidade de pagar em até 18 meses, com taxa de juros prefixada de 0,75% ao mês, considerando o bônus de adimplência.

As operações do CredJovem Empreendedor têm como tomador do crédito o próprio jovem empreendedor, que passa a acessar um estímulo para manter ou desenvolver ainda mais o seu negócio. Os recursos podem ser solicitados por pessoas físicas interessadas em se formalizar ou por Microempreendedor Individual (MEI) já formalizado, residentes e que estejam empreendendo no território de Pernambuco. Em relação às garantias, são aceitas tanto o aval solidário, com grupos de três a cinco empreendedores, quanto o aval de terceiros, para contrato individual. Todas as operações podem ser complementadas pelo FAMPE, fundo de aval do Sebrae, que cobre até 80% do valor emprestado.

É oportuno destacar que, antes de lançar a linha CredJovem Empreendedor, a Prefeitura Municipal de Recife havia realizado uma pesquisa para mapear perfil do jovem empreendedor, buscando identificar demandas de capacitação entre jovens de 18 a 29 anos.

9.6 Inclusão Digital e Social de Jovens

Salvador Tech é uma política pública da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Renda da cidade de Salvador, que tem como objetivo promover a inclusão digital e social por meio da oferta de cursos gratuitos do ecossistema de tecnologia na modalidade online, bem como cursos básicos e informativos que auxiliam na jornada de aprendizado e de conhecimento do mercado de trabalho.

A Salvador Tech (www.salvadortech.salvador.ba.gov.br) é uma plataforma que estabelece parcerias com entes públicos, privados e do terceiro setor, incentivando e fomentando a cultura inovadora, tecnológica e empreendedora no município de Salvador. A plataforma oferece trilhas de aprendizado disponíveis para diversos níveis. Desde o lançamento, em fevereiro de 2022, já conta com mais de 75 mil acessos e 10 mil usuários cadastrados. Nesse período, mais de 1,5 mil certificados foram emitidos nos cursos disponíveis na plataforma. São mais de 120 cursos oferecidos em quatro trilhas de formação disponíveis: conhecimentos básicos,

informações sobre carreiras, desenvolvimento de softskills e cursos de formação tech. Em 2023, novos conteúdos sobre marketing digital, programação, construção de sites, desenvolvimento de games, inteligência artificial e tecnologias de nuvem serão ofertados.

Nesta mesma direção, merece destaque a iniciativa do “Embarque Digital” (programa de formação de jovens estudantes em cursos presenciais de graduação da área de Tecnologia da Informação e Comunicação) realizado por parceria entre o Porto Digital e a Prefeitura do Recife com foco em jovens de comunidades pobres. Em 2023, atendeu a 350 jovens egressos das escolas da rede pública.

9.7 Promoção da Inovação Aberta e da Inovação de Impacto Social

Iniciativas de inovação aberta vem, crescentemente, sendo adotada internacionalmente e se firmando no Nordeste, em especial no Recife e em João Pessoa, tendo como uma âncora importante o PORTO DIGITAL, instalado na capital pernambucana. Já a inovação de impacto social tem tido protagonismo na Bahia.

9.8 Programa “BNDES Estados” na Região Nordeste

Embora tenha sido um programa realizado há cerca de 10 anos atrás e de caráter nacional, a experiência em nível regional foi exitosa não só no que se refere a melhoria dos investimentos em infraestrutura econômica e social dos estados nordestinos. Destaca-se também o lado inovador do programa no estímulo a elaboração e gestão de planos estaduais de desenvolvimento, como condição fundamental para que o BNDES apoiasse de forma sistêmica as iniciativas contidas nos respectivos planos.

9.9 Credimigo

Implementado pelo BNB iniciativa que se iniciou com foco no microprodutor urbano e se estendeu ao mundo rural com suas especificidades, tornando-se o maior programa de microcrédito da América Latina. Tem servido de referência para outras iniciativas e tem na busca ativa e apoio ao cliente um de seus diferenciais e fatores de sucesso, em especial da sua baixa inadimplência.

9.10 **Novos Padrões de Planejamento e Gestão Pública**

Implementados nas primeiras décadas deste século, paralelamente aos programas de ajuste fiscal. Governos estaduais começaram a elaborar planos estratégicos de desenvolvimento comprometidos com o efetivo alcance dos resultados e a melhoria do gasto e da gestão pública. Isso foi feito em paralelo a propostas que visam o monitoramento sistêmico da despesa pública distribuídos em projetos e atividades nas secretarias de estado (a gestão por resultados avançou em vários estados).

Tais iniciativas coincidiram com uma onda de investimentos públicos e privados que desembarcou na região, aproveitando um ambiente interno e externo propício ao desenvolvimento econômico e social. Houve, assim, iniciativas portadoras de concepção estratégica de políticas públicas de longo prazo (a exemplo do CE 2050, SE 2050, PB 2040, BA 2035, PE 2035, PI 2030).

Acrescente-se a isso, o esforço de construção dos PPA's estaduais em bases territorial e participativa que fizeram germinar iniciativas que dialogam com a rica diversidade regional nordestina (que também é brasileira) e com a governança democrática, especialmente na Bahia, Ceará e Piauí: o que coloca o Nordeste na vanguarda deste tipo de abordagem.

9.11 **Laboratório de Economia Regenerativa da Caatinga**

Em sintonia com carta levada à Cúpula de Líderes sobre o Clima, na qual os Governadores do “Consortio Nordeste” defendem “a promoção do desenvolvimento econômico, social e ambiental baseado na descarbonização da economia, conservação dos recursos e ambientes naturais e na adaptação às mudanças do clima”, está em curso a implementação do Laboratório de Economia Regenerativa da Caatinga, com atuação nas margens do São Francisco e envolvendo vários estados nordestinos sob coordenação do “Centro Brasil no Clima”, com apoio da União Europeia.

Essa iniciativa está baseada em cooperativas de agricultores familiares e de energia solar, bioeconomia e bioenergia e visa também atuar no mercado de crédito de carbono, no qual o Brasil tem grande potencial.

PARTE 1.2:
MUDANÇAS EXÓGENAS E O
NORDESTE

CAPÍTULO 10: Oportunidades e Novos Desafios

O ambiente externo ao Nordeste está impregnado de mudanças, muitas delas de grande poder transformador da realidade econômica e social. Vive-se, mundialmente, um momento de disrupção.

A Região Nordeste, inserida num esforço coletivo e global de repensar um “novo” mundo após a pandemia – momento em que a humanidade enfrentou uma crise de saúde global em meio à uma revolução tecnológica, tem a oportunidade de avançar de forma diferente e, especialmente, construir regionalmente um novo momento.

Destacam-se a seguir algumas mudanças relevantes para a construção do futuro e busca-se identificar oportunidades e desafios para o Nordeste.

10.1 As Transformações Recentes na Base de Conhecimento Científico e Tecnológico

O desenvolvimento de um novo ciclo científico e tecnológico em que países avançados e emergentes passam a priorizar agendas de crescimento orientadas para a construção de uma economia de baixo carbono e para a nova sociedade digital, entre outras, deve ser considerado na agenda de desenvolvimento do Nordeste alinhada com o Governo Federal. O Nordeste pode ajudar o Brasil a avançar nas políticas que combinam o digital e a sustentabilidade como parte das transformações para inserção do país numa posição de destaque no mundo globalizado. É necessário mapear áreas estratégicas para novos investimentos – onde o Nordeste pode ser uma liderança.

Enxergar a ciência como motor da nova economia é parte deste movimento de construção e transformação. Numa publicação do FMI – Fundo Monetário Internacional - de 2021, na qual se avalia o papel da inovação como estímulo para o aumento da produtividade a longo prazo, destaca-se a importância da composição de investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) para o crescimento das economias. Segundo o FMI, “a pesquisa científica básica afeta mais setores, em mais países e durante mais tempo que a pesquisa aplicada (iniciativa de P&D realizada por empresas com orientação comercial), e que o acesso a pesquisas estrangeiras é particularmente importante para as economias de mercados emergentes e em desenvolvimento”. É, portanto, crucial afirmar – sem pesquisa básica não produzimos tecnologia, sem pesquisa básica não produzimos inovação. As unidades EMBRAPA instaladas na região

Nordeste, em suas várias competências, configuram uma excelente oportunidade para expandir a exploração das sinergias entre as instituições de P&D e os novos desafios das empresas industriais instaladas na região. Destaca-se o potencial de atuação em áreas estratégicas para o país, a exemplo, (1) da inserção das empresas no contexto das transformações digitais, (2) da necessária reconstrução do complexo industrial da saúde – com especial ênfase na digitalização e exploração de sistemas inteligentes junto ao SUS, e (3) da exploração otimizada de fontes renováveis de energia.

Apostando na construção e consolidação de ecossistemas empreendedores, os estudos da ENAP/Endeavor, Índice FIEC e da ABStartups reforçam que as regiões metropolitanas e as cidades médias do Nordeste, que contam com estoques de pessoas com melhor formação, tendem a ter maior sucesso nas atividades empreendedoras.

Se no passado a região Nordeste exportava talentos para outras regiões do país e para o mundo, hoje, é possível enxergar uma reversão deste quadro, em especial, devido à consolidação dos ecossistemas regionais de inovação, capazes de atrair investimentos, gerar oportunidades, reter os talentos locais e, diminuir o antigo “êxodo nordestino” para o Sul e Sudeste do Brasil.

O ecossistema nordestino de startups, portanto, é uma força transformadora para a região, que poderá aproximar polos de inovação e facilitar a troca de experiências e oportunidades. Um Nordeste mais conectado poderá se posicionar de forma mais estratégica, nacional e internacionalmente, todavia é preciso rever aspectos, tais como:

- A visão e a relação com os nossos talentos – é preciso tratá-los como futuros profissionais, evitando a evasão em busca de melhores oportunidades em outras regiões;
- A disseminação de casos de sucesso – é preciso ampliar a divulgação de resultados relevantes conquistados na região, especialmente “cases regionais” que se destacam nas comunidades e acabam sem a devida visibilidade nacional;
- A superação de que a região tem poucas oportunidades de investimento – é preciso identificar perfis com potencial investidor, especialmente entre empresas.

É possível que o Nordeste, em alinhamento com as políticas e prioridades do país, possa recomendar ao Governo Federal uma nova geração de políticas de CT&I, com a dimensão regional valorizada, que considere:

- I. uma orientação a missões, incluindo desafios nacionais com inspirações globais;

- II. incentivos para arranjos institucionais com os Estados, com especial atenção para (a) a formação de jovens talentos e futuros cientistas e empreendedores, (b) novas oportunidades de fomento à inovação nos territórios, e (c) a mobilização da capacidade de pesquisa local no enfrentamento de problemas – é preciso reafirmar o importante papel dos sistemas locais de C&T na compreensão da diversidade.

10.2 Mudanças na Base Produtiva

O novo momento mundial vem impactando as diversas atividades produtivas de maneira distinta, umas mais, outras menos. No Brasil, este movimento também se faz sentir, mesmo em tempos em que na economia nacional predomine a dificuldade de se reposicionar e retomar o crescimento econômico.

O debate recente, muito influenciado pelos impactos da pandemia, pelos avanços da medicina, e pela expansão da indústria 4.0, como premissa de um novo momento da industrialização do país, traz desafios e oportunidades para o Nordeste.

Por sua vez, as mudanças nos padrões mundiais de logística em tempos de reorganização do comércio mundial merecem destaque.

Na medicina grandes avanços vêm ocorrendo, com a incorporação de tecnologias cada vez mais sofisticadas, incluindo a difusão da telemedicina, avanços nas áreas de genética (genoma), de farmoquímica, da produção de equipamentos de saúde etc., sinalizando a perspectiva de ampliação do acesso e melhoria da qualidade dos serviços de saúde.

Os avanços no mundo na área de saúde que já vinham se desenhando, tendeu a crescer ainda mais, considerando o contexto vivenciado na crise pandêmica a partir de 2020. O Brasil tende a priorizar a consolidação de um Complexo Econômico da Saúde.

Na perspectiva do Nordeste, com a questão da segurança sanitária passou a dar ainda mais relevo a necessidade avançar nos serviços de saúde, representando um grande desafio, mas, também grande oportunidade de expansão de negócios, pois a região já possui importantes polos médico-hospitalar, reforçados nos últimos anos, pela presença de cidades médias do interior que se consolidaram como polos de referência regional, na formação de profissionais e na prestação de serviços de saúde. Vale lembrar ainda o potencial nordestino na produção de fármacos, em especial os naturais, com destaque para o potencial do Semiárido. A inserção da visão regional no debate sobre o Complexo Econômico da Saúde é fundamental para o Nordeste.

No setor industrial, a emergência da chamada Indústria 4.0 que se efetiva através da integração das atividades industriais com serviços específicos, entre as características mais marcantes, ressalta-se a automação de tarefas e o controle de dados e informações. Ou seja, levarão à completa descentralização de controle dos processos produtivos, graças à proliferação de dispositivos inteligentes. Com o avanço da Inteligência Artificial, da Computação Cognitiva e de outras inovações tecnológicas, automatizar é o caminho natural para aumentar a competitividade e a produtividade do setor.

O Brasil (e o Nordeste) é marcado por um forte desequilíbrio quanto ao nível de maturidade digital dentro do setor industrial. A indústria farmacêutica, automobilística e de alimentos e bebidas, por exemplo, apesar de terem espaço para evoluir ainda mais, estão entre as que tem absorvido mais inovação nos últimos anos. Em muitos setores predomina ainda uma grande defasagem digital. A desigualdade também se expande segundo outros critérios, como tamanho da empresa (as menores tendem a ser menos automatizadas) e distribuição regional (a capacidade inovadora e de produtividade média da indústria nordestina é bem abaixo da média da indústria nacional, que por sua vez, já é bem aquém dos países desenvolvidos).

Neste contexto, a indústria 4.0 e a digitalização que tendem a virar padrão no mundo, se colocando, portanto, como um grande desafio para a indústria do Nordeste, que precisa rapidamente se reinventar. A presença de ecossistemas de inovação em vários estados é ativo importante para esses novos tempos.

Outro segmento econômico que se expandiu muito no mundo nas últimas décadas com relevantes mudanças de padrão de qualidade, foi o de serviço de logística inteligente. Aqui também os avanços tecnológicos com a disseminação da internet e mais recentemente da incorporação da inteligência artificial, estimulam uma complexa rede de distribuição, que se espalhou pelo mundo, crescendo não apenas a logística em si, mas, resultando, também, numa revolução do setor de comércio, com a expansão do e-commerce.

No Nordeste, a perspectiva de maior valorização do segmento de logística, se traduz em desafio importante na estratégia de desenvolvimento regional, mas, também, oportunidade de se promover a ampliação e modernização da infraestrutura econômica regional rodoviária, ferroviária, portuária, aeroportuária, de armazenagem, de rede de banda larga, de energia etc., e de se estimular a atração de novos negócios, como centrais de distribuição (incluindo de empresas ponto. com) e centros logísticos/condomínios logísticos, inclusive no interior.

10.3 Mudanças do Mercado de Trabalho em Escala Global e Nacional

No mercado de trabalho, as mudanças, que já vinham em curso no mundo, se ampliaram na pandemia, a partir de 2020. A necessidade cada vez maior de qualificação e requalificação da mão de obra, se reforça com as exigências crescentes por novas habilidades e competências; e, com as novas configurações da forma de se trabalhar, onde se ressalta o trabalho em equipe, o trabalho híbrido (home-office versus presencial), a polivalência e a capacidade de se adaptar a mudanças contínuas.

Provocada, principalmente pela automação, mas, também, por fatores socioeconômicos e culturais, as mudanças no mercado de trabalho serão responsáveis por gerar novos tipos de relações entre os agentes do mercado – empresários e consumidores.

Como aponta Anita Kon (2020), os impactos negativos da Indústria 4.0 no mercado de trabalho são mais perceptíveis na medida que aumenta a automação e ocorre a necessidade de se contar com uma mão-de-obra cada vez mais qualificada, ao mesmo tempo, que se tende a substituir o esforço manual pelo mecânico, ou a máquina passa para o controle com poder de autocorreção. Desta forma, ocupações mais mecanizadas diminuem as funções do operador. Mas, por sua vez surgem outras atividades indiretas, como programação, engenharia e matemática, que criam trabalhos especializados.

No Nordeste, seguindo quadro próximo ao do Brasil, esta questão da nova natureza das ocupações e das novas relações de trabalho, que passaram a se estabelecer em meio a nova Era Digital, resulta em grandes desafios de superação de persistentes entraves do seu mercado de trabalho.

Um dos pilares para enfrentar esses desafios é, sem dúvida, o investimento na formação de pessoas, com habilidades para desenvolver e aplicar, sobretudo e cada vez mais, tecnologias digitais.

A COVID-19 acelerou a chegada do futuro do trabalho, forçando governos, empresas, e trabalhadores a implementarem uma nova visão para a força de trabalho global.

Neste cenário, o aumento da diversidade da força de trabalho e dos desafios para qualificar e requalificar as pessoas, com demandas cada vez mais complexas, torna-se imprescindível reforçar os investimentos em educação, fortalecer os sistemas de ensino e as escolas de

educação profissional, tornando-as mais atrativas, inovadoras e conectadas com as necessidades do século XXI. A adoção de novas tecnologias junto às tendências globais, como a emergência climática, por exemplo, trará cada vez mais uma demanda mista de habilidades digitais e humanas para o futuro do trabalho.

O Nordeste, sendo o domicílio de uma multidão de jovens, apresenta-se como uma região que possui uma força capaz de ajudar o país na superação de inúmeros desafios deste século. Neste momento, em que a região se reposiciona, é fundamental reconhecer que as mudanças apontadas pelo Fórum Econômico Mundial serão profundas e devem transformar, além do mercado de trabalho, as plataformas de ensino, especialmente para os jovens que se preparam para ingressar no ensino superior. Investir forte na formação dos jovens, em busca de talentos criativos e empreendedores, é uma aposta ousada e para um novo momento do desenvolvimento da região Nordeste.

O estudo do Instituto Cíclica, Futuro do Mundo do Trabalho para as Juventudes Brasileiras, realizado com jovens de 14 a 29 anos, aponta que o caminho é investir em Educação Profissional e Tecnológica (EPT), modalidade educacional focada em cursos de qualificação, habilitação técnica e tecnológica, entre outros. Este caminho, que já vem sendo explorado pelos estados do Nordeste, poderá ser reforçado de forma a incorporar as sugestões de estudos que analisam o futuro do trabalho, considerando:

- a ampliação da oferta de vagas em cursos técnicos, para além do ensino médio;
- a ampliação de vagas para estágios supervisionados e de trainee para acompanhar e legitimar a formação desses jovens;
- a educação voltada para além do conhecimento tecnológico, com o desenvolvimento de habilidades socioemocionais;
- a criação de mecanismos de apoio às escolas e de incentivo à formação e valorização dos professores para a EPT.

O Nordeste, apropriando-se dos dados disponíveis, tem boas condições para liderar a formulação de políticas públicas que enderecem os alertas dos estudos, reforçando a interação entre governos municipais, estaduais e empresas para que sejam alcançadas as demandas reais, sobretudo no tocante à ampliação da oferta de cursos técnicos.

10.4 Crise Ambiental e Transição Energética

Na dimensão ambiental, vem ganhando relevância as questões referentes aos impactos e riscos associados às mudanças climáticas no mundo. O Nordeste não é imune a esta tendência, estando sujeito a estas vulnerabilidades, a exemplo de contínuas ocorrências de inundações em diversas subespaços e avanço do mar em parte da orla da região, ao lado de herança de uso inadequado de seus biomas, com destaque para a caatinga.

Além de medidas de conscientização e educação ambiental, duas estratégias vêm ganhando espaço no mundo: política de descarbonização e mudança na base energética.

O crescimento da chamada “economia de baixo carbono”, vem estimulando grandes empresas no mundo todo a reverem suas políticas de uso de recursos naturais, inclusive pela possibilidade de gerarem ganhos financeiros – tornando o recurso natural um ativo financeiro, que produzem também ganhos de imagem para os seus acionistas.

Destacam-se também as chamadas energias renováveis e limpas, como a eólica, solar e biomassa; e mais recentemente, com a energia baseada em hidrogênio verde, que ganha importância, a partir da mudança em curso na geopolítica mundial. Em paralelo, cresce a questão da segurança energética e a valorização de fontes limpas e renováveis de energia.

Nesta área energética, o Brasil se coloca com grande potencial de expansão das energias limpas e renováveis. No caso particular do Nordeste, a tendência é de expandir a geração de energia eólica e solar e complementarmente de energia de biomassa, e, como grande oportunidade, dado os diferenciais naturais que possui e o contexto geopolítico mundial, entrar no circuito global de exportação de energia a partir do hidrogênio verde. O cuidado com impactos ambientais e sociais tende a ganhar força.

Por outro lado, iniciativas que geram impactos socioambientais positivos e propostas de mitigação ou adaptação aos riscos associados às mudanças climáticas vêm cada vez mais ganhando espaço no ambiente corporativo e peso na escolha de empresas para investir. Neste sentido, também vem se ressaltando a valorização das melhores práticas ambientais, sociais e de governança de um negócio, medidas por indicadores e resultados, através da chamada ESG (“environmental, social governance”).

Por sua vez, o debate mundial sobre um novo padrão de interação da sociedade humana com a Amazônia abre oportunidade para que o país amplie esta discussão para outros biomas, em especial o bioma caatinga.

10.5 Mudanças no Padrão de Consumo, com Crescimento da Demanda de Alimentos Orgânicos

A produção e o consumo de produtos orgânicos no mundo têm crescido significativamente, impulsionados pela expansão da demanda por alimentos e bebidas orgânicos nos países da Europa e da América do Norte, além da China. Desde 2000, o crescimento médio anual das vendas no varejo de produtos orgânicos no mundo foi superior a 11%, indicador que expressa o dinamismo desse setor, principalmente quando se compara tal resultado aos dados sobre vendas de produtos agrícolas básicos não orgânicos.

No Brasil, a produção e o consumo de produtos orgânicos também aumentaram, mas em um ritmo mais lento, mas com potencial para se expandir. O Nordeste, especificamente, tem várias experiências exitosas, em especial na agricultura familiar voltadas para produção de alimentos orgânicos que podem ser mais estimulados e disseminados, como alternativa, não apenas como atividade econômica viável, mas, também, como possibilidade de acesso à população de alimentos mais saudáveis.

10.6 Mudanças em Curso na Geopolítica

No plano geopolítico aponta-se para uma reorganização mundial. O contexto de hegemonia americana que marcou o Pós-Guerra vem dando lugar, nos anos recentes, a multipolaridade, em meio a conflitos econômicos, étnicos, religiosos que se acentuaram no século XXI. Ressalta-se o mais recente contexto de conflito da Rússia e Ucrânia e seus impactos globais tanto do ponto de vista do jogo de poder mundial, incluindo o reposicionamento estratégico do governo chinês; quanto de suas repercussões em termos do padrão e estratégias do comércio mundial, da segurança no suprimento alimentar, da segurança no suprimento energético. Tudo isso em meio ao avanço da pressão inflacionária mundial.

Mais recentemente a Ásia ganhou protagonismo, comandado pela China. O impacto da economia chinesa tanto na oferta quanto na demanda vem sendo muito significativa. A China aposta num duplo movimento: o ciclo doméstico que visa consolidar uma sociedade

moderadamente próspera; e outro ciclo externo, tanto na demanda por commodities quanto nas suas exportações.

As mudanças geopolíticas recentes vêm também influenciando o nível de competitividade internacional e mudanças no padrão de comércio, devendo-se intensificar o grau de regulação do comércio internacional e alterar as estratégias das cadeias globais de valor.

Este novo ambiente traz um grau de incerteza para o Brasil e o Nordeste quanto às relações comerciais internacionais, inspirando cautela, mas apontando para oportunidades econômicas, como as abertas com a crise energética na Europa.

PARTE 1.3:

DESAFIOS ESTRATÉGICOS

CAPÍTULO 11: Desafios nordestinos no presente

11.1 Difusão de Releitura da Realidade Regional nos Centros de Decisão Econômica e Política do País

O presente documento pode servir de base para orientar uma abordagem inovadora e realista sobre a realidade nordestina e destacar o potencial da região para contribuir com o desenvolvimento nacional.

Esse esforço a ser empreendido pelas lideranças do Nordeste deve ter como um dos eixos a defesa do tratamento regional na concepção e execução das diversas políticas e iniciativas do Governo Federal. Disso resulta o que se chama de “políticas implícitas” de desenvolvimento regional. No passado recente muitas delas tiveram forte impacto na vida dos nordestinos.

11.2 Inserção do Nordeste em Janelas de Oportunidades do Século XXI

Dentre muitos, destaca-se aqui:

- I. Avanço na oferta nacional e internacional de energias renováveis e limpas com tendência a se fortalecer a economia de baixo carbono, considerando os impactos locais (ambientais e sociais) e buscando atrair para o Nordeste a localização da indústria de equipamentos voltados para esse tipo de produção. O Nordeste já vem assumindo protagonismo na oferta destas energias, sendo destaque na produção nacional de energias eólica e solar e atraindo novas iniciativas, como a produção de energia baseada no hidrogênio verde, com grande potencial de expansão.
- II. Inserção proativa no movimento de reindustrialização do país, considerando que uma nova política de industrialização está na agenda nacional. Alguns desafios aqui apontados tendem a merecer destaque: a) a construção de um novo momento para a indústria automotiva com vistas à tendência mundial para a construção de parque automotivo de nova geração (o Nordeste já abriga o germe da produção do automóvel elétrico); b) a oportunidade que emergirá da necessidade de desenvolvimento de complexo econômico da saúde (o Nordeste tem revelado potencial para produção de antibióticos e analgésicos básicos, insumos farmacêuticos ativos-IFAs, bioinsumos e vacinas, indústria de material hospitalar, desde os mais básicos até equipamentos,

- odontológicos, equipamentos para UTIs, respiradores, aparelhos de raio-X...) c) a produção de materiais de construção em novas bases técnicas (a exemplo das cerâmicas de revestimento, cerâmica vermelha, cimento e argamassas, produtos pré-fabricados, madeiras processadas, embalagens recicladas, segmentos nos quais o Nordeste pode se tornar competitivo, com base no uso de soluções energéticas renováveis, abundantes na região.
- III. Consolidação e ampliação dos avanços na política de C,T&I com crescente interação com as novas demandas do desenvolvimento regional, considerando os avanços realizados nas décadas recentes, apesar das dificuldades de financiamento experimentadas nos últimos anos. Há necessidade de avançar no desenvolvimento tecnológico e inovação na academia e centros de pesquisa em articulação com o tecido produtivo regional e de se acelerar a digitalização industrial e dos serviços, assim como na gestão pública.
 - IV. Construção de protagonismo na oferta de alimentos saudáveis, em especial para atendimento do mercado interno (o que inclui pescados) com olhar nas especificidades do potencial produtivo do Nordeste e em diálogo, sobretudo, com a produção de base familiar e a de médias empresas que despontaram na região, como ficou aqui demonstrado.
 - V. Consolidação das mudanças em curso no Semiárido com valorização de novos produtos oriundos da Caatinga, aproveitando as mudanças já em curso na região e as oportunidades abertas pelos avanços da bioeconomia.
 - VI. Conclusão das obras do PISF, definição de modelo de gestão inovador e transformação do projeto num eixo de desenvolvimento do Nordeste Oriental o que abre a possibilidade de um novo momento na vida dos sertanejos residentes nessa porção do território regional. No passado, carente de energia, o Nordeste barrou o rio São Francisco para priorizar a oferta de energia. Rico nas novas energias, o Nordeste pode, agora, revitalizar o “velho Chico” e dar novos e múltiplos usos às suas águas.
 - VII. Expansão do terciário moderno, com ênfase nos serviços especializados, como os da saúde cujos indicadores nordestinos não são tão adversos quando vistos no ambiente nacional, nos serviços voltados à transição para a era digital, e nos serviços ligados ao Turismo, potencial nordestino amplamente reconhecido.

- VIII. Promoção da economia criativa dialogando com tendencia mundial de crescente peso da economia do conhecimento e valorizando o rico e diverso potencial regional, inclusive com maior apropriação de pilares do turismo sustentável.
- IX. Apoio especial a empreendimento liderados por jovens, especialmente importante nas cidades médias e articulando com política de C,T&I em ecossistemas de inovação.
- X. Protagonismo na formatação e implementação de novos modelos de financiamento do desenvolvimento regional considerando avanços já realizados e com olhar em demandas advindas de novos padrões produtivos.

I 1.3 Enfrentamento de Heranças Adversas

- I. Ampliação dos avanços alcançados na oferta de Educação nos diversos níveis de ensino, ampliando acesso e implementando modelos político-pedagógicos que dialoguem com os novos paradigmas econômicos e sociais que se alastram pelo mundo.
- II. Promoção de investimentos estratégicos na infraestrutura econômica, uma das desvantagens competitivas do Nordeste e com destaque para a difusão do acesso à nova infraestrutura e serviços de telecomunicações a exemplo das embutidas no projeto do “Novo cinturão do NE”. Fundamental avançar na rede de conectividade mais Banda Larga 5G, condição essencial à competitividade. Prioridade precisa ser dada à diversificação da oferta com base na multimodalidade, priorizando os modais portuário – agora diante de novo marco regulatório da marinha mercante-, ferroviário e avanço do aeroportuário no interior...
- III. Promoção de investimentos na infraestrutura urbana, herdeira de déficits relevantes (em especial nas condições de habitabilidade e emergência de novos padrões de mobilidade...) com olhar especial para as cidades medias e as periferias das metrópoles (urbanização de áreas pobres). Fundamental reduzir a vulnerabilidade das populações periféricas das áreas metropolitanas aos desastres naturais causados por eventos climáticos extremos.
- IV. Contenção da degradação entrópica do semiárido nordestino com transformação da caatinga em ativo ambiental, especialmente por meio de melhorias no seu manejo.
- V. Estímulo a maior abertura/inserção do Nordeste no comércio internacional, com a região tendo oportunidade, no contexto mundial em curso, de ampliar suas relações comerciais com o resto do mundo.

- VI. Priorização de políticas voltadas à Primeira Infância, com destaque para políticas de saúde, de assistência, de educação e cultura e com base em experiências implementadas no próprio Nordeste e nas diretrizes do debate mundial sobre o tema.
- VII. Consolidação de avanços na infraestrutura do meio rural, em especial a oferta de água, de energia e de comunicações.
- VIII. Valorização de políticas assistenciais com foco no combate à fome, nos idosos e na população fora do mercado de trabalho.

Precondição importante será a ampliação da capacidade de investimento público e privado, de um lado com os estados avançando na recomposição as respectivas contas públicas e melhorando as condições de gastos - com prioridades para educação, pesquisa e desenvolvimento tecnológico, saúde e segurança pública- e de outro, com ampliação da participação do setor privado nos investimentos, a partir de parcerias com o setor público, privatizações e concessões, como tende a priorizar a nova Administração Federal.

PARTE 2:

**NORDESTE - PRIORIDADES
PARA O REPOSICIONAMENTO
NO DESENVOLVIMENTO
INCLUSIVO E SUSTENTÁVEL
BRASILEIRO**

PARTE 2.1:
PROJETOS REGIONAIS
PRIORITÁRIOS

CAPÍTULO 12: Projetos Iniciais dos Governadores

As escolhas a seguir apresentadas partiram do **material recebido dos Estados pelo Consórcio**, indicando projetos **regionais** (que envolvem mais de um Estado) e construindo uma primeira carteira de prioridades regionais indicada pelos Governadores. Em formulário enviado aos estados, foram solicitadas indicações de projetos com dimensão ou impactos regionais, e como premissa ficou estabelecido o envolvimento de pelo menos dois estados do Nordeste nessas indicações.

O **Quadro 1**, em anexo, sistematiza as informações recebidas e contempla o nome do projeto, estado proponente, objetivo, localização, beneficiários, cronograma de implantação, volume de investimentos, possíveis fontes financiadoras e uma última coluna com observações.

Vale salientar que há uma diferença de maturidade na concepção e implantação dos projetos pois alguns deles apresentam ausência de informações em determinadas características.

O Quadro foi organizado a partir das respostas recebidas, de forma a apresentar os projetos tal como foram priorizados, por grandes temas, envolvendo as **infraestruturas hídricas e de saneamento, comunicação, energia, transporte** e os últimos relacionados à **base produtiva**.

Parte dos projetos estão em fase mais avançada e nesse sentido com informações mais detalhadas, alguns inclusive, estão contemplados no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, lançado recentemente pelo Governo Federal e objeto de sistematização no próximo capítulo.

No que se refere a maior capacidade de impacto regional, é importante destacar: o projeto do Cinturão Digital do Nordeste, a ampliação e melhoria da BR-104 (contemplando 4 estados), o Multimodal do Vale do Paraíba, o importante corredor logístico do MATOPIBA, e o Projeto Teias de Conexão e Desenvolvimento (que valoriza bases produtivas regionais e impacta quatro estados do Nordeste). Destaque-se a tendência a valorizar potenciais turísticos comuns a vários estados e, ainda, a inovação incorporada na produção de algodão em bases agroecológicas consorciado a culturas alimentares.

Com relação às possíveis fontes de recursos, é importante sublinhar em alguns projetos o financiamento a partir do orçamento federal, dos orçamentos estaduais e de recursos privados, a partir de concessões e PPPs, evidenciando composições possíveis de viabilizar e acelerar sua estruturação e implantação.

QUADRO 1
Detalhamento dos projetos regionais priorizados pelos governos estaduais

INFRAESTRUTURA HÍDRICA E DE SANEAMENTO								
PROJETO	PROPONENTE	OBJETIVO	LOCALIZAÇÃO	BENEFICIÁRIOS	CRONOGRAMA	INVESTIMENTO	FONTE	OBSERVAÇÕES
Terceiro Eixo do PISF	PB	Construção do terceiro eixo da transposição do Rio São Francisco	De Umburanas (CE) ao açude de Condado em Conceição (PB)	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado
INFRAESTRUTURA DE COMUNICAÇÃO								
PROJETO	PROPONENTE	OBJETIVO	LOCALIZAÇÃO	BENEFICIÁRIOS	CRONOGRAMA	INVESTIMENTO	FONTE	OBSERVAÇÕES
Cinturão Digital do Nordeste	PB	Infraestrutura de telecomunicações	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado
Infovia Potiguar	RN	Inclusão de mais 2 (dois) Estados do Nordeste para ampliar o projeto em desenvolvimento no Estado do Rio Grande do Norte. A proposta visa interligar as Unidades de interesse do Governo do Estado, através da implantação de uma rede de dados, atualmente, no Rio Grande do Norte.	Não informado	Governos estaduais e todos os setores da sociedade. Produtores locais, cadeias produtivas, serviços públicos com Governo eletrônico, comunidades isoladas, escolas.	2024 a 2027	R\$ 108.108.130,00	Federal e/ou PPP	O Estado do Rio Grande do Norte está em execução física da segunda etapa. O valor para complementar a execução da 2a etapa, no RN é de R\$ 6.534.000,00. Com a inclusão de mais 2 (dois) Estados do Nordeste, propõe-se um estudo federal ou interestadual de impacto financeiro para viabilização física da proposta. Atualmente, parte do projeto é executado com parceria.

(continua)

(continuação)

INFRESTRUTURA DE ENERGIA								
PROJETO	PROPONENTE	OBJETIVO	LOCALIZAÇÃO	BENEFICIÁRIOS	CRONOGRAMA	INVESTIMENTO	FONTE	OBSERVAÇÕES
Energia Renovável	PB	Implantação de placas coletores de energia solar sobre os canais e energia eólica no entorno dos canais do Rio São Francisco, nos Estados de Pernambuco e Paraíba	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado	Existem estudos do BNDES a respeito dessa iniciativa
Expansão da Transmissão do Sistema Interligado Nacional (SIN)	PE	Permitir o pleno escoamento da geração contratada na área Leste da região Nordeste e ampliar as margens para conexão de novos empreendimentos; Adicionar robustez e confiabilidade ao Sistema Elétrico de Transmissão de Pernambuco e possibilitar o atendimento à crescente demanda.	Pernambuco: Recife, Garanhuns, São José do Belmonte, Surubim, Floresta e Tacaratu. Paraíba: João Pessoa. Bahia: Paulo Afonso. Alagoas: Messias.	Segurança energética para os Estados mencionados	2023 a 2029	R\$ 1,9 bilhões	Ciclo 2023 - 1a Emissão (MAIO/2023) da Secretaria Nacional de Transição Energética e Planejamento/MME, e poderão ser incluídas nos próximos Leilões de Transmissão.	Não informado

(continua)

(continuação)

INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE								
PROJETO	PROponente	OBJETIVO	LOCALIZAÇÃO	BENEFICIÁRIOS	CRONOGRAMA	INVESTIMENTO	FORTE	OBSERVAÇÕES
Aeroporto Costa dos Corais - AL	AL	Atendimento do potencial turístico do litoral norte de Alagoas e litoral sul de Pernambuco	Maragogi - AL	Complexos turísticos localizados no litoral norte de Alagoas e litoral sul de Pernambuco	2024 a 2027	Não informado	Não informado	Obras iniciadas
Duplicação e Adequação da capacidade da BR-304	RN	Requalificação de um eixo estruturante, ampliando a capacidade logística da rodovia.	Rio Grande do Norte e Ceará	Os principais beneficiários serão os Estados do Rio Grande do Norte (RN) e Ceará (CE). Embora a BR-304 toque territorialmente 2 (dois) estados, os impactos do projeto ultrapassam os estados diretamente beneficiados (RN e CE). Por ser uma via de escoamento de produção, fazendo interligações com vários locais e/ou rodovias, os beneficiários indiretos serão o Estado da Paraíba (PB) (pela BR-405), e o Estado de Pernambuco (PE) (pela BR-104)	2024 a 2027	R\$ 2,8 bilhões	Governo Federal - DNIT	Conforme informação do DNIT, a licitação para contratação dos projetos de duplicação da BR-304 está em fase final.
Ampliação e melhoria da infraestrutura viária: BR-104	RN	O objetivo é dotar a Rodovia Federal BR-104 de condições adequadas às normas técnicas pertinentes, permitindo fluidez e segurança aos usuários, visando a preservação da vida humana e o compatível deslocamento de cargas, possibilitando desenvolvimento econômico.	RN, PB, PE e AL	Os estados beneficiados serão Rio Grande do Norte (RN), Paraíba (PB), Pernambuco (PE) e Alagoas (AL)	2024 a 2027	Não informado	Não informado	A BR-104 se prolonga do RN por Paraíba (PB), Pernambuco (PE) e Alagoas (AL). Atualmente, o projeto está colocado como prioritário para o desenvolvimento econômico do Estado da Paraíba.

(continua)

(continua)

INFRESTRUTURA DE TRANSPORTE								
PROJETO	PROPONENTE	OBJETIVO	LOCALIZAÇÃO	BENEFICIÁRIOS	CRONOGRAMA	INVESTIMENTO	FONTE	OBSERVAÇÕES
Conclusão da Ferrovia Transnordestina	PE e CE	Elevar a competitividade da produção da região Nordeste, a exemplo da produção agrícola e mineral, com uma logística eficiente que une uma ferrovia moderna de alto desempenho e portos de calado profundo que podem receber navios de grande porte.	PE e CE	Estado de Pernambuco e Ceará são impactados diretamente, mas com impactos indiretos previsto para o Nordeste oriental	2024 a 2027	R\$ 5,0 bilhões	Não informado	Não informado
Corredor Rodoviário Nordeste: Teias de Conexão e Desenvolvimento	PI	Implantar mais 3 rodovias estaduais para a Interligação com os estados vizinhos (Ceará, Pernambuco e Bahia), além de mais 1 Ponte sobre o Rio Parnaíba	Pimenteiras (PI)/Parambu (CE); Betânia (PI)/PE; Júlio Borges (PI)/Mansidão (BA); Palmeirais (PI)/Parnarama (MA).	População dos municípios de Pimenteiras (PI)/Parambu (CE); Betânia (PI)/PE; Júlio Borges (PI)/Mansidão (BA); Palmeirais (PI)/Parnarama (MA).	2024 a 2027	R\$ 401.755.000,00	Governo do Estado e Governo Federal	O cronograma físico-financeiro das ações ainda está em fase de elaboração. Rodovias com projetos executivos concluídos. Ponte sobre o Rio Parnaíba em planejamento.

(continua)

(continuação)

INFRESTRUTURA DE TRANSPORTE								
PROJETO	PROPONENTE	OBJETIVO	LOCALIZAÇÃO	BENEFICIÁRIOS	CRONOGRAMA	INVESTIMENTO	FONTE	OBSERVAÇÕES
Multimodal do Vale do Parnaíba	PI	implantação de corredor logístico para o escoamento da produção agrícola do sul do estado do Piauí e região do MATOPIBA	As obras rodoviárias e hidroviárias. As ações de infraestrutura rodoviária do Multimodal do Vale do Parnaíba concentram-se em vários municípios localizados nos Territórios de Desenvolvimento Tabuleiro do Alto do Parnaíba e Chapada das Mangabeiras. A Hidrovia, por sua vez, alcança diretamente os municípios de Ribeiro Gonçalves, Uruçuí e Teresina. Já a ferrovia passa diretamente pelos municípios de Teresina, Altos, Campo Maior, Piripiri, Piracuruca, Cocal, Bom Princípio, Parnaíba e Luís Correia. Por fim, há o Porto, localizado na cidade de Luís Correia.	No Nordeste, 3 estados serão beneficiados: Piauí, Maranhão e Bahia. O projeto beneficia também o estado do Tocantins.	2024 a 2027	R\$ 5,7 bilhões	Governo do Estado, Governo Federal, privado-PPP	Total: R\$ 5.734.278.000,00 Federal: R\$ 1.488.750.000,00 Estadual: R\$ 464.833.245,00 Convênios OGU: R\$ 238.795.637,00 Emendas parlamentares: R\$ 170.000.000,00 Setor privado: 3.371.900.000,00

(continuação)

(continua)

BASE PRODUTIVA (INDÚSTRIA E SERVIÇOS)

PROJETO	PROPONENTE	OBJETIVO	LOCALIZAÇÃO	BENEFICIÁRIOS	CRONOGRAMA	INVESTIMENTO	FONTE	OBSERVAÇÕES
Desenvolvimento Sustentável da Rota das Emoções	PI	Fomentar uma estratégia de desenvolvimento sustentável para o Território da Rota das Emoções através da integração dos estados do Maranhão, Piauí e Ceará, focada no uso sustentável dos recursos naturais, turismo consciente, dinamização produtiva, práticas inovadoras, economia criativa e gestão participativa do território através da criação da marca coletiva “Selo Emoções”	Rota das emoções: 14 municípios do litoral dos Estados do Maranhão, Piauí e Ceará. A rota das emoções liga atrações turísticas de prestígio nacional e internacional: Jericoacoara, Delta do Parnaíba e Lençóis Maranhenses	Território da Rota das emoções: contempla 14 municípios do litoral dos Estados do Maranhão, Piauí e Ceará, com uma população de 539.743 habitantes.	2024 a 2027	R\$ 31.260.000	Governo Federal, Estadual e Finançaiento Internacional	O projeto prevê ainda o fortalecimento da ligação entre agricultura familiar e meio ambiente, propiciando o resgate de culturas tradicionais, a valorização da gastronomia típica e a produção sustentável de alimentos. Visa também a integração da economia do turismo ao desenvolvimento das comunidades, conservando o meio ambiente, preservando a cultura local e utilizando as atividades tradicionais como atrações.
Corredor Turístico da Serra da Capivara (PI) - Jalapão (TO)	PI	A instalação de um corredor turístico entre a Serra da Capivara, no estado do Piauí, e o Jalapão, no estado de Tocantins, trará uma série de benefícios para ambas as regiões.	Três Territórios de Desenvolvimento: Serra da Capivara, Chapada das Mangabeiras e Vale dos Rios Piauí e Itaueira, e Jalapão (TO)	População dos Territórios de Desenvolvimento no Piauí: Serra da Capivara, Chapada das Mangabeiras e Vale dos Rios Piauí e Itaueira, e Jalapão (TO).	2024 a 2027	Não informado	Não informado	Ainda em fase de planejamento

(continuação)

(conclusão)

BASE PRODUTIVA (INDÚSTRIA E SERVIÇOS)								
PROJETO	PROPONENTE	OBJETIVO	LOCALIZAÇÃO	BENEFICIÁRIOS	CRONOGRAMA	INVESTIMENTO	FONTE	OBSERVAÇÕES
Ampliação da Cultura de Cultivo Agroecológico do Algodão nos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba.	RN	Ampliar a cultura de cultivo agroecológico algodão por meio de iniciativas que articulam organizações da sociedade civil e órgãos estatais.	Estados do Ceará (CE), Rio Grande do Norte (RN), Paraíba (PB) e Pernambuco (PE).		2024 a 2027	R\$ 84.000.000,00	Governo Federal	Está em desenvolvimento o Projeto de algodão agroecológico no Estado do Rio Grande do Norte, beneficiando aproximadamente 1.000 famílias em 2023 que ocupa 1.300 hectares de produção de cultivo consorciado com cultivos alimentares de milho e feijão, tendo inserção, a depender do território, de fava e gergelim.

Fonte: Governos Estaduais do Nordeste.

CAPÍTULO 13: Projetos Regionais Priorizados pelo Novo PAC

No âmbito dos objetivos do Produto 2, este segundo capítulo traz uma síntese das principais características observadas nas propostas de investimentos contidas no Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC), considerando aquelas que foram **identificadas com abrangência regional**.

Assim, similar ao que foi adotado para a elaboração do Capítulo 1, em que se apresentou uma síntese das principais características dos projetos neste estudo sinalizados como prioritários por cada estado do Nordeste, este Capítulo 2 buscou elencar entre as propostas constantes no Novo PAC aquelas em que se observa um caráter de relevância regional, utilizando como critério de seleção a presença da respectiva proposta listada em mais de uma unidade da federação no Nordeste.

As informações analisadas sobre o Novo PAC foram levantadas com o apoio essencial da Casa Civil e estão apresentadas no **Quadro 2**. Elas apresentam **48 propostas distintas**, envolvendo mais de um estado na região Nordeste, prevendo um montante de **aproximadamente 46,4 bilhões de Reais**, dos quais **73,5% se concentram no período de 2023 a 2026**.

Os valores se distribuem em 5 (cinco) dos 9 (nove) eixos de investimentos contemplados pelo programa em nível nacional: Água Para Todos; Inclusão Digital e Conectividade; Saúde; Transição e Segurança Energética; e Transporte Eficiente e Sustentável. Além disso, estão classificados, quanto à natureza do empreendimento, em: Concessão; Contrapartida Regulatória; Estudos/Planos/Projetos; Obra pública; Parceria Público-Privada (PPP).

Cabe a ressalva de que 3 (três) das propostas no quadro não registram o valor estimado para o projeto, todas no eixo de Transporte Eficiente e Sustentável: Estudos/Planos/Projetos para a Ligação da Transnordestina à Ferrovia Norte-Sul, abrangendo MA e PI no Nordeste; Estudos/Planos/Projetos para a Malha Nordeste em Ferrovias abrangendo MA, PI, CE, RN, PB, PE e AL; e Estudos para Concessões de Rodovias abrangendo SE, BA, PE, AL, SE, PB, CE e RN.

No montante total, observando a natureza dos empreendimentos, 54,2% são classificados em Concessões, característica que se relaciona com o fato de 55,2% dos recursos estarem alocados nos eixos de ‘Transição e Segurança Energética’ – cujo setor de atividade é altamente regulado – e de ‘Transporte Eficiente e Sustentável’ – atividade com retorno financeiro de longo

prazo. Ou seja, trata-se de uma parcela relevante de investimentos pela iniciativa privada estimulada pelo governo federal.

No eixo referente a transporte, praticamente todo o montante (97,8%) se destina à alocação em duas Ferrovias: a Ferrovia Transnordestina (55,9%), cujos estados beneficiados são PI, CE e PE; e a Malha Centro-Leste (41,9%), beneficiando SE, BA, MG, ES, RJ, SP, GO e DF. No caso do eixo referente ao setor de energia, as propostas são direcionadas sobretudo para leilões de linhas de transmissão, onde um conjunto de 7 lotes abrange todos os estados da região.

Os empreendimentos classificados estritamente como Obras Públicas, por sua vez, correspondem a 26,5% do volume total de recursos cuja abrangência envolve mais de um estado do Nordeste. Nesse caso, o eixo de investimento mais contemplado foi o Água para Todos, que perfaz 86,8% do montante alocado como Obras Públicas abrangendo mais de um estado nordestino. Coube às ações de revitalização de bacias hidrográficas a maior parcela da alocação de recursos (cerca de 4,4 bilhões de Reais), seguido de operações e manutenções e recuperação de estruturas complementares relacionadas ao Projeto de Integração do São Francisco – PISF (pouco mais de 2 bilhões de Reais).

Investimento importante, fora dos eixos da infraestrutura, e de vulto ainda relevante no conjunto do **Quadro 2**, está previsto para a área de Saúde, com obras e equipamentos para fortalecimento da cadeia de produção de imunobiológicos, fármacos e equipamentos (6 bilhões de Reais), o que insere o Nordeste na promoção do Complexo Industrial e Econômico da Saúde, uma das prioridades da reindustrialização do país. Cabe destacar quão estratégica é a proposta, considerando que o país enfrentou desafios significativos durante a pandemia de COVID-19, tendo pouca capacidade de produção interna – especialmente de fármacos e imunobiológicos – para responder rapidamente a emergências de saúde pública. Além da perspectiva de redução de custos, o Nordeste tem a oportunidade de aproveitar conhecimento acumulado nas instituições de ensino superior local para inovação e desenvolvimento biotecnológico.

TABELA 14

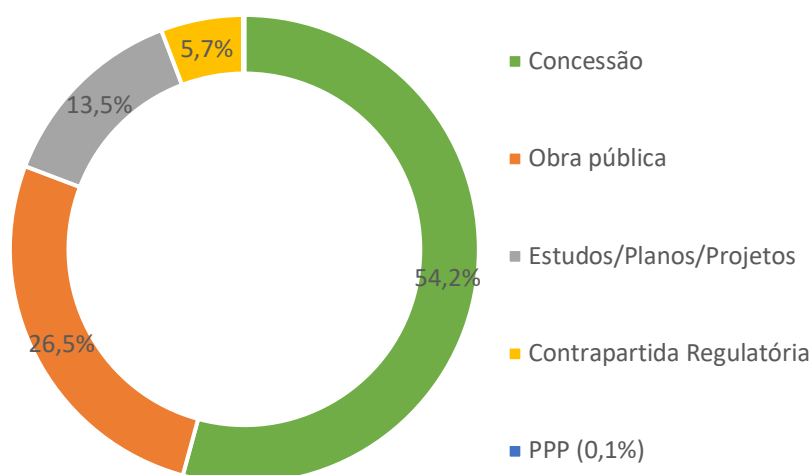
Valor das propostas de investimento do Novo PAC abrangendo mais de um estado Nordeste, segundo a natureza do empreendimento (valores em bilhões de Reais)

Natureza	2023 a 2026	Após 2026	Total
Concessão	16.335	8.818	25.153
Contrapartida Regulatória	1.713	916	2.629
Estudos/Planos/Projetos	6.174	71	6.245
Obra pública	9.843	2.465	12.308
PPP	45	0	45
Total	34.110	12.270	46.380

Fonte: Casa Civil da Presidência da República. Elaboração Ceplan.

GRÁFICO 13

Composição das propostas de investimento do Novo PAC abrangendo mais de um estado Nordeste, segundo o a natureza do empreendimento (valores em percentual)



Fonte: Casa Civil da Presidência da República. Elaboração Ceplan.

TABELA 15

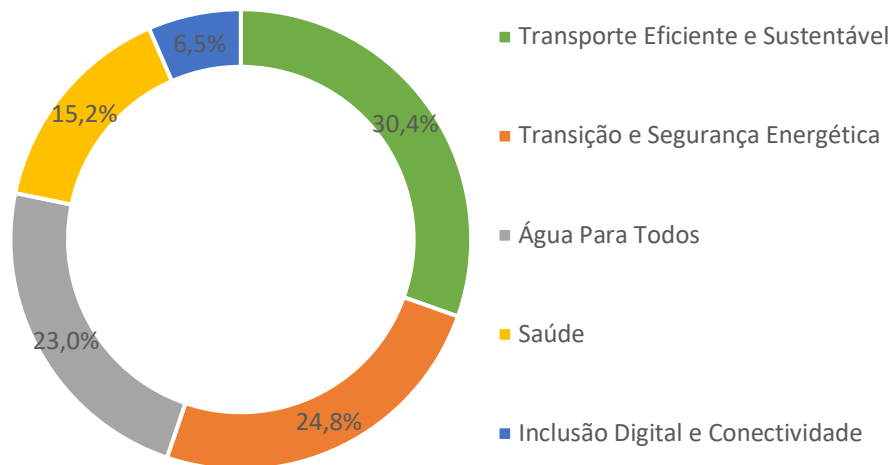
Valor das propostas de investimento do Novo PAC abrangendo mais de um estado Nordeste, segundo o eixo de investimento (valores em bilhões de Reais)

Eixo	2023 a 2026	Após 2026	Total
Água Para Todos	8.359	2.329	10.688
Inclusão Digital e Conectividade	2.110	916	3.026
Saúde	6.967	100	7.067
Transição e Segurança Energética	8.742	2.747	11.488
Transporte Eficiente e Sustentável	7.932	6.178	14.110
Total	34.110	12.270	46.380

Fonte: Casa Civil da Presidência da República. Elaboração Ceplan.

GRÁFICO 14

Composição das propostas de investimento do Novo PAC abrangendo mais de um estado Nordeste, segundo o eixo de investimento (valores em percentual)



Fonte: Casa Civil da Presidência da República. Elaboração Ceplan.

QUADRO 2

Detalhamento das propostas de investimento do Novo PAC abrangendo mais de um estado Nordestino (valores em bilhões de Reais)

Proposta	Eixo	Subeixo	Unidade da Federação	Natureza do Empreendimento	Nome de Divulgação	2023 a 2026	Após 2026	Total
Sistemas simplificados de acesso a água e esgotamento sanitário em comunidades indígenas	Água Para Todos	Água para quem mais precisa	RO, AC, AM, PA, AP, TO, MA, CE, PB, PE, BA, MG, SP, SC, RS, MS, MT	Obra pública	Sistemas simplificados - Indígenas	170,00	-	170,00
Seleção - Sistemas de dessalinização	Água Para Todos	Água para quem mais precisa	CE, RN, PB, PE, AL, SE, BA, MG, MA, PI	Obra pública	Seleção - Sistemas de dessalinização	348,00	-	348,00
Seleção - Cisternas	Água Para Todos	Água para quem mais precisa	TO, RO, AC, AM, RR, PA, AP, MA, PI, CE, RN, PB, PE, AL, BA, MG, ES, RS	Obra pública	Seleção - Cisternas	1.961,00	-	1.961,00
PISF - Operação e Manutenção	Água Para Todos	Infraestrutura hídrica	RN, PB, PE, CE	Obra pública	PISF - Operação e Manutenção	1.895,43	-	1.895,43
Ramal do Apodi	Água Para Todos	Infraestrutura hídrica	CE, PB, RN	Obra pública	Ramal do Apodi	1.157,20	-	1.157,20
PISF - Recuperação das Estações de Bombeamento 2 e 3 - Eixo Norte	Água Para Todos	Infraestrutura hídrica	PB, CE, RN, PE	Obra pública	PISF - Recuperação das Estações de Bombeamento 2 e 3 - Eixo Norte	15,00	-	15,00
Projeto do Ramal do Piancó	Água Para Todos	Infraestrutura hídrica	CE, PB	Estudos/Planos/Projetos	Ramal do Piancó	7,00	-	7,00
Adutora do Pajeú - 2ª Fase / 2ª Etapa	Água Para Todos	Infraestrutura hídrica	PB, PE	Obra pública	Adutora do Pajeú - 2ª Fase / 2ª Etapa	220,10	9,19	229,29

(continua)

(continuação)

Proposta	Eixo	Subeixo	Unidade da Federação	Natureza do Empreendimento	Nome de Divulgação	2023 a 2026	Após 2026	Total
Ampliação da Capacidade de Bombeamento do Eixo Norte	Água Para Todos	Infraestrutura hídrica	CE, RN, PB, PE	Obra pública	Ampliação da Capacidade de Bombeamento do Eixo Norte	416,56	-	416,56
PISF - Recuperação da Galeria Monteiro	Água Para Todos	Infraestrutura hídrica	PB, PE	Obra pública	PISF - Recuperação da Galeria Monteiro	2,50	-	2,50
PISF - Recuperação da Barragem de Jati	Água Para Todos	Infraestrutura hídrica	CE, RN, PB, PE	Obra pública	PISF - Recuperação da Barragem de Jati	50,00	-	50,00
PISF - Recuperação do Dique Negreiros	Água Para Todos	Infraestrutura hídrica	CE, RN, PB, PE	Obra pública	PISF - Recuperação do Dique Negreiros	73,84	-	73,84
PISF - Recuperação da Barragem Cacimba Nova	Água Para Todos	Infraestrutura hídrica	PB, PE	Obra pública	PISF - Recuperação da Barragem Cacimba Nova	5,00	-	5,00
Seleção - Revitalização de Bacias Hidrográficas	Água Para Todos	Revitalização de bacias hidrográficas	AL, MA, PI, CE, PE, SE, BA, MG, SP, PR, GO, DF, MS	Obra pública	Seleção - Revitalização de Bacias Hidrográficas	2.037,54	2.320,00	4.357,54
Implantar backhaul de fibra óptica em 530 sedes municipais.	Inclusão Digital e Conectividade	Expansão do 4G e implantação do 5G	RO, AM, RR, PA, AP, TO, MA, PI, CE, RN, PB, PE, AL, SE, BA, MG, RS, MS, GO	Contrapartida Regulatória	Fibra Ótica - Sedes Municipais	797,71	-	797,71
Atender a 1.700 localidades não sede com 5G.	Inclusão Digital e Conectividade	Expansão do 4G e implantação do 5G	GO, MA, PI, CE, RN, PB, PE, AL, SE, BA, MG, ES, RJ, SP, PR, SC, RS, MS, MT	Contrapartida Regulatória	Implantação do 5G – Localidades	915,57	915,57	1.831,14

(continua)

(continuação)

Proposta	Eixo	Subeixo	Unidade da Federação	Natureza do Empreendimento	Nome de Divulgação	2023 a 2026	Após 2026	Total
Nordeste Conectado	Inclusão Digital e Conectividade	Infovias	PI, CE, RN, PB, PE, BA	Obra pública	Infovia - Nordeste Conectado	1,63	-	1,63
Ampliação da Rede de E-Ciência - RNP	Inclusão Digital e Conectividade	Infovias	DF, CE, PE, BA, ES, RJ, SP, PR, SC	Obra pública	Infovia para Educação e Pesquisa – Nós de Rede	45,50	-	45,50
Novas Infovias nas Regiões Norte e Nordeste	Inclusão Digital e Conectividade	Infovias	AC, AL, AM, AP, BA, PI, CE, RN, PB, PE, SE, RO, RR, PA, TO, MA	Obra pública	Seleção Novas Infovias – Norte e Nordeste	196,00	-	196,00
Brasil Digital - Expansão da TV Digital aberta	Inclusão Digital e Conectividade	TV Digital	RJ, GO, TO, MA, RN, PB, PE, AL, SE, BA, MG, ES, PR, SC, RS, MS, MT, AM, RR, PA, AP, PI, CE, RO, AC	Obra pública	TV Digital	154,00	-	154,00
Novas Obras e Equipamentos para Radioterapia – PERSUS I e II	Saúde	Atenção Especializada	RR, AP, MA, PI, CE, PE, BA, MG, ES, RJ, SP, PR, RS, MT, GO	Obra pública		505,00	100,00	605,00
Construção e Ampliação de Unidades Básicas de Saúde Indígena	Saúde	Atenção Primária	MG, PR, SC, RO, AC, AL, BA, MS, MT, AM, RR, PA, AP, TO, MA, CE, PB, PE	Obra pública		131,50	-	131,50
Retomada e conclusão de obras: Unidades Básicas de Saúde - UBSs	Saúde	Atenção Primária	RO, AM, RR, PE, AL, SE, DF, PA, AP, TO, MA, PI, CE, BA, MG, ES, RJ, SP, PR, RS, AC, RN, PB, MS, MT, GO	Obra pública		230,60	-	230,60

(continua)

(continuação)

Proposta	Eixo	Subeixo	Unidade da Federação	Natureza do Empreendimento	Nome de Divulgação	2023 a 2026	Após 2026	Total
Obras e Equipamentos para fortalecimento da cadeia de produção de imunobiológicos, fármacos e equipamentos	Saúde	Complexos Econômico-industriais da Saúde	RN, PE, BA, MG, RJ, SP, PR, GO	Estudos/Planos/Projetos	Não informado	6.000,00	-	6.000,00
Qualificação da Hemorrede	Saúde	Complexos Econômico-industriais da Saúde	PA, TO, MA, PI, CE, RN, PB, PE, BA, MG, RJ, SP, PR, SC, RS, MS, GO	Obra pública	Não informado	100,00	-	100,00
3ª Chamada Procel Reluz	Transição e Segurança Energética	Eficiência Energética	PA, MA, PI, RN, PB, PE, MG, SP, SC, RS, MT, GO	Obra pública	Não informado	38,35	-	38,35
IP ESTUDOS	Transição e Segurança Energética	Eficiência Energética	SP, RO, PA, MA, CE, BA, MG, ES, PR, SC, GO, RJ	PPP	Não informado	45,00	-	45,00
Licitações de Ativos minerais - SGB/CPRM	Transição e Segurança Energética	Pesquisa Mineral	PA, AP, TO, RO, AC, AM, RR, MS, MT, GO, DF, MA, PI, CE, RN, PB, PE, AL, SE, BA	Estudos/Planos/Projetos	Não informado	3,21	-	3,21
Avaliação de Recursos Minerais em ambiente marinho	Transição e Segurança Energética	Pesquisa Mineral	PA, AP, MA, PI, CE, RN, PB, PE, AL, SE, BA, ES, RJ, SP, PR, SC, RS	Estudos/Planos/Projetos	Não informado	37,55	11,00	48,55

(continua)

(continuação)

Proposta	Eixo	Subeixo	Unidade da Federação	Natureza do Empreendimento	Nome de Divulgação	2023 a 2026	Após 2026	Total
LT 500 kV Porto Sergipe – Olindina - Sapeaçu	Transição e Segurança Energética	Transmissão de Energia	SE, BA	Concessão	Não informado	409,49	-	409,49
Leilão de Transmissão 01/2024 - Lote 7	Transição e Segurança Energética	Transmissão de Energia	TO, PI, BA	Concessão	Não informado	463,60	154,53	618,13
Leilão de Transmissão 01/2024 - Lote 12	Transição e Segurança Energética	Transmissão de Energia	MA, PI	Concessão	Não informado	896,42	298,81	1.195,23
Leilão de Transmissão 01/2023 - LOTE 6	Transição e Segurança Energética	Transmissão de Energia	SE, BA	Concessão	Não informado	900,00	300,00	1.200,00
Leilão de Transmissão 01/2024 - Lote 13	Transição e Segurança Energética	Transmissão de Energia	MA, PI	Concessão	Não informado	900,63	300,21	1.200,84
Leilão de Transmissão 01/2024 - Lote 4	Transição e Segurança Energética	Transmissão de Energia	RN, PB, PE, AL	Concessão	Não informado	972,00	324,00	1.296,00
Leilão de Transmissão 01/2024 - Lote 1	Transição e Segurança Energética	Transmissão de Energia	PI, CE	Concessão	Não informado	1.388,35	462,78	1.851,14
Leilão de Transmissão 01/2024 - Lote 5	Transição e Segurança Energética	Transmissão de Energia	PB, PE, AL, BA	Concessão	Não informado	2.686,90	895,63	3.582,53

(continua)

(continuação)

Proposta	Eixo	Subeixo	Unidade da Federação	Natureza do Empreendimento	Nome de Divulgação	2023 a 2026	Após 2026	Total
Ferrovia Transnordestina	Transporte Eficiente e Sustentável	Ferrovias	PI, CE, PE	Concessão	Ferrovia Transnordestina	6.600,00	1.282,00	7.882,00
Malha Centro-Leste	Transporte Eficiente e Sustentável	Ferrovias	SE, BA, MG, ES, RJ, SP, GO, DF	Concessão	Malha Centro-Leste	1.118,04	4.800,00	5.918,04
Ligação da Transnordestina à Ferrovia Norte-Sul	Transporte Eficiente e Sustentável	Ferrovias	TO, MA, PI	Estudos/Planos/Projetos	Ligação da Transnordestina à Ferrovia Norte-Sul	-	-	-
Malha Nordeste	Transporte Eficiente e Sustentável	Ferrovias	MA, PI, CE, RN, PB, PE, AL	Estudos/Planos/Projetos	Malha Nordeste	-	-	-
Estudos, Projetos e Planejamento - Cargas e Passageiros - Nacional	Transporte Eficiente e Sustentável	Ferrovias	PA, PI, TO, MA, CE, RN, PB, PE, BA, MG, ES, RJ, SP, PR, RS, MS, MT, SC, GO, DF	Estudos/Planos/Projetos	Estudos, Projetos e Planejamento - Cargas e Passageiros - Nacional	116,47	60,00	176,47
Dragagem do Rio Parnaíba (HN-400)	Transporte Eficiente e Sustentável	Hidrovias	MA, PI	Obra pública	Não informado	4,58	-	4,58
"Crema" - Atlântico Nordeste e Parnaíba (HN-400)	Transporte Eficiente e Sustentável	Hidrovias	MA, PI	Obra pública	Não informado	24,00	6,26	30,26

(continua)

(conclusão)

Proposta	Eixo	Subeixo	Unidade da Federação	Natureza do Empreendimento	Nome de Divulgação	2023 a 2026	Após 2026	Total
Estudos e Projetos Hidroviários	Transporte Eficiente e Sustentável	Hidrovias	RO, AP, TO, MA, PI, PE, AL, SE, BA, MG, MS, MT, AC, AM, RR, PA, SP, PR, SC, RS, GO	Obra pública	Não informado	34,80	14,20	49,00
Sinalização - Parnaíba (HN-400)	Transporte Eficiente e Sustentável	Hidrovias	MA, PI	Obra pública	Não informado	24,40	15,60	40,00
Estudo para modelagem de concessões de Terminais Hidroviários - IP4	Transporte Eficiente e Sustentável	Hidrovias	RO, AM, RR, PA, AP, MA, PI	Estudos/Planos/Projetos	Não informado	10,00	-	10,00
Estudos para Concessões de Rodovias	Transporte Eficiente e Sustentável	Rodovias	SE, BA, PE, AL, SE, PB, CE, RN	Concessão	Estudos para Concessões de Rodovias	-	-	-

Fonte: Casa Civil da Presidência da República. Elaboração Ceplan.

PARTE 2.2 :
INICIATIVAS ESTRATÉGICAS A
PRIORIZAR

OBJETIVO ESTRATÉGICO
**REPOSICIONAR NORDESTE NO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO
INCLUSIVO E SUSTENTÁVEL DO BRASIL**

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

FACE A MUDANÇAS EM CURSO
NO MUNDO E NO PAÍS

- 01 – GARANTIA DO AVANÇO NA OFERTA DE ENERGIAS RENOVÁVEIS
- 02 – PROMOÇÃO DA INSERÇÃO DO NORDESTE NO PROCESSO DE REINDUSTRIALIZAÇÃO DO PAÍS
- 03 – CONSOLIDAÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS AVANÇOS NA POLÍTICA DE C,T&I
- 04 – PROMOÇÃO DE PROTAGONISMO NA OFERTA DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS
- 05 – CONSOLIDAÇÃO DE MUDANÇAS EM CURSO NO SEMI-ÁRIDO COM VALORIZAÇÃO DE NOVOS PRODUTOS ORIUNDOS DA CAATINGA
- 06 – CONCLUSÃO DAS OBRAS MAIORES DO PISF , DEFIINIÇÃO DE MODELO DE GESTÃO INOVADOR E TRANSFORMAÇÃO EM EIXO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE ORIENTAL
- 07 – ESTÍMULO À EXPANSÃO DO TERCIÁRIO COM ÊNFASE NOS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS
- 08 – PROMOÇÃO DA ECONOMIA CRIATIVA
- 09 – APOIO ESPECIAL À INCLUSÃO PRODUTIVA DE JOVENS
- 10 – FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE NOVOS MODELOS DE FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

FACE AOS DÉFICITS HERDADOS
E AMEAÇAS

- 01 – ENFRENTAMENTO DOS RISCOS PROVENIENTES DA MUDANÇAS CLIMÁTICAS
- 02 – AMPLIAÇÃO DOS AVANÇOS NA EDUCAÇÃO NOS DIVERSOS NÍVEIS DE ENSINO
- 03 – PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS NA INFRAESTRUTURA ECONÔMICA
- 04 – PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS NA INFRAESTRUTURA URBANA
- 05 – CONTENÇÃO DA DEGRADAÇÃO ANTRÓPICA DO SEMI-ÁRIDO
- 06 – GESTÃO SISTEMÁTICA DAS SECAS
- 07 – ESTÍMULO A MAIOR ABERTURA/INSERÇÃO DO NORDESTE NO COMÉRCIO INTERNACIONAL
- 08 – PRIORIZAÇÃO DE POLÍTICAS VOLTADAS À PRIMEIRA INFÂNCIA
- 09 – NOVA POLÍTICA DE ATRAÇÃO E PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS PARA O NORDESTE
- 10 – FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA

CAPÍTULO 14: Prioridades face às Mudanças em Curso no Mundo e no País

14.1 Garantia do avanço na oferta de energias renováveis

...de forma a responder à tendência do fortalecimento da economia de baixo carbono, considerando os impactos locais (ambientais e sociais) e buscando atrair para o Nordeste a localização da indústria de equipamentos voltada para este tipo de produção.

O Nordeste já vem assumindo protagonismo na oferta dessas energias, sendo destaque na produção nacional de eólica e solar e atraindo novas iniciativas, como a produção de energia baseada no hidrogênio verde, com grande potencial de expansão.

A região responde por 82,3% da produção atual de energia solar e eólica do Brasil (Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL), ou seja, 15% da capacidade de produção de energia elétrica instalada no país. Também contempla 78% dos projetos em implantação no país dessas fontes de energia, significando mais de 15% da capacidade de produção de energia limpa no país.

O Nordeste brasileiro possui um enorme potencial em energia verde por uma série de razões geográficas e climáticas, bem como pela disponibilidade de recursos naturais. No promissor mercado do hidrogênio verde (H2V), cinco estados do Nordeste despontam como destino certo de investimentos: Ceará, Pernambuco, Piauí, Bahia e Rio Grande do Norte. Vale registrar que, para serem certificados como verdes, os projetos têm que usar energias renováveis como fonte de alimentação das plantas industriais, estabelecendo-se assim um ganho de competitividade regional pela significativa presença de parques eólicos e solares no Nordeste.

Este grande potencial e diferencial regional, em especial a produção de energia verde, deve exercer um papel relevante na mudança da matriz energética brasileira; e, tem perspectiva de gerar divisas e contribuir para a descarbonização global. Todavia, pode e tem condições de viabilizar novos projetos e estimular a industrialização do Nordeste.

Assim, é essencial a elaboração de um conjunto de ações integradas dos governos estaduais da região, com apoio do governo federal, a definição de parcerias estratégicas com grupos empresariais nacionais e internacionais; e o suporte financeiro de bancos como o BNDES e o BNB, visando a geração de energia limpa e barata que gere riqueza regional via exportação

para o resto do país e do mundo e pela implantação de um parque industrial verde que agregue valor econômico à região.

Um gargalo a ser enfrentado é o da ampliação da infraestrutura nacional de transmissão para atender ao crescimento da oferta deste tipo de energia no NE e no Brasil.

Recentemente, foi dado um passo importante na direção de integrar e focar os esforços, com a assinatura de um memorando de entendimento firmado pelo Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste e pelo Banco Mundial, para desenvolver áreas chaves em sustentabilidade para os estados nordestinos, ficando estabelecido que o Banco Mundial vai assessorar os estados em um plano de transição energética que financiará planos locais.

14.2 Promoção da inserção do Nordeste no processo de reindustrialização do país

...considerando que uma nova política de industrialização está na agenda nacional.

Algumas oportunidades encontrarão sementes importantes no Nordeste, como a construção de um novo momento para a **indústria automotiva** com vistas à tendência mundial para a construção de parque automotivo de nova geração, que converge para a produção de carros 100% elétricos, com emissão zero de CO₂. O Nordeste abriga o germe da produção do automóvel elétrico. Recentemente foi anunciada a instalação da primeira planta industrial de automóveis elétricos nas Américas da montadora chinesa Greentech BYD -Build Your Dreams, que será instalada no município de Camaçari, na Bahia. Serão três fábricas que deverão gerar mais de 5.000 empregos diretos e indiretos e produzir chassis de ônibus, caminhões elétricos, veículos de passeio elétricos e híbridos, e processar lítio e ferro fosfato. A expectativa é iniciar a produção no segundo semestre de 2024. Em Pernambuco, também o Grupo *Stellantis*, anunciou um novo ciclo de investimentos na sua planta do município de Goiana, visando a produção de carros 100% elétricos. Este novo mercado vai exigir novos componentes que ainda não são produzidos no País, abrindo novas oportunidades, e para isto está acionando uma nova cadeia de fornecedores, destacando-se no Nordeste, o *Grupo Moura*, que já fornece módulos de baterias de lítio para Volkswagen Caminhões e Ônibus, e que vem se articulando para ser fornecedora dos carros elétricos da *BYD* e da *Stellantis*.

Por sua vez, a consolidação no Brasil do complexo econômico da saúde abre oportunidades para a inserção do Nordeste. A região tem revelado potencial para produção de antibióticos e analgésicos básicos, insumos farmacêuticos ativos-IFAs, bioinsumos, vacinas e

hemoderivados, produção de material hospitalar, desde os mais básicos até equipamentos odontológicos, equipamentos para UTIs, respiradores e aparelhos de raio-X. Além do grande potencial na produção de fármacos naturais. O Nordeste apresenta-se com grande potencial de inovação tecnológica na área de saúde, ocorrendo nos últimos anos a intensificação de startups que aliam iniciativas públicas e privadas em prol da aceleração de empresas de base tecnológica, a exemplo do recém anunciado, o Viva@Proangabussu, em Fortaleza, o primeiro Distrito de Inovação em Saúde da América Latina.

Outra oportunidade é a da **produção de materiais de construção** em novas bases técnicas, a exemplo das cerâmicas de revestimento, cerâmica vermelha, cimento e argamassas, produtos pré-fabricados, madeiras processadas, embalagens recicladas, gesso voltado para construção civil, segmentos nos quais o Nordeste pode se tornar competitivo, com base no uso de soluções energéticas renováveis, abundantes na região. Por outro lado, a perspectiva de novas obras do Governo Federal, via novo PAC, deverão reaquecer o mercado da construção civil do Nordeste. Mas, é preciso avançar na melhoria geral da qualidade e produtividade das indústrias regionais, o que significa maiores investimentos em pesquisa e inovação.

Para essas iniciativas, faz-se necessário estabelecer um canal de articulação permanente com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços e com o BNDES, que lideram o debate e a implementação da reindustrialização. É também importante que os estados nordestinos se articulem no sentido de oferecerem estímulos à produção e comercialização regional, assim como promoverem ações visando o fortalecimento de cadeias de fornecedores diretos e indiretos ao núcleo das indústrias motrizes. É necessário também que se ampliem os investimentos em pesquisa e inovação com aplicação industrial, envolvendo Centros de Pesquisa nas Universidades e Institutos Federais, no Senai e nas empresas privadas.

14.3 Consolidação e ampliação dos avanços na política de C, T&I

...com crescente interação com as novas demandas do desenvolvimento regional, considerando os avanços realizados nas décadas recentes e apesar das dificuldades de financiamento experimentadas nos últimos anos.

Há a necessidade de se avançar 1) no incremento da qualificação de recursos humanos, nas diversas áreas do conhecimento, com incentivos para a interiorização de pesquisadores qualificados; 2) na ampliação da infraestrutura de PD&I, como forma de operar a desconcentração e redução de assimetrias regionais na pesquisa e no desenvolvimento

tecnológico; e 3) na expansão e diversificação do financiamento a empresas inovadoras. A maior apropriação do marco legal de CT&I, especialmente junto aos sistemas estaduais de CT&I, ampliará as iniciativas das instituições científicas e tecnológicas (ICTs) em articulação com o tecido produtivo regional. Os Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCTs) instalados na região, em geral, desenvolvem iniciativas de pesquisa sobre recursos naturais e doenças tropicais, relevantes para o enfrentamento de questões da pobreza, sendo necessário também avançar nos temas da fronteira do conhecimento e na maior integração com a base produtiva local. A presença de unidades EMBRAPA no Nordeste, modelo brasileiro inovador no fomento à colaboração universidade-empresa com apoio do Governo, permite operar a tríplice hélice, possibilitando que, na experiência recente brasileira, metade dos recursos tiveram origem nas empresas. O retorno destes investimentos tem sido rápido e palpável: geração de empregos, qualificação de quadros, produtos novos, processos inovadores e patentes, recolhimento de impostos e desenvolvimento econômico e social.

Tal modelo poderá evoluir com a criação de uma Agência de Fomento à Inovação Industrial Regional (AFIN-NE), facilitando e mobilizando, em parceria com as agências locais, o financiamento de ações prioritárias, a exemplo da urgente necessidade de se acelerar a digitalização das empresas industriais e dos serviços e a adoção de processos mais sustentáveis. Já se estudou a base produtiva de alguns Estados e o Consórcio Nordeste apoia esta iniciativa. O patrocínio dos (as) Governadores (as) é essencial.

14.4 Construção de políticas públicas que promovam o protagonismo na oferta de alimentos saudáveis

...em especial os destinados ao atendimento do mercado interno (o que inclui pescados) com olhar nas especificidades do potencial produtivo do Nordeste e em diálogo, sobretudo, com a produção de base familiar e a de médias empresas que se expandiram recentemente na região.

Esta iniciativa aproveita a oportunidade de mudança mundial no padrão produtivo da agricultura, em especial a de alimentos, ou seja, a passagem da hegemonia da química para o protagonismo crescente da biologia como ciência de base para este tipo de produção.

Uma preocupação central nesta proposta é a atual e inaceitável situação de fome que experimenta grande parte da população brasileira, o que remete a políticas que estão sendo revisitadas e revalorizadas. Algumas delas são **voltadas para a demanda** no âmbito da política

de segurança alimentar, com é o caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), do Programa Bolsa Família (PBF) e Programas implementados no âmbito do Sistema de Assistência Social (SUAS).

No lado da oferta, a diretriz central é o apoio à produção de alimentos saudáveis (sem veneno e biologicamente nutritivos). No Nordeste, tais programas encontram espaço prioritário e avanços importantes vem se dando. Há um nicho para os alimentos produzidos de forma orgânica, agroecológica, utilizando-se de conhecimentos como o controle biológico de pragas e doenças, da fixação biológica de nitrogênio, de microrganismos promotores de crescimento que podem ser comercializados via feiras livres, vendedores ambulantes e mercadinhos.

14.5 Consolidação das mudanças em curso no Semiárido com valorização de novos produtos oriundos da Caatinga

...aproveitando as transformações já em curso na região e as oportunidades abertas pelos avanços da bioeconomia. E, também, da intensificação tecnológica na agricultura familiar e nas pequenas e médias empresas rurais.

Vale lembrar que as estruturas socio econômicas experimentaram mudanças significativas nas décadas recentes e hoje grande parte desta região tem eletrificação rural nas propriedades, logística baseada em estradas pavimentadas, acesso à internet razoavelmente distribuído, energia fotovoltaica em expansão (a custo que se reduz dia a dia) e, em especial um novo ativo : jovens que frequentaram ou frequentam escolas de nível médio – em tempo integral em alguns Estados – e as Universidades públicas ou privadas e Institutos Federais. Estes jovens precisam ser aproveitados, criando-se condições para que permaneçam na região e nela atuem como agentes de mudanças.

Um “choque de conhecimento” seria, agora, possível, com base em várias iniciativas, a exemplo da instalação de unidades demonstrativas (utilizando o que existe de mais atual em termos de fertirrigação, novos materiais, sensores, energias renováveis, internet, inteligência artificial, e-commerce e EAD em apoio ao produtor familiar e pequeno empresário).

Apoio especial está a merecer avanços realizados em vários estados. É o caso da i) intensificação dos sistemas produtivos do milho, com tendência ao aumento da produtividade (em SE e área contígua à BA); ii) qualificação de bacias leiteiras e valorização de derivados do leite - sobretudo queijos, manteiga e doces - em Pernambuco (especialmente no Agreste Meridional, Sertão do Araripe e Sertão do São Francisco) e no Ceará (região Litorânea, Cariri,

Chapadas das Russas, Apodi e Ibiapaba) iii) da modernização da agricultura de precisão a exemplo da produção de rosas em pleno semiárido realizada na Chapada da Ibiapaba/CE e iv) avanço da produção do algodão em bases agroecológicas liderado pela Paraíba.

Além dos produtos alimentares a partir da flora e da fauna, merece atenção a apicultura e a meliponicultura. A produção de mel vem crescendo ano a ano, o valor do produto em alta e a busca por novos processos que agreguem valor aos produtos desta atividade em crescente demanda. Há programas em curso em vários estados apoiados pela academia e instituições do sistema S, a exemplo do Piauí, Pernambuco e Ceará e espaço para consolidação nos demais estados da região.

Para tudo isso, é urgente a reconfiguração, modernização e ampliação do sistema de assistência técnica e extensão rural pelos Governos Estaduais. Um amplo programa de capacitação desses técnicos é urgente e estratégico, podendo contar com articulação e apoio de instituições de outros países que avançaram nessa direção.

Uma orientação e fundo para este movimento de requalificação da assistência técnica é o compromisso com a sustentabilidade ambiental rural (com foco especial no uso eficiente da água e no aproveitamento de águas residuárias e na conservação dos solos).

E, finalmente, urge priorizar o direcionamento do crédito rural para iniciativas que promovam atividades que busquem aumentar a densidade tecnológica e a inserção no mercado, com olhar especial para a crescente demanda por alimentos saudáveis. O BNB (via Fundo Constitucional, com recursos crescentes) e o Banco do Brasil são agentes centrais neste financiamento e atores relevantes do PRONAF.

Por sua vez, a futura operação do FUNDO CAATINGA, proposta liderada pelo CONSÓRCIO NORDESTE, em parceria com o BNDES, tende a apoiar novas mudanças e acelerar as que estão em curso.

14.6 Conclusão das obras maiores do PISF

...definição de modelo de gestão inovador e transformação do projeto num eixo de desenvolvimento do Nordeste Oriental o que abre a possibilidade de um novo momento na vida dos sertanejos residentes nessa porção do território regional.

Para tal, torna-se essencial avançar na **revitalização** do Rio São Francisco e, em paralelo, dar novos e múltiplos usos às suas águas além de promover a transformação das “manchas

férteis” existentes em regiões produtivas. Prioritária se torna a identificação de micro e pequenas ‘manchas’ em aquíferos, leitos de rios e riachos, barragens, açudes onde possa ser incentivada uma exploração agropecuária intensiva contando com o aproveitamento eficiente das águas disponíveis. Isso abre uma nova frente, geradora de ocupação produtiva para os produtores de diversos portes, em especial os menores. O PISF pode, assim, se transformar num eixo de desenvolvimento do Nordeste oriental.

Por sua vez, levar as águas do Rio São Francisco aos estados receptores implica em custos (em especial de energia), pelo que há de se pensar em tirar partido do potencial de ampliação da oferta regional, em especial da energia solar, que pode ser gerada sobre os canais.

Outro desafio é o da definição dos responsáveis e do modelo de arrecadação dos recursos que financiem os custos de operação, inclusive de conservação dos canais, túneis e barragens.

O Governo Federal, através do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional retomou o enfrentamento deste desafio, em articulação com Governos estaduais do Nordeste.

14.7 Estímulo à expansão do terciário, com ênfase nos serviços especializados

...importante no Nordeste, onde o setor de serviços representa cerca de 72% da economia do Nordeste. Além disso, respondem por 36% do total dos estabelecimentos e cerca de 75% da geração de empregos na região.

Entre os segmentos dos serviços, merecem destaque pelo potencial de expansão, diferencial competitivo e de inovação, além do relevante impacto social, os serviços de saúde, de tecnologia da informação, os ligados ao turismo, o de logística e armazenagem.

Os serviços de saúde, um segmento que ao mesmo tempo que apresenta no Nordeste um quadro de insuficiência na cobertura e qualidade do atendimento no seu segmento público, possui importantes polos de referência, como os que estão presentes nas três principais capitais do da região e tem destaque em Teresina. Trata-se de um segmento de grande relevância social e que também tem potencial de gerar ocupação e renda.

Na perspectiva regional, especialmente observando a relação entre estados nordestinos, pode-se considerar estratégico e oportuno a atuação de políticas públicas integradas como, por exemplo, na definição da cobertura de atendimento da rede de hospitais estaduais com raio de influência que extrapola mais de um estado; fortalecer a rede SUS de modo a otimizar a rede

de serviços, em especial, os emergenciais; fortalecer a rede de hospitais universitários da região; e, considerar nos planos estaduais da área de saúde, a análise e proposições ligadas a ações conjunta com outros estados.

Os serviços de Tecnologia de Informação - TI, voltados para transição para a era digital, colocam o Nordeste em destaque no cenário nacional. Estratégico para negócios de inovação – o Sebrae, por exemplo, atendeu mais de mil startups na região, em 2022. Além do parque tecnológico de referência nacional, o Porto Digital, situado no Recife, a região contempla hoje hubs de serviços de TI como os de Salvador e Ilhéus, na Bahia; o Rapadura Valley de Fortaleza; o Jerimum Valley, de Natal e o polo de Campina Grande, na Paraíba.

Considerando o contexto regional, entende-se como oportuna a troca de experiências e busca de parcerias entre os diversos ecossistemas de TI do Nordeste; bem como de iniciativas coordenadas, onde couber, entre as Secretarias de Ciência e Tecnologia dos estados. O Porto Digital pode ousar mais, dado o estágio que já conquistou.

Nos serviços ligados ao Turismo, o potencial nordestino é amplamente reconhecido. Não apenas por ter a maior extensão de praias do país, mas por contar com diversos destinos de ecoturismo e históricos, além do potencial de turismo de negócios. Mais do que um incentivo à indústria hoteleira, o turismo no Nordeste beneficia artesãos, pequenos produtores e negócios familiares.

A principal iniciativa de fomento ao turismo regional é o Prodetur II, programa multisetorial do Governo Federal, via Ministério do Turismo, parcialmente financiado com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, Banco do Nordeste do Brasil – BNB, contando, com contrapartidas estaduais e da União. Outro programa, que se complementa ao Prodetur, é o Programa de Apoio ao Turismo Regional (Proatur), uma iniciativa do Banco do Nordeste cujo objetivo é integrar e fortalecer a cadeia produtiva do turismo, contribuindo para a geração de emprego e para o desenvolvimento das potencialidades turísticas da região.

Relevante buscar avaliar nestes programas as ações conjuntas que busquem otimizar ainda mais a base hoteleira regional, além de buscar integrar as iniciativas de desenvolvimento do turismo ao desenvolvimento da cultura e economias locais. Para tanto, pode-se articular ações conjuntas entre os estados como o inventário turístico da região, iniciativas de capacitação de mão de obra especializada e de promoção da marca Nordeste.

Os **Serviços de logística de armazenagem** exibem o potencial competitivo da base produtiva regional, num ambiente de difusão dos fluxos comerciais inter e intrarregionais, além de internacionais. A logística tornou-se um importante setor econômico, que se intensificou ainda mais, com o advento da pandemia por Covid 19, em especial, pelo aumento do e-commerce.

O Nordeste tem apresentado um crescimento importante do número de Centrais de Distribuição e Condomínios Logísticos, e tem um grande potencial de crescimento. Conforme informações da *Cushman e Wakefield* (2020), citado no Caderno Setorial ETENE, nº 135, de outubro de 2020, destacam-se os inventários dos estados de Pernambuco (756.994 m²), Ceará (113.439 m²) e Bahia (48.415 m²) de área de Condomínios Logísticos.

Numa visão regional, é relevante que se definam diretrizes e iniciativas que busquem um desenvolvimento do setor de logística de armazenagem numa perspectiva integrada ao desenvolvimento das infraestruturas rodoviárias, aeroviárias e portuárias, bem como às estratégias de expansão do agronegócio e da indústria regionais e do comércio exterior. Também importante considerar a dinâmica e as estratégias de expansão associadas ao e-commerce, consequentemente ao fortalecimento das centrais de distribuição e de atração de novas.

Em termos de perspectivas, o Nordeste tende a manter o crescimento observado nos principais estados (Bahia, Ceará e Pernambuco), bem como abrigar novos empreendimentos em estados em que tal atividade ainda não possui representatividade, notadamente nas regiões metropolitanas e nas áreas próximas a importantes corredores rodoviários.

14.8 Promoção da economia criativa

...grande geradora de ocupação produtiva para a qual o Nordeste tem grande potencial e pode ampliar sua base produtora de atividades relacionadas à produção, distribuição e criação de bens e serviços que utilizam a criatividade como ferramenta, meio, produto ou matéria-prima para suas soluções.

Estudo recente do Itaú Cultural estima que, no Brasil, a economia criativa contribui com 3,11% do PIB e emprega em torno de 7 milhões de trabalhadores (formais e informais).

A economia criativa dialoga com tendência mundial de crescente peso na economia do conhecimento e, no Nordeste, ela pode se articular com outras atividades econômicas, como o turismo sustentável. Com uma forte presença feminina (55% dos empreendimentos na região

Nordeste são liderados por mulheres – segundo mapeamento do SEBRAE), os empreendimentos da economia criativa promovem também a inclusão produtiva de minorias (negros e indígenas) e de populações que residem na periferia das cidades. É preciso avançar com a oferta de programas de aceleração e mentoria aos negócios da economia criativa na região, em parceria com os ambientes promotores de inovação, vez que cerca de 40% das iniciativas estacionam nas fases iniciais do negócio (ideação, prototipação ou MVP).

O reconhecimento do potencial brasileiro neste campo e a necessidade de ampliação e a diversificação do financiamento trouxeram de volta o Ministério da Cultura no patrocínio desta atividade econômica, agora também incentivadas pelas leis Paulo Gustavo e Aldir Blanc, aprovadas em 2022. No presente, a Câmara dos Deputados retomou a discussão para aprovar o Projeto de Lei 2732/22 que institui a Política Nacional de Desenvolvimento da Economia Criativa e tem, entre suas principais medidas, sua inclusão no rol das atividades beneficiadas pela Lei da Inovação. Com isso, as empresas ligadas ao setor passariam a poder captar, de forma direta, recursos públicos para financiamento de atividades em pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica, além de receber incentivos fiscais. Neste projeto de lei a economia criativa abrange atividades como paisagismo, moda, gastronomia, produção de jogos eletrônicos, mercado editorial e ambientes promotores de empreendedorismo e inovação.

Cada área criativa possui seu próprio modelo de negócio, sistemática de propriedade intelectual e cultura. Mas eles têm em comum a dependência do talento criativo. Portanto, além da necessidade de se ampliar e diversificar a base de financiamento de modo a dar o suporte necessário para a expansão dos negócios, a prioridade nas políticas públicas deveria ser na educação e capacitação. Neste sentido, sugere-se, por exemplo: que sejam incorporados os estudos de Artes, Tecnologia, Design e Ciência da Computação na base curricular das escolas públicas; desenvolvidos projetos de capacitação cidadã, objetivando estimular a inclusão produtiva via potencial de habilidades criativas; e que se incrementem parcerias entre empresas, governos e instituições de ensino visando fortalecer os ecossistemas de economia criativa regionais.

14.9 Apoio especial à inclusão produtiva de jovens

...posto que, apesar da mudança demográfica (o Brasil já tem mais de 55% da população acima dos 30 anos) os jovens brasileiros de 15 a 29 anos representam um importante recorte da população que deve ser incentivada a empreender.

O perfil desses jovens empreendedores sinaliza para um maior retorno social, ambiental e econômico, além da busca por protagonismo e liderança. Segundo a Confederação Nacional de Jovens Empresários (CONAJE), os jovens brasileiros entre 15 e 29 anos que estão empreendendo consideram que “empreender é ter um propósito, conseguir colocar em prática seus sonhos, liderar ideias criativas e ser protagonista da própria vida” - 60% deles entendem como sucesso ter um negócio de impacto, trazendo benefícios pessoais e para a sociedade. Este é o perfil das Gerações jovens, Y e Z, que buscam estilos de gestão mais colaborativos e internalizam aspirações de trabalharem para si mesmos, com construção de múltiplas carreiras ao longo da vida.

Em 2020, no contexto da crise sanitária, cerca de 30% dos jovens estavam em situação de alta vulnerabilidade social e econômica, afastados do mercado de trabalho e da educação, reforçando a importância de políticas públicas com foco na qualificação para novas habilidades e competências, com destaque para as iniciativas empreendedoras. Em 2022, no NE eles eram 37,7% do total nacional, a grande maioria mulheres (63%) e pretos ou pardos (78%), segundo IBGE-PNAD Contínua.

As iniciativas de apoio especial à inclusão produtiva de jovens devem contemplar: 1) maior acesso ao primeiro emprego, especialmente, em cidades médias, mantendo o jovem no sistema educacional e reduzindo ou retardando a migração para ocupações informais em grandes áreas urbanas; 2) incentivos a atividades de iniciação à prática profissional em instituições de ensino articuladas com a base produtiva local; 3) incentivos ao desenvolvimento de ambientes que fomentem espaços de trabalho compartilhados em apoio aos empreendimentos da economia criativa; 4) maior acesso aos programas de formação em novas competências que exijam habilidades digitais (por exemplo, cibersegurança, big data, *machine learning*, *web design*, *marketing digital* e desenvolvimento de *software*); e 5) maior acesso aos ambientes promotores de inovação, que implementam programas de aceleração de negócios.

14.10 Formatação e implementação de novos modelos de financiamento do desenvolvimento regional

...considerando avanços já realizados e com olhar em demandas advindas de novos padrões produtivos.

Nesse sentido, é importante mapear e estimular iniciativas relacionadas a modelos de financiamento pouco utilizados na região, principalmente com a participação de agentes

privados, estímulo ao mercado de capitais e o fomento à captação de recursos em fundos setoriais nacionais e internacionais. Institucionalmente, destaca-se a importância do papel do BNB e a necessidade de se promover a atuação regional do BNDES, que tem em sua missão a redução das **desigualdades sociais e regionais**.

CAPÍTULO 15: Prioridades face aos Déficits Herdados e Ameaças

15.1 Enfrentamento dos riscos provenientes das mudanças climáticas

...no contexto da crise socioambiental contemporânea, em que as mudanças climáticas são consideradas uma das principais problemáticas do século XXI.

Com relação ao Nordeste, tem-se a perspectiva de agravamento dos efeitos negativos das mudanças do clima, apontando para uma maior frequência de eventos extremos.

De acordo com o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas - IPCC tende a aumentar a intensidade de eventos meteorológicos extremos na região Nordeste, seja de secas, seja de enchentes, com potenciais efeitos negativos sobre as atividades produtivas e aumento do risco de catástrofes ambientais. Para a próxima década, há indicações de que devem se intensificar as ocorrências de estiagem; a diminuição das áreas de pastagens, com reflexos no sistema criatório, sobretudo, o bovino e o aumento do assoreamento dos rios, comprometendo o abastecimento de água. Prevê-se também o aumento de temperatura de 2° a 5°C no Nordeste até o final do século XXI.

Também nas áreas urbanas tem-se verificado o aumento de eventos associados aos riscos de ocorrências climáticas adversas. Um exemplo é a cidade do Recife que, segundo o IPCC, ocupa a 16ª posição no ranking das cidades mais vulneráveis à mudança do clima no mundo, sendo suscetível a impactos oriundos do aumento do nível do mar, do aumento da precipitação pluviométrica e da elevação da temperatura, com a possibilidade de haver maior ocorrência de inundações, ondas de calor, deslizamentos de terra e erosão na zona costeira.

Com relação às medidas e iniciativas voltadas para o enfrentamento das mudanças climáticas, especialmente das ocorrência de eventos extremos, sugere-se uma ação articulada entre os governos estaduais e municipais do Nordeste, com o apoio do Consórcio, visando: i) patrocinar a elaboração de zoneamentos socioeconômicos e ecológicos de risco climático; ii) implantar sistema permanente de monitoramento de ocorrências climáticas; e iii) apoiar estratégias de adaptação e mitigação às mudanças climáticas para enfrentar os eventos extremos de secas e inundações.

15.2 Ampliação dos avanços alcançados na oferta de Educação nos diversos níveis de ensino

...democratizando crescentemente o acesso, melhorando a qualidade e implementando modelos pedagógicos que dialoguem com os novos paradigmas econômicos, políticos e sociais presentes no mundo.

A educação deve contribuir para formar cidadãos e para capacitar os jovens para o mercado de trabalho e para empreender.

O Nordeste ainda exhibe indicadores educacionais desfavoráveis em relação às regiões Sudeste e Sul. No entanto, avançou em experiências exitosas de valorização do ensino fundamental e do ensino médio, que hoje são referência para o país. Os casos do Ceará, no ensino fundamental, e de Pernambuco, no ensino médio, se destacam. Foi também forte e favoravelmente impactada pela política de expansão e interiorização das Universidades, especialmente as públicas, implementada nas décadas iniciais deste século.

Mas persiste na região, como no resto do país, a desigualdade no acesso e na qualidade do ensino entre as escolas públicas e privadas e esta é uma das causas determinantes das persistentes desigualdades sociais na sociedade brasileira e nordestina. Cerca de 40% das desigualdades de renda se explicam pelas desigualdades educacionais especialmente nas fases de transição do ensino fundamental para o médio (14 anos) e deste para o ensino superior (17 anos).

Além disso, o momento de ruptura que o mundo e o Brasil experimentam, além dos impactos negativos da pandemia sobre a educação - em especial das crianças e jovens mais pobres - atinge de frente o atual sistema educacional do país, em particular o do Nordeste.

Novas habilidades e novos conhecimentos tendem a transformar métodos e conteúdos pedagógicos, requerendo investimentos em professores e estruturas físicas das escolas. Isso exige recursos adicionais num momento de crise econômica, sempre desafiador para o Nordeste.

A incorporação das novas tecnologias ao processo de aprendizagem desenvolve as habilidades requeridas pelos novos tempos, favorecendo a transmissão de conteúdos de elevada qualidade, sem substituir o papel do professor, transformado, cada vez mais em um orientador, num ambiente onde também se observa a tendência de acompanhar o ritmo diferenciado de

cada aluno ao mesmo tempo em que se estimula a criatividade e a capacidade de enfrentar novos problemas.

O atual Governo Federal anunciou algumas prioridades que interessam sobretudo ao Nordeste e o novo PAC, construído em diálogo com os Governos Estaduais, priorizou a conclusão de obras inacabadas sobretudo de creches e escolas em tempo integral.

O Ministério da Educação revisita e busca fortalecer políticas voltadas aos vários níveis de ensino. O Nordeste pode ser agente ativo destas mudanças.

15.3 Promoção de investimentos estratégicos na infraestrutura econômica

...uma das desvantagens competitivas do Nordeste, especialmente pelo seu impacto sobre as atividades produtivas.

O Nordeste do Brasil ainda apresenta déficits relevantes de infraestrutura, embora tenha registrado avanços importantes nas últimas duas décadas. A persistência de tais déficits em sistemas de infraestrutura como os de transporte e telecomunicações implicam em acentuada desvantagem competitiva para a região em relação as encontradas nas regiões Sul e Sudeste do país.

A pauta da infraestrutura de transporte, especialmente a rodoviária, figura sempre como destaque entre as prioridades elencadas por governos subnacionais. Com efeito, o Nordeste enfrenta a dependência de uma extensa malha rodoviária em que, segundo a Confederação Nacional dos Transportes, aproximadamente 30% dos trechos são considerados ruins ou péssimos e pouco mais de 40% são avaliados apenas como regulares, gerando elevados custos logísticos para a economia regional.

Priorizar a ampliação e a integração dos modais ferroviário, portuário e aeroportuário, reforçando seus avanços no interior, trará diversos benefícios. Entre eles, destacando-se: (i) a facilitação do escoamento de produção com potencial exportador dos territórios mais remotos da região, especialmente através do modal ferroviário, com destaque para os dois ramais da Transnordestina; (ii) a redução dos custos de transporte de cargas entre o Nordeste e demais regiões, prioritariamente através de portos marítimos – perspectiva que foi ampliada pelos dispositivos de estímulo à cabotagem contidos na Lei nº 14.301/2022 (BR do Mar); e (iii) o estreitamento da distância entre metrópoles e centros urbanos de médio porte, com

investimento na aviação regional, favorecendo a oferta de produtos e serviços especializados, e de fechamento de novos negócios, no interior.

A ampliação e melhoria da conectividade através do acesso à nova infraestrutura e serviços de telecomunicações, 5G, é outra estratégia fundamental para o desenvolvimento da região, por possibilitar avanços em áreas importantes para a economia, como a logística, e para a oferta de serviços essenciais, destacando-se as áreas de saúde e de educação.

Nesse aspecto, cabe destaque para iniciativas que visam a difusão do acesso digital, a exemplo do Cinturão Digital do Nordeste. Ressalte-se a perspectiva de ganhos de produtividade com a aplicação de soluções de logística inteligente, como o monitoramento de cargas, que só é possível com a melhoria de conectividade no interior do território, especialmente nas estradas, ou ainda para o crescente uso de IA, de automação e de ciência de dados na agropecuária.

A perspectiva de amplo acesso a serviços como a telemedicina e a educação à distância (EaD), será facilitada pelo investimento em infovias, com internet de alta velocidade de baixo custo para prefeituras, provedores de serviços digitais de comunicação e a população de baixa renda.

A expansão da oferta de energias limpas, grande potencial do Nordeste, está a requer investimentos no sistema de interligação nacional.

15.4 Promoção de investimentos na infraestrutura urbana

A região é herdeira de déficits relevantes, sobretudo em habitação e mobilidade, especialmente nas cidades médias e nas periferias das metrópoles onde se concentra parcela relevante da população vulnerável à pobreza. A condição urbana inclui saneamento básico inadequado, sistemas de drenagem ineficientes, transporte público precário e elevado déficit habitacional.

As mudanças climáticas vêm tornando mais frequentes os desastres por causas meteorológicas e acendendo o alerta para a fragilidade das infraestruturas de drenagem pluvial nas cidades de médio e grande porte e, também, para contenção de enchentes nas cidades lindeiras no interior do território. O Nordeste, assim como o Norte do Brasil, segundo dados do Sistema Nacional de Informação sobre Saneamento (SNIS), tem mais de um terço (aproximadamente 37%) dos seus municípios sem a existência de sistema de drenagem.

Além da infraestrutura incipiente, a necessidade habitacional, impelindo pessoas para moradias inadequadas, coloca em risco a vida de populações vulneráveis, residentes nas periferias de áreas metropolitanas. Nesse sentido, há a necessidade premente de investimentos em habitações de interesse social, visando reduzir a pressão sobre áreas de morro e encostas.

A retomada do programa Minha Casa Minha Vida será essencial para reduzir o déficit habitacional e dar acesso a moradia digna, com infraestrutura de saneamento mais adequado.

Por outro lado, é importante enfatizar entre as suas estratégias as iniciativas que visam a ocupação de áreas urbanas degradadas, com *retrofit* de edifícios não habitados, especialmente nos grandes centros, favorecendo assim mobilidade e qualidade de vida também para populações de mais baixa renda, concentradas em áreas de periferia, mais distantes de áreas de trabalho e lazer e de serviços públicos essenciais.

No que diz respeito à mobilidade, também se destaca a gesimportância da perspectiva de retomada e conclusão, além de novas obras, no âmbito do Novo PAC, de infraestruturas que visam reduzir o tempo de deslocamento, além de melhoria da qualidade de vida da população urbana com redução das emissões de dióxido de carbono e maior conforto nas viagens, através de renovação de frotas e inovações na gestão e segurança dos veículos.

Na perspectiva de ações conjuntas entre estados do Nordeste é importante se delinear uma estratégia que considere a perspectiva do fortalecimento da rede urbana regional, observando tanto as redes associadas as cidades médias do interior que exercem influência como polos regionais de desenvolvimento, quanto as redes vinculadas as metrópoles, cujo raio de influência, em vários casos, extrapolam os limites estaduais. Isto é válido considerando a questão da mobilidade intermunicipal, com o reforço da malha rodoviária (e, conforme o caso, a possibilidade de outros modais de conexão, como ferrovias e hidrovias), bem como, iniciativas nas áreas de destino de resíduos sólidos, telecomunicações (incluindo banda larga), canais de irrigação e outras infraestruturas.

15.5 Contenção da degradação antrópica do semiárido nordestino

...com transformação da caatinga em estratégico ativo ambiental, especialmente por meio de melhorias no seu manejo.

De acordo com o Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Caatinga, o país inteiro tem 980 mil Km² sujeitos à desertificação, parte significativa deles (cerca de 62%) localizada no

semiárido nordestino. A desertificação é definida como degradação da terra (perda de propriedades físico-químicas do solo) em regiões áridas, semiáridas, resultante de fatores como variações climáticas e atividades humanas, entre outros. Mudanças climáticas e desertificação são processos que se realimentam.

A Caatinga tem cerca de 840 mil km² de extensão, está presente em 10 estados (os nove do Nordeste e Minas Gerais) e ocupa cerca de 11% da superfície nacional. Atualmente cerca de 50% da área original da Caatinga estão desmatados o que conjuntamente com as queimadas, irrigação malfeita, pastoreio excessivo e mineração promovem a desertificação. Os efeitos da degradação reduzem a disponibilidade de água, assoreiam o Rio São Francisco, expõem excessivamente os solos à insolação, causam perda de umidade e reduzem a biodiversidade da Caatinga, composta por 532 espécies de plantas, 148 de mamíferos, e 510 de aves onde cerca de 350 espécies são endêmicas.

Portanto, é essencial **ampliar o combate à desertificação pelo aperfeiçoamento do manejo** da Caatinga entendido como a seleção de forma de regeneração mais eficaz e segura. As potencialidades do manejo da Caatinga contemplam duas principais potencialidades: a) o potencial biótico dos recursos para produzir de forma sustentável madeiras e outros produtos, e serviços florestais; b) o potencial de mercado para atender à demanda nacional e à externa de forma competitiva. O manejo florestal adequado da Caatinga deve ser entendido como parte do modelo de uso sustentável do bioma, como componente da estratégia de conservação e como instrumento para o desenvolvimento sustentável do Nordeste.

15.6 Gestão sistemática das secas

...considerando que as previsões e alertas dos principais institutos de meteorologia em todo o mundo apontam para o início de um novo ciclo de secas e que este fenômeno (associado à irregularidade das chuvas) será sempre uma presença permanente nas regiões semiáridas.

A região passou por mudanças muito importantes nas décadas recentes, especialmente na sua estrutura econômica (desmonte do tripé gado-algodão-policultura alimentar) e no avanço de políticas públicas, tanto estruturantes (como a oferta de luz elétrica e água, e a interiorização do ensino superior) quanto nas políticas sociais (avanço da Previdência Rural e dos programas assistenciais como o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada). Em decorrência dessas mudanças, as últimas secas não geraram o drama social antes observado, mas o fenômeno vai

continuar se impondo na região, havendo a necessidade de gerenciá-lo **permanentemente e em novas bases**.

Para isso será preciso, inicialmente, indicar uma instituição para ser a responsável pela **gestão estratégica** da inteligência e dos dados sistemáticos sobre as secas (previsão climática, produção de forragens para a pecuária e infraestrutura hídrica são elementos relevantes).

Em outros tempos, a SUDENE já foi a principal articuladora e gestora regional neste campo, embora, naquela fase, o foco fosse o tratamento da emergência que gerava uma crise socioeconômica aguda (havia um Plano Anual de Emergência aprovado pelo Conselho Deliberativo). Poderia a SUDENE exercer este papel de gestão estratégica para intervenção em novas bases?

Dadas estas novas bases, se monitoraria também as mudanças na organização produtiva em curso no amplo espaço do semiárido nordestino e seus desdobramentos, em especial os aspectos que agravam ou atenuam os impactos negativos dos momentos de estiagem.

15.7 Estímulo a maior abertura/inserção do Nordeste no comércio internacional

...com a região tendo oportunidade, no atual contexto mundial, de ampliar suas relações comerciais com o resto do mundo.

A economia do Nordeste está lentamente abrindo-se para o comércio exterior. As pautas de importação e de exportação mudaram com os produtos tradicionais cedendo espaço para as exportações oriundas do agronegócio e da indústria. Além dos produtos tradicionais que perdem gradualmente importância relativa, as exportações da fruticultura, floricultura, de minerais, sobretudo de minério de ferro pelo Maranhão, e dos produtos primários oriundos da nova fronteira agrícola nordestina procedentes do Maranhão, Piauí e Bahia, ganham gravitação na composição das exportações. A indústria, especialmente a automobilística avança, sobretudo a partir da unidade da *Stellantis* localizada em Pernambuco e da unidade da *ByD* que, em breve, se instalará em Camaçari, na Bahia. Todavia, como é padrão no comércio internacional, o valor das exportações está sujeito às variações de quantidade e de preços, determinadas pela demanda. As variações de preços das commodities, entre as quais se classificam parte significativa das exportações regionais, determinam amplas flutuações no nível de comércio exterior da região. As exportações dos serviços de turismo e de artesanato, ainda pouco expressivas na região, por sua vez, precisam ser objeto de políticas de promoção. A relevante e crescente produção de

energias limpas abre nova oportunidade. De fato, o Nordeste precisa se inserir com maior protagonismo na Política Nacional de Comércio Exterior e nos programas da APEX que estimulam as exportações de produtos e serviços, que buscam atrair novos empreendimentos destinados a atender precipuamente os mercados externos e que geram informações sobre as oportunidades identificadas nesses mercados. O objetivo, à medida em que a região eleva sua participação na economia nacional, é aumentar a inserção do Nordeste no comércio internacional através da regionalização das políticas nacionais destinadas ao setor e à promoção de programas específicos de promoção das exportações regionais com envolvimento da SUDENE e do CONSÓRCIO NORDESTE e com financiamento do BNB (por meio do FNE e de linhas de crédito específicas) e do BNDES.

15.8 Priorização de políticas voltadas à Primeira Infância

...considerando que a prioridade estratégica à Primeira Infância vem crescendo com base em estudos realizados pela Academia no mundo inteiro, em particular pelos neurocientistas.

O movimento mundial chegou ao Brasil e várias iniciativas vêm sendo implementadas com esse foco, tendo o Nordeste se destacado em algumas. O novo Conselho de Desenvolvimento Econômico, Social e Sustentável (CDESS) da Presidência da República priorizou o tema, criando Grupo e Trabalho especial para mobilizar e articular iniciativas de governos, empresas e entidades da sociedade civil.

No Nordeste, cerca de 21% de sua população total são crianças de zero a seis anos, índice maior que o do Brasil em seu conjunto (17%), precisando, por conseguinte, de atenção preferencial.

Este momento, que remete também a cuidar do período da gestação, **é crucial** para o que ocorre no desenvolvimento de estruturas e circuitos cerebrais, bem como a aquisição de capacidades fundamentais que permitirão o aprimoramento de habilidades cognitivas mais complexas no futuro.

Os avanços acumulados nos debates e nas experiências de políticas públicas destacam a **necessária implementação da multidimensionalidade**, com destaque para ações coordenadas em saúde (desde o pré-natal) educação, nutrição e assistência social, com inclusão de ações na área da cultura (o que remete a considerar a herança patrimonialista que penaliza os pais de uma maior participação nos cuidados com os filhos nesta importantíssima fase da vida de qualquer pessoa).

A **governança compartilhada** exigida por essa multidimensionalidade, é um dos desafios para o sucesso destas políticas e o Nordeste tem experimentos nessa direção.

1.5.9 Nova política de atração e promoção de investimentos para o Nordeste ...em ambiente de pós-reforma tributária em análise no Congresso Nacional.

A mudança na estrutura do sistema de cobrança dos impostos indiretos, em especial com a substituição do ICMS pelo IVA coloca grande desafio para o Nordeste. A região avançou nas décadas recentes, mas as desigualdades ainda são acentuadas. A contribuição do Nordeste para a economia nacional (14%) é cerca da metade de nossa participação demográfica (28%). Seu PIB per capita é, portanto, cerca da metade da média nacional, a despeito da economia nordestina ter crescido acima da brasileira neste século, em boa parte, com o apoio de políticas de incentivos fiscais que buscaram ocupar parte da lacuna deixada pela insuficiência de políticas nacionais de desenvolvimento regional e/ou da regionalização de políticas setoriais federais (as poucas que existiram, tiveram impacto relevante no NE).

Com a tributação no destino, **extingue-se a guerra fiscal e com ela os benefícios, com base no ICMS, para atrair atividades produtivas para os estados**, um importante instrumento para reduzir o hiato competitivo em relação às empresas localizadas no Sudeste e no Sul do país. Para mitigar os efeitos adversos decorrentes da erradicação gradual da política de incentivos fiscais, a reforma em discussão no Senado prevê a criação de um Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR) cujo valor ainda será definido em legislação complementar. Mesmo que a reforma não tivesse sido aprovada, a Lei Complementar 160 extinguiria os benefícios fiscais em 31 de dezembro de 2032. Em uma situação ou outra, os estados têm mais 09 anos para fazer uma transição e preparar-se para uma nova era onde não existirão mais os benefícios fiscais com base no ICMS.

A resposta está no aumento substantivo dos investimentos em capital físico e humano e na inovação. Ou seja, melhorar a qualidade da infraestrutura e dos trabalhadores regionais para reduzir o hiato competitivo com relação aos estados mais desenvolvidos do país. E inovar em produtos, processos e gestão, especialmente usando as tecnologias digitais. O “Custo Nordeste”, parte substantiva do “Custo Brasil,” em uma de suas dimensões, precisa ser reduzido substancialmente. Neste sentido os critérios com base nos quais será definida a alocação dos recursos oriundos do FNDR serão cruciais. Priorizar os investimentos em rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e na logística, em geral, bem como na melhoria da educação básica e

profissional da nossa força de trabalho, e na inovação, é essencial para atrair e manter investimentos produtivos, para promover o desenvolvimento econômico e para melhorar a qualidade de vida da sociedade. Por isso, os critérios para alocação desses recursos devem perseguir esse objetivo. Todavia, aqueles que foram estabelecidos na PEC 45 ainda são insuficientes para o alcance deste propósito. De qualquer forma, com ou sem os critérios adequados, os Governos Estaduais nordestinos terão que tomar iniciativas estratégicas para elevar com qualidade os investimentos em infraestrutura e capital humano nos próximos anos e para estimular a inovação. Não haverá alternativas. Serão necessários **investimentos estruturadores** para reduzir, ou preferencialmente eliminar, o hiato competitivo existente.

Isso vai exigir dos estados recursos, além daqueles oriundos do FNDR ou de outras eventuais transferências federais, e uma revisita e atualização dos sistemas estaduais de planejamento em moldes semelhantes, mas não iguais, aos que foram praticados na segunda metade da década passada e que foram sendo gradualmente abandonados pelos governos. Para ter recursos próprios os estados terão que ter suas contas em equilíbrio e, para isto, fazer reformas importantes para as quais ousadia, competência e negociação serão requisitas essenciais.

A transição da guerra fiscal para sistemas competentes de planejamento estratégico de médio e longo prazos com recursos próprios, da União, de financiadores internacionais ou oriundos de parcerias público-privadas terá que ser feita de forma gradual e sustentável para que os estados se tornem competitivos na atração de investimentos produtivos, público e privados.

As políticas estaduais de desenvolvimento, no entanto, não serão suficientes. É necessário conceber e implementar uma política nacional de desenvolvimento regional. Esta não poderá ficar limitada a iniciativas no âmbito de instrumentos compensatórios inscritos no conteúdo da Reforma Tributária em curso no Congresso Nacional. Esta é uma agenda crucial dos Governadores, hoje reunidos no Consórcio Nordeste e integrantes do Conselho Deliberativo da SUDENE.

15.10 Fortalecimento do Sistema de Segurança Pública no Nordeste

Como já foi destacado na análise inicial aqui realizada, nos últimos anos, o Brasil apresentou uma redução relevante no número de Mortes Violentas Intencionais (MVI), principal indicador que reflete o grau de violência de uma sociedade. Queda, inclusive, **puxada pelo Nordeste**. Enquanto em 2020 foram computadas 50.448 MVI, em 2021 registrou-se 48.335, uma diminuição de 4,2%. Seguindo a tendência, em 2022, a queda foi de 1,9%, impulsionada pelo Nordeste, que reduziu 4,2% o número de homicídios, a maior diminuição entre as regiões brasileiras: Norte (-2%), Sudeste (-1,6%), e aumento no Centro-Oeste (+2%) e Sul (+3,9%). Por outro lado, dentre os 50 municípios mais violentos do país, 26 estão situados no Nordeste, 12 na Bahia.

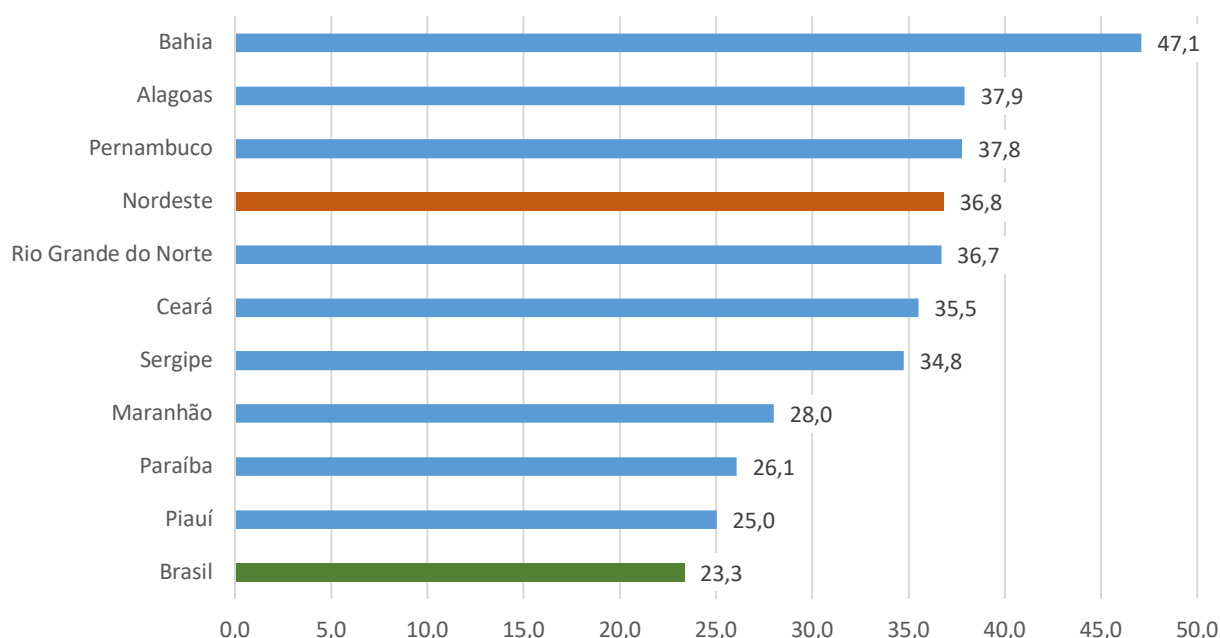
Não obstante tenha apresentado tendência de queda, **as taxas relativas por habitantes continuam muito altas em todo o país, principalmente no Nordeste**, que tem registrado indicadores superiores à média nacional. No Brasil, estima-se uma Taxa de Mortes Violentas Intencionais de 23,3 por grupo de 100 mil habitantes, enquanto o Nordeste apresentou o patamar de 36,8 a cada 100 mil habitantes, com destaque para o Estado da Bahia com 47,1, Alagoas e Pernambuco com 37,9 e 37,8, respectivamente, em 2022. Uma característica pertinente dos assassinatos no país é o instrumento utilizado para o cometimento: 76,5% foram praticados com a utilização de armas de fogo, enquanto 15,6% por armas brancas e em 7,9% dos casos foram utilizadas outras formas/instrumentos.

A redução do número de homicídios poderia ter sido ainda maior, **caso o Brasil não tivesse flexibilizado o comércio de armas e munições**, que aumentou em 476,6% o número de registros ativos de caçadores, atiradores e colecionadores. Entre 2018 e 2022, houve a criação de estoques particulares de armas que somam 4,4 milhões de unidades, número que supera o arsenal das forças de segurança (polícia federal, rodoviária federal, penal, civil, militar, corpo de bombeiros e guarda municipal), de acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2022). Nesse sentido, o estudo “Armas de Fogo e Homicídios no Brasil” demonstrou que o crescimento da difusão de armas de fogo impacta diretamente no aumento dos homicídios e latrocínios: os resultados indicaram que a cada incremento de 1% no número de armas de fogo em circulação corresponde a um aumento de 1,1% na taxa de homicídio e cerca de 1,2% na taxa de latrocínio.

Assim, com base em cálculo aproximado, supõe-se que se não houvesse o aumento de armas de fogo em circulação, entre 2019 e 2021, ter-se-ia evitado 6.379 homicídios no Brasil. Diante disso, **o Brasil permanece no topo do ranking dos países mais violentos do mundo**, sendo responsável por 20,4% dos homicídios do planeta (em 2021, dos 232.676 assassinatos computados em 102 países, o Brasil somou 48.335), enquanto sua população corresponde a 2,7%.

GRÁFICO 15

Brasil, Nordeste e Unidades da Federação: Taxa de Mortes Violentas Intencionais por 100 mil habitantes - 2022



Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública - 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Elaboração Ceplan.

De acordo com o IPEA, o Brasil somou cerca de 1,5 milhão de assassinatos nos últimos 35 anos, dos quais **jovens, negros e com baixa escolaridade foram a maioria das vítimas**. Um cenário que se reproduz ano a ano. Em 2022, por exemplo, 76,9% das vítimas de homicídio no país foram pessoas negras, 50,2% jovens de entre 15 e 29 anos e 91,4% do sexo masculino. A realidade dos brasileiros dessa faixa etária é preocupante, tendo em vista que, dos 37 países analisados no relatório elaborado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Brasil é o segundo país com o maior número de jovens que nem estudam nem trabalham (nem-nem), tornando-se um grupo de risco, mais vulneráveis à cooptação pelo mundo do crime, logo, mais expostos à violência.

Nesse sentido, de acordo com o IBGE, em 2021, 25,8% dos brasileiros de 15 a 29 anos, são **os chamados nem-nem**. Desses, 62,4% são mulheres e 66,2% são pretos e pardos. Quanto ao Nordeste, a situação é ainda mais grave, a taxa de nem-nem é de 33%, a maior do país, sendo o

Estado do Maranhão o líder com 37,7%. Além disso, o Brasil registrou uma queda do percentual de jovens de 15 a 29 anos, representando em 2022, 22,3% da população, caindo de 51,3 milhões em 2010 para 45,3 milhões em 2022, fator que, ao lado da **profissionalização do crime organizado** (redução de conflitos territoriais entre facções rivais e aperfeiçoamento da logística do tráfico de drogas, diminuem o número de assassinatos). Em paralelo, **a criação de políticas públicas** estaduais de segurança como o Pacto Pela Vida, em Pernambuco, e políticas nacionais como o Sistema Único de Saúde (SUSP), instituído pela Lei nº 13.675, de 2018, que tem como referência o modelo exitoso do SUS e embora precise avançar muito para se consolidar e se adequar as especificidades regionais, viabilizou o repasse de recursos provindos da Loteria Federal para a segurança pública dos Estados e do Distrito Federal, responsável por 80% dos recursos entre 2019 e 2021, foram os principais fatores da queda no número de MVI.

Com o mesmo grau de incipiência do SUSP, observam-se iniciativas complementares de política pública, como a de elaboração do Plano Nacional de Segurança Pública (decenal – 2021/2030) e o Conselho Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (CNSP) – órgão colegiado permanente, de natureza consultiva, sugestiva e de acompanhamento social das atividades de segurança pública.

Paralelamente, ousa-se dizer que, o **investimento em políticas públicas de educação**, neste início de século, foi uma ação importante, se não a principal ou pelo menos a mais eficiente, na redução da violência, conforme indica o estudo realizado por pesquisadores da USP, no qual foi analisado, no período de 2002 a 2018, o impacto da implantação de escolas em tempo integral em Pernambuco, cujo resultado foi uma queda de até 50% nas taxas de homicídios de homens jovens de 15 a 19 em determinadas regiões, isolados os efeitos de outros programas sociais, com o intuito de mostrar apenas a interferência da melhoria na qualidade da educação na taxa de mortes violentas. No mesmo sentido, outro estudo realizado no Ceará e no Rio de Janeiro mostrou resultados significativos que relacionam os avanços do IDEB-ENEM obtidos nos municípios e indicadores de óbitos e violência entre os jovens: para cada aumento de um ponto no IDEB-ENEM refletiu uma diminuição de 25% no número de homicídios.

Contudo, no que pese os homicídios de maneira geral tenham diminuído, tanto os **registros de homicídios femininos quanto os feminicídios subiram** entre 2021 e 2022, contabilizando 4.034, com crescimento de 1,7% e 1.437, com incremento de 6,7%, respectivamente. Entre o primeiro semestre de 2019 e o primeiro semestre de 2023 verificou-se um crescimento de 14,4% no número de vítimas de feminicídio, estatística que cresce ininterruptamente mesmo depois da

aprovação da Lei nº 13.104/2015, que tornou o feminicídio um homicídio qualificado, colocando-o na lista de crimes hediondos. **Quanto ao Nordeste**, especificamente, a região registrou a maior queda entre as regiões brasileiras, comparadas as variações (em %) do número de feminicídios contabilizados no 1º semestre de 2022 e 2023: Nordeste (-5,6%), Norte (-2,8%), Centro-Oeste (-3,6%) e Sul (-3,4%). O Sudeste apresentou um crescimento de 16,2%, puxado pelo Estado de São Paulo.

Outro dado relevante, quando se trata de Mortes Violentas intencionais, é a **letalidade policial**. Entre 2013 e 2022, foram contabilizadas 53.600 vítimas em intervenções policiais. Apenas no último ano, o Brasil somou 6.429 casos, 13,6% do total de assassinatos do país. Dentre as polícias mais letais, encontra-se a da Bahia, com uma taxa de 10,4 homicídios cometidos por policiais para cada 100 mil habitantes, ficando atrás apenas do Amapá.

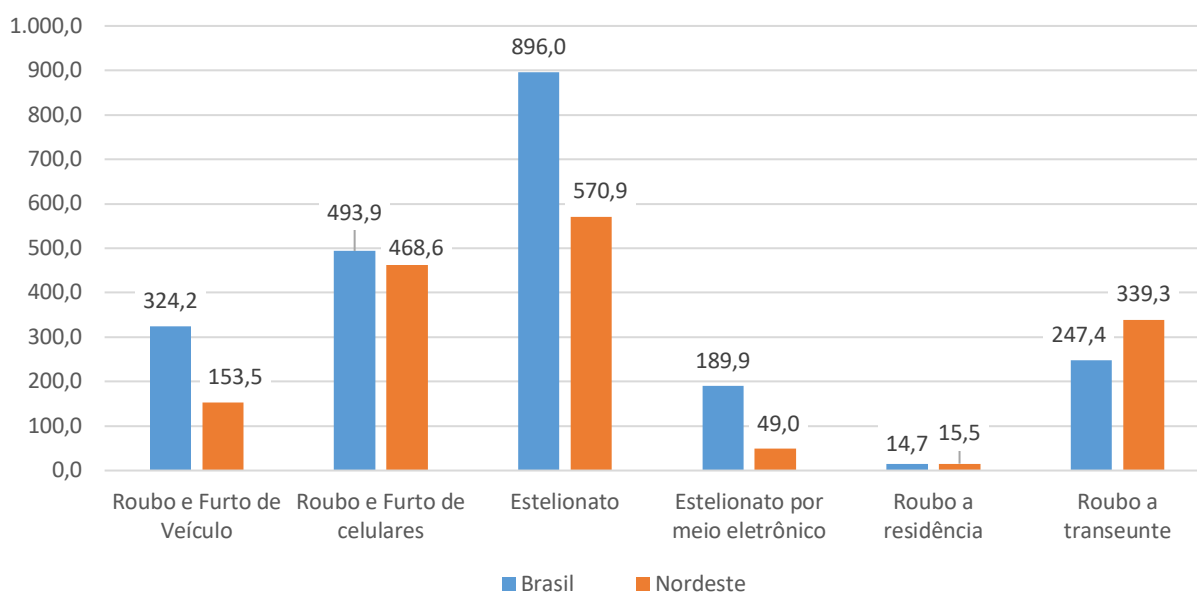
Além dos homicídios, **outros indicadores que retratam a violência e a insegurança** também apresentam índices muito elevados, tanto sob a ótica nacional quanto regional, tais como roubos, furtos, subtração, apropriação indevida – sob grave ameaça ou não, obtenção ilícita de benefícios em relação a bens materiais das pessoas e instituições. O Fórum Brasileiro de Segurança Pública chama a atenção para uma **reconfiguração dos crimes patrimoniais nos últimos anos**, principalmente em função da Pandemia de COVID-19, que provocou uma mudança repentina de hábitos da população, em especial, com isolamento social, diminuindo a exposição e a interação entre as pessoas, nos anos 2020 e 2021, e a retomada de algumas tendências pré-pandemia no ano de 2022.

A **análise regional revela diferenças importantes no perfil e tendências da criminalidade**, especialmente no que diz respeito aos crimes patrimoniais, pesando mais negativamente para o Nordeste. Em relação aos roubos a estabelecimentos comerciais, por exemplo, em 2019 e 2020, o país verificou uma redução das taxas por 100 mil habitantes de 18,9% e 27,1%, crescendo 6,5% em 2021, voltando a cair 15,6% em 2022. Quanto aos roubos a transeuntes, em 2020, 2021 e 2022, os índices se mantiveram em queda, registrando-se uma diminuição da taxa por 100 mil habitantes de 36,2%, 7,5% e 4,4%, respectivamente. Por outro lado, fraudes e crimes virtuais aumentaram significativamente. O estelionato por meio eletrônico passou de uma taxa de 20 ocorrências a cada 100 mil habitantes em 2019 para 190 registros por 100 mil habitantes em 2022.

No Nordeste, os roubos a transeuntes caíram entre os anos de 2019, 2020 e 2021, mas voltaram a crescer em 2022 (7,3% de crescimento da taxa por 100 mil habitantes), apresentando uma relação por 100 mil habitantes de 339, enquanto a média brasileira foi de 247, neste último ano. Por outro lado, os crimes de estelionato e estelionato por meio eletrônico, apresentam taxas menores no Nordeste (571 e 49 registros para cada 100 mil habitantes) que o Brasil como um todo, com 896 e 190 ocorrências, respectivamente, em 2022.

GRÁFICO 16

Brasil e Nordeste: Taxas de Crimes contra o Patrimônio (nº de registros a cada 100 mil habitantes) ligados diretamente às pessoas por tipo, 2022



150

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública - 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Elaboração Ceplan.

Diante dessa conjuntura, é importante destacar uma das mais debatidas relações no âmbito das políticas de segurança pública: **despesa vs. redução de criminalidade**. De acordo com Cerqueira (2019), economista do IPEA, o aumento de gastos com segurança não diminuiu, na mesma proporção, a criminalidade. Entre 1995 e 2018, por exemplo, os gastos reais em segurança pública aumentaram 116%, enquanto o número de homicídios cresceu 76,4%. De acordo com o estudo, se for feita a análise da relação entre as despesas reais *per capita* em segurança pública e as taxas de Mortes Violentas Intencionais (MVI) em cada Unidade Federativa, entre 2011 e 2018, verifica-se uma correlação igual a zero. Exceto, uma ou outra experiência localizada, na qual a alocação de recursos se mostrou eficiente, a baixa efetividade em termos agregados, com falta de incentivo na área de inteligência e um sistema prisional ineficiente, são alguns dos motivos que justificam o fracasso do sistema de segurança pública no Brasil.

Nesse diapasão, o Banco Interamericano de Desenvolvimento elaborou um Documento de Trabalho, “Estimativa do impacto dos gastos públicos em segurança sobre as taxas de homicídio”, no qual foi verificado que, no Brasil, poucos estudos abordando o impacto dos gastos públicos sobre a criminalidade foram realizados e aqueles que existem não conseguem identificar coeficientes estatisticamente significantes ou até, mostraram resultados contraditórios quanto ao sinal da sua relação. O estudo examinou uma série temporal de 2002 a 2014 e obteve um coeficiente negativo e estatisticamente significativo, indicando que o aumento de R\$ 10,00 *per capita* nos gastos anuais com segurança pública provoca uma queda de 0,06 na quantidade de homicídios por 100 mil habitantes.

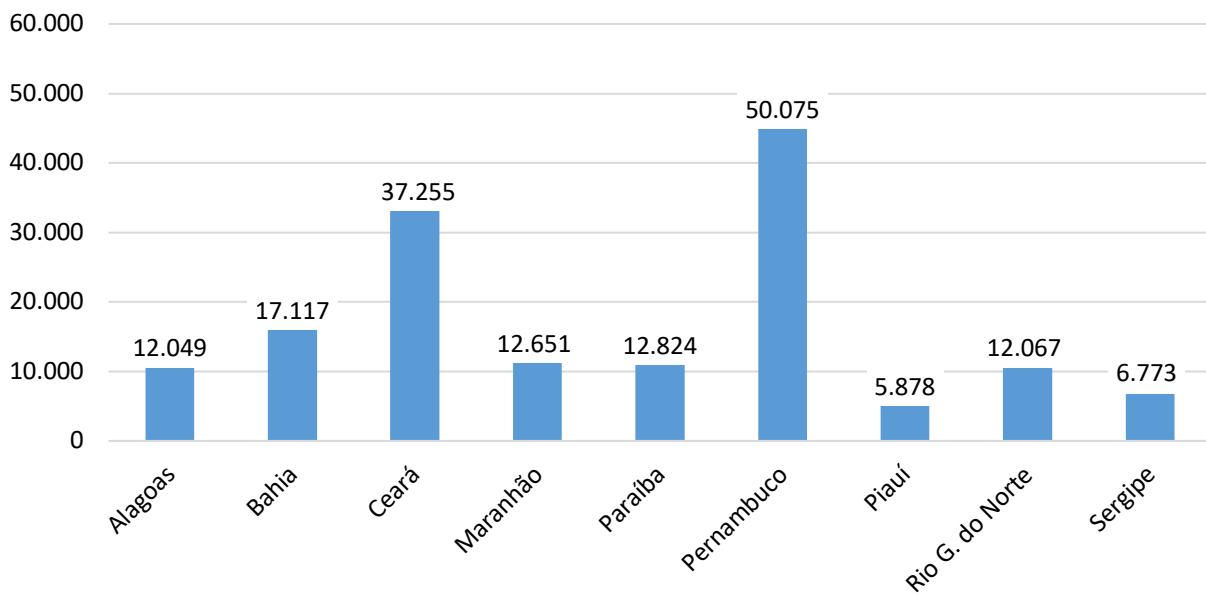
O fato é que, embora a correlação não indique diminuição significativa, **se não houvesse a maior provisão de recursos em segurança pública, o aumento das taxas de crimes seria ainda maior**. Considerados os gastos da União, dos Estados e dos Municípios, o país despendeu, em 2021, R\$105 bilhões, apresentando uma redução de 0,8% em relação a 2020. A queda do dispêndio da União foi de 3,4%. Em 2022, o Brasil desembolsou R\$124,8 bilhões, um crescimento de 11,6% com relação a 2021 (União, 2,6%; Estados, 12,9% e Municípios, 10,4%), valor que representou 1,26% do PIB. Os governos estaduais representam os principais entes governamentais responsáveis pelas políticas de segurança, assim, as 26 Unidades da Federação e mais o Distrito Federal, juntos representaram 82% do total das despesas com a função segurança pública (inclui policiamento, defesa civil, informação e inteligência e outras subfunções). O gasto *per capita* com segurança pública considerando as três esferas governamentais alcançou R\$614,95, em 2022.

Em relação às despesas com a função segurança pública realizadas exclusivamente pelos governos estaduais, verifica-se que, em 2022, os **Estados da Região Nordeste juntos somaram quase R\$22 bilhões (aumento de 8,8% em relação ao ano anterior)** representando 21,5% do total das despesas das 26 Unidades da Federação e mais o Distrito Federal. O gasto *per capita* em segurança pública no Nordeste (R\$401,29) representou cerca de 80% do valor gasto pelo conjunto dos Estados do país (R\$501,61).

Assim, com recursos mal utilizados e um sistema prisional precário, nos últimos 10 anos a **política de encarceramento** no Brasil fez a população carcerária crescer mais de 60%, passando de 515 mil pessoas (taxa de 266 presos a cada 100 mil habitantes) em 2012 para 832 mil pessoas privadas de liberdade (taxa de 410 presos a cada 100 mil habitantes) em 2022. No Nordeste, o crescimento foi de quase 80%, passando a população carcerária de 92 mil para mais de 166 mil

pessoas, representando uma taxa de 305 presos por 100 mil habitantes, no último ano. Mesmo assim, as pessoas privadas de liberdade no sistema penitenciário e sob custódia das polícias no Nordeste representam 20% do total do país, ou seja, ainda há relativamente menos presos nos Estados nordestinos que no restante do Brasil.

GRÁFICO 17
Nordeste: população carcerária dos Estados - 2022



Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública - 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Elaboração Ceplan.

O aumento desenfreado da população carcerária, além de reforçar a desigualdade racial, com 68,2% de pessoas negras, em 2022, fortalecem o crime organizado, tendo em vista que seu funcionamento depende das prisões. De acordo com Manso (2023), pesquisador do Núcleo de Estudos da Violência, da USP, a governança criminal dentro dos presídios evoluiu com novas regras que permitiram o melhor funcionamento dos mercados de drogas e armas. Uma conversão de fatores como novas tecnologias (celulares, por exemplo), a expansão do sistema penitenciário superlotado e políticas públicas ineficientes, transformaram as celas em verdadeiros escritórios do crime.

De acordo com investigações e monitoramentos realizados por diferentes órgãos dos governos Federal e Estaduais, tais como Polícia Federal, Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e Secretarias de Segurança Pública, **o Brasil contabilizou, em 2022, ao menos 53 facções criminosas em atividade**, com registros de atuação nas 27 unidades federativas. **No Nordeste, o crime organizado vem se espalhando**, com destaque para a consolidação das principais facções criminosas, como Primeiro Comando da Capital (PCC) e Comando Vermelho (CV), nos Estados do

Ceará, Rio Grande do Norte e Bahia, além das facções locais, como Guardiões do Estado, Sindicato do Crime, Bonde do Maluco e Okaida, resultando em momentos de intensa violência para garantir o domínio territorial.

Neste contexto, os Governantes (Federais e Estaduais) que assumiram neste ano de 2023, vêm sendo desafiados a **priorizar o combate à violência e a ampliar a articulação intra e inter-federativa** também neste campo. E sabem que a participação de outros Poderes (sobretudo o Judiciário) é fundamental, assim como o envolvimento de outros atores sociais, como os relacionados à proteção dos Direitos Humanos.

Heranças históricas geram características estruturais que estão na base deste quadro desafiador, donde as **soluções são complexas e precisam ser partilhadas** entre os diversos entes governamentais.

Projetos articulados que apontem para a **priorização** de políticas de **prevenção social**, com foco na juventude mais vulnerável ao mundo do crime, ocupante em especial de certos territórios - sobretudo urbanos -, no Nordeste, devem ser priorizados. A política de segurança pública dialoga, assim, com outras políticas, como as de educação, promoção do desenvolvimento de atividades produtivas, saúde, assistência social e com políticas de desenvolvimento regional e local.

O momento atual de retomada de iniciativas de políticas públicas no país, pode facilitar investimentos estratégicos nas **Políticas Sociais voltadas para a juventude** em territórios mais suscetíveis à presença do crime organizado. E colocar prioridade na **política de Segurança Pública**. Nelas, é necessário o envolvimento da esfera estadual, o que justificaria um protagonismo dos Governadores nordestinos organizados no Consórcio Nordeste. **A elaboração de um Plano Regional de Segurança Pública, o acesso aos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública**, via Consórcio, são ações estratégicas para o Nordeste e os governadores da região que já vêm se mostrando ativos na construção de um novo momento neste campo, em especial pelas ameaças associadas ao espraiamento regional do crime organizado colocando foco nesta região.

Ao mesmo tempo, projetos que encaminhem a **revisão das políticas de combate às drogas** e a **de encarceramento** tendem a ocupar espaço prioritário, sendo muito importante priorizar a **reestruturação do Sistema Prisional**.

Em paralelo, são prioritários os investimentos públicos em tecnologia da informação, na criação e compartilhamento de banco de dados, compartilhamento de informações, monitoramento das fronteiras estaduais e na formação/capacitação dos policiais, com foco em **inteligência** para combater o crime, todos tipos e formas de violência. Isso vai requer fortes investimentos em infraestrutura de conectividade e em processos de transformação digital.

Uma **ação articulada** entre os entes federativos, **liderada no Nordeste pelos Governadores reunidos no Consórcio** se mostra estratégica no momento. O envolvimento de outros atores essenciais seria feito sob este protagonismo.

CAPÍTULO 16: Considerações finais e Proposta de Agenda Prioritária para 2024

Num momento estratégico para a redefinição do modelo de desenvolvimento brasileiro, num ambiente mundial pleno de mudanças relevantes, insistiu-se aqui, que o **Nordeste precisa ser revisitado** pelos centros nacionais de comando econômico e político. O esforço dos (das) Governadores (as), organizados (as) no CONSÓRCIO NORDESTE é o de atuar nesta direção, exercendo forte protagonismo.

Este trabalho tenta contribuir nesta direção, em especial neste Produto 2, onde **escolhas estratégicas** são identificadas, brevemente analisadas e/ou reforçadas.

Os capítulos iniciais sistematizam as prioridades apresentadas pelos diversos Governos dos Estados nordestinos. Descreve e analisa, também, as incluídas no novo Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, que prevê R\$ 1, 4 trilhões de investimentos no período 2023 a 2026 e R\$ 0,3 tri nos anos seguintes. Esses projetos merecem e exigem **esforço e acompanhamento sistemático** de seu detalhamento e execução por parte das instituições por elas responsáveis, momento no qual a **visão regional** (projetos concernentes a mais de um Estado) vai merecer tratamento especial.

Este **monitoramento** é muito importante e desafia o CONSÓRCIO NORDESTE - lócus estratégico para o protagonismo dos (as) Governadores(as) nordestinos (as) - e a SUDENE onde, no Conselho Deliberativo, os Governadores têm espaço para o diálogo institucionalizado com os diversos órgãos do Governo Federal.

Cabe, finalmente, destacar que, nos capítulos finais, foram sistematizadas **iniciativas prioritárias** tanto para aproveitar as **oportunidades** associadas a este momento de mudanças, como para enfrentar desafios resultantes de **heranças negativas ou ameaças** recentes, constituindo-se numa **agenda estratégica** a ser trabalhada pelos (as) dirigentes estaduais nos próximos anos.

Em **estreita articulação** com outros agentes, como empresários e empreendedores dos mais diversos segmentos e portes, e com integrantes do Sistema de Ciência, Tecnologia & Inovação (em particular as Universidades), estas escolhas podem ser **analisadas e detalhadas** em ações concretas que as viabilizem nos próximos anos.

Mas, o ano de 2024 será muito especial. Nele devem avançar, especialmente, a implementação de iniciativas que sintonizem o Nordeste com o futuro. Com o novo PAC definido, os vários PPA's aprovados pelos respectivos Legislativos e os Ministérios e Governos Estaduais ajustados às diretrizes das administrações instaladas em 2023, se viverá, no próximo ano, um momento estratégico.

Com o olhar no futuro, o Consórcio Nordeste está desafiado a patrocinar a identificação de ações estratégicas que mereçam tratamento especial dos Governadores da região em 2024. Uma sugestão é feita a seguir.

16.1 Proposta de Agenda Prioritária para 2024



Com base nas análises e propostas apresentadas ao longo dos capítulos anteriores, se ousou fazer, aqui, a indicação de algumas **poucas, mas estratégicas, iniciativas** que mereçam uma **atenção especial** dos Governadores.

Como já destacado acima, uma iniciativa é fundamental: a **montagem e operacionalização de monitoramento da execução do Novo PAC** sobretudo em projetos que afetem mais de um

Estado (**projetos regionais**). O volume de recursos e a relevância que o Governo Federal está dando a este Programa merece uma atenção especial.

Portanto, a partir de 2024 faz-se necessário agregar à tabulação das informações aqui apresentada, que o Consórcio Nordeste estimule e coordene os Governos Estaduais para realizar o **monitoramento da evolução de cada projeto**, segundo método de acompanhamento comum a todos.

As características elencadas para cada um destes projetos foram apresentadas no presente estudo utilizando-se as classificações da Casa Civil, que envolvem o eixo, o subeixo, a unidade da federação, a natureza do empreendimento, o nome de divulgação e período de disponibilidade do orçamento do projeto. Contudo, para um monitoramento mais detalhado, é importante ampliar tais informações inserindo-se cronograma físico, cronograma financeiro, modelo e fontes de financiamento e instituição responsável pelo projeto. (Figura 1)

O acompanhamento das informações seria realizado através de uma rotina de reuniões trimestrais, entre representantes do Consórcio NE e da Casa Civil da Presidência da República, para coleta de dados, alimentação do **painel de monitoramento** e tomada de iniciativas junto aos executores, quando necessário.

FIGURA 1 - PAINEL DE ACOMPANHAMENTO DO NOVO PAC

INFORMAÇÕES INICIAIS DA CASA CIVIL								
Proposta	Eixo	Subeixo	Unidade da Federação	Natureza do Empreendimento	Nome de Divulgação	2023 a 2026	Após 2026	Total

INFORMAÇÕES ADICIONAIS NECESSÁRIAS			
Cronograma físico	Cronograma financeiro	Modelos e fontes de financiamento	Instituição responsável pelo projeto

Em paralelo, e considerando o **rápido avanço da transição para a era digital** e a natureza **transversal** aqui já destacada de iniciativas de inovação, em especial as que impulsionem a **aceleração** dessa transição tanto no setor público como na base produtiva da região - especialmente nas unidades de médio e pequeno porte -, o CONSORCIO deveria patrocinar, logo no primeiro semestre de 2024, a realização de **um seminário** para discutir propostas dos Governos estaduais. A partir dos pontos de consenso deste evento se construiria uma **agenda comum de intervenções estratégicas** nesta direção.

Para além deste monitoramento e do esforço derivado deste Seminário, algumas iniciativas apresentadas na Parte 2 deste trabalho **merecem um olhar especial dos(as) Governadores(as) em 2024.**

Elas estão elencadas a seguir.

1. Valorização e troca de experiências exitosas das políticas de EDUCAÇÃO

No ambiente brasileiro, com a recente mudança de Governos federal e estaduais, o país experimenta a oportunidade de ter a política educacional e a de promoção do desenvolvimento científico e tecnológico - que tem nas Universidades públicas um ator fundamental - destacadas entre as principais políticas públicas a serem priorizadas. No caso da política educacional, o ensino básico, ganha, desta vez, lugar central.

O Nordeste, neste contexto, apresenta situação especial. Apesar dos avanços observados neste século, a região **ainda apresenta indicadores educacionais preocupantes** em comparação com a média brasileira e com os observados nas regiões mais desenvolvidas do país. Ao mesmo tempo, experiências recentes de governos nordestinos estão servindo de referência para as políticas nacionais.

O analfabetismo ainda apresenta índices elevados, os resultados obtidos no IDEB são insatisfatórios e a evasão escolar especialmente nas idades de transição entre o ensino fundamental e médio (14 anos) e deste para o ensino superior (17 anos) são expressivas, particularmente nas disciplinas das ciências exatas, fundamentais para a formação inicial dos docentes. Os dados são significativos. A taxa de analfabetismo no Nordeste, em 2022, foi de 10,70%, tendo caído muito lentamente desde 2016 (13,9%), enquanto a média nacional se situou naquele ano em 5,6%. As notas do IDEB, em 2021, para os anos iniciais e anos finais do ensino fundamental foram, respectivamente, 5,3 e 4,8 em contraste com a média brasileira de 5,8 e 5,1. No ensino médio, a nota do IDEB para o Nordeste foi 3,9 enquanto a média do país se situou em 4,2. Por sua vez a boa qualidade da formação de professores exige teoria e prática que requer aplicação do modo presencial. Em 2022, de cada 10 alunos que concluíram os cursos de formação inicial docente no Brasil, cerca 65% estavam na modalidade EAD. No caso do Nordeste, a situação não é, por certo, melhor. Independente da modalidade, todavia, a **formação inicial dos professores no país e, sobretudo na região, é de baixa qualidade.** Destaque-se também as altas taxas de evasão de alunos de pedagogia e licenciatura, sobretudo em física, matemática, química, onde, no Brasil como um todo, mas particularmente no Nordeste os índices são elevados.

O mercado de trabalho reflete o status educacional da região com alto desemprego e informalidade e com empregos concentrados nos estratos ocupacionais inferiores e, por conseguinte, de baixa remuneração. A educação, como afirmado no Capítulo 15, deve formar cidadãos, preparar os jovens para o mercado de trabalho em momento de substantiva transformação tecnológica, em particular o avanço da era digital, onde os novos postos de trabalho exigem novas habilidades e competências que devem estar lastreadas em uma boa educação básica, técnica e profissional.

Os desafios na área educacional estão postos, exigindo iniciativas do Consórcio de governadores. Neste sentido sugere-se a **implementação de iniciativas conjuntas dos Governos estaduais orientadas para**: 1. Difundir na região as experiências e iniciativas observadas no Ceará, no ensino fundamental, e em Pernambuco, no ensino médio, via programas interestaduais de assistência técnico-pedagógica para replicar nos demais estados da região estes casos de sucesso que são também referência para o resto do país; 2. Difundir as boas práticas do ensino profissional por meio de parcerias interestaduais que envolvam o Sistema S e os institutos estaduais de educação profissional, com especial atenção para formação nas áreas de tecnologia da informação e comunicação; 3. Criar um programa regional de formação de professores para melhorar a qualidade da qualificação docente, especialmente na modalidade presencial para se contrapor à expansão de EADs na preparação de professores cujos resultados apontam para o agravamento da baixa eficácia na qualidade do ensino; 4. Monitorar atentamente os programas do novo PAC destinados à conclusão de obras inacabadas, creches e escolas, especialmente as de tempo integral, para melhorar as infraestruturas de apoio às atividades pedagógicas; 5. Acompanhar e apoiar, com prioridade máxima, a execução de programa do PAC destinado a prover internet para todas as escolas do país, ampliando e melhorando as tecnologias digitais a serviço da educação, posto que o Nordeste merece atenção especial.

2. Valorização da biodiversidade da Caatinga consolidando iniciativas estratégicas

O momento atual se apresenta muito favorável para impulsionar mudanças em curso nesta porção do território nordestino, aproveitando oportunidades advindas do ambiente mundial e nacional.

No mundo, a crise climática vem impondo mudanças profundas no antigo padrão de relação com a natureza e o Brasil tem lugar estratégico no debate internacional, em especial por conta da Amazônia.

O atual Governo Federal recriou o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e prioriza as políticas a ele atinentes. E vários Governos nordestinos veem colocando este tema em suas prioridades.

É que, no Nordeste, a realidade local vem apresentando mudanças relevantes e os novos estudos destacam potenciais latentes na caatinga - que antes não eram valorizados - em particular em tempos de avanço da bioeconomia. O trabalho aqui apresentado pela CEPLAN, em suas duas Partes, tratou desta sub-região nordestina, identificando mudanças e propondo iniciativas prioritárias. Destacou o **avanço indesejado do processo de desertificação**, que dialoga com pressões antrópicas antigas e novas e com o aquecimento global, mas enfatizou numerosos processos positivos em curso neste território.

Diante dessa realidade, o Consorcio Nordeste já exerceu protagonismo, posto que os nove Governadores da região entregaram à **Cúpula de Líderes sobre o Clima** uma carta na qual defendem “a promoção do desenvolvimento econômico, social e ambiental baseado na descarbonização da economia, conservação dos recursos e ambientes naturais e na adaptação às mudanças do clima”. Esta Carta lista **11 compromissos da região Nordeste** com a questão climática, a proteção do meio ambiente - a exemplo da manutenção da cobertura vegetal do bioma caatinga (ao lado de outros que se situam no Nordeste), a ampliação do uso de energias renováveis, com foco nas matrizes eólica e solar, entre outros. É oportuno destacar que o desmatamento ilegal se vincula à questão energética na Caatinga, pois toda a lenha e carvão extraídos da mata nativa seguem para indústrias de gesso, cerâmica ou siderúrgica. Aproveitar o atual crescimento da indústria ligada à energia eólica para expansão da rede de Unidades de Conservação (UCs) por meio de mecanismos compensatórios, por exemplo, é uma iniciativa estratégica de impacto.

Na Carta acima referida, os governadores afirmam que estão em andamento, a partir da chegada ao poder de novos governantes federais e estaduais, discussões para a consolidação de **iniciativas relevantes** como: i) a criação, no BNDES, do “**Fundo Caatinga**” ii) a viabilização do “Programa Plantando Resiliência Climática em Comunidades do Semiárido Nordestino” ; iii) a construção, pelo Ministério da Economia, de propostas que viabilizem estratégias de “Monetização de Ativos Ambientais”, entre outras. No caso do Fundo em gestação no BNDES, o Consorcio Nordeste contribuiu com proposta de Minuta de Decreto destinado a criar este instrumento.

Por sua vez, entidades internacionais vêm colocando seu olhar na caatinga (bioma brasileiro único no mundo) a exemplo da União Européia, que vem apoiando o Laboratório de Economia Regenerativa da Caatinga com atuação nas margens do São Francisco e envolvendo vários estados, sob coordenação do “Centro Brasil no Clima”.

Criar, no Consórcio, uma **Agenda Caatinga para atuação em 2024** é essencial.

No que se refere a aplicação dos recursos do Fundo em construção no BNDES os governos estaduais poderiam apoiar a elaboração de bons projetos. Nas políticas estaduais de desenvolvimento, por sua vez, o estímulo prioritário à economia de matriz regenerativa poderá colocar o Nordeste em sintonia com os novos tempos. São sugestões para integrar esta agenda.

3. Promoção do protagonismo do Nordeste na reindustrialização do país.

Uma das prioridades do Governo Federal, através do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), que tem a frente o vice-presidente Alckimin, é a **reindustrialização do País**. Para isso, tem adotado uma série de medidas iniciais – em particular a montagem de uma proposta clara de políticas públicas. O macro objetivo é o de fortalecer a indústria em bases sustentáveis e com capacidade exportadora e promover a implementação de uma agenda de competitividade e de inovação— que inclui, dentre seus principais vetores, a economia verde e o mercado de bioenergia.

Este contexto abre uma excelente oportunidade para o Nordeste, através de seus governos estaduais, priorizar propostas regionais que se insiram na perspectiva de uma nova política industrial para o Brasil.

Apesar de **haver participado ativamente do recente movimento de desconcentração da indústria brasileira**, como mostram estudos recentes do IPEA, a indústria do **Nordeste continua a enfrentar alguns importantes obstáculos** como a questão dos modelos de financiamento dominantes e das desvantagens da região em termos da infraestrutura – energia, transportes, comunicação, infraestrutura urbana e hídrica. Precisa-se, também, avançar na melhoria geral da qualidade e produtividade das indústrias regionais, o que significa maiores investimentos em pesquisa e inovação.

Igualmente verificam-se **algumas oportunidades**, que encontram sementes importantes no Nordeste, como a **presença de parque automotivo** de nova geração (BYD, Stellantis), que guarda o germe da produção futura de carros 100% elétricos, com emissão zero de CO2. Este

novo mercado vai exigir novos componentes que ainda não são produzidos no País, abrindo novas oportunidades para a região, como a possibilidade de produção de módulos de baterias de lítio, pelo Grupo Moura.

A região também vem se inserindo de forma crescente e consistente no **complexo econômico da saúde** nacional, com potencial tanto para indústria farmacêutica (produção de antibióticos e analgésicos básicos, insumos farmacêuticos ativos-IFAs, bioinsumos, vacinas e hemoderivados), como na produção de material hospitalar e, ainda, na produção de fármacos naturais (neste caso, com boas perspectivas para o aproveitamento da biodiversidade da Caatinga).

Outra oportunidade é a da **produção de materiais de construção em novas bases técnicas**, a exemplo das cerâmicas de revestimento, cerâmica vermelha, cimento e argamassas, produtos pré-fabricados, madeiras processadas, embalagens recicladas, gesso voltado para construção civil segmentos nos quais o Nordeste pode se tornar competitivo, com base no uso de soluções energéticas renováveis, abundantes na região. Por outro lado, a perspectiva de novas obras do Governo Federal, via novo PAC, podem reacquecer o mercado da construção civil do Nordeste.

De forma mais disruptiva, destaca-se ainda, a janela de oportunidade para o Nordeste da constituição de um **“parque industrial verde”**, que envolvem sistemas de gestão de fábrica que preza pela sustentabilidade, em sintonia, no caso, da região, com a perspectiva de transição energética, a emergência da economia circular e regenerativa e com a consolidação do mercado de carbono.

Alguns desafios se colocam para retomada da industrialização (reindustrialização) do Nordeste, considerando a perspectiva de atuação integrada dos estados nordestinos, com o apoio do Consórcio Nordeste.

Neste sentido sugere-se: (i) manter a política de incentivos fiscais para indústria automotiva pelo prazo previsto em lei; (ii) facilitar as operações e revisar as garantias exigidas para que os empreendedores possam obter recursos presentes nas linhas de financiamento dos fundos regionais, a exemplo do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE); (iii) criar nova política de atração de investimentos industriais, considerando a nova política tributária do Brasil; (iv) implementar um amplo programa regional de digitalização do parque industrial nordestino; (v) fortalecer o sistema de qualificação profissional voltado para indústria (Senai, Universidades, Institutos Federais etc), destacando-se a adequação de competências e

habilidades requeridas pelas indústrias 4.0 e Verde; (vi) fomentar os investimentos voltados para a ampliação da produção de energias renováveis, com destaque para a “energia verde”.

Além disso, para viabilizar essas e outras iniciativas, faz-se necessário que os governadores do Nordeste estabeleçam um **canal de articulação permanente** com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços e com o BNDES, que lideram o debate e a implementação da reindustrialização. Bem como se articulem no sentido de oferecer estímulos à produção e comercialização regional, assim como promover ações visando o fortalecimento de cadeias de fornecedores diretos e indiretos ao núcleo das indústrias motrizes.

É necessário também que se **ampliem os investimentos em pesquisa e inovação** com aplicação industrial, envolvendo Centros de Pesquisa nas Universidades e Institutos Federais, Senai e empresas privadas.

4. Conclusão das obras do PISF, avanço das obras complementares e definição de modelo de gestão inovador visando a transformação do projeto num eixo desenvolvimento do Nordeste oriental

Os investimentos realizados na implementação das obras do PISF constituem, agora, um **ativo importante** para o Nordeste Oriental, onde a escassez relativa de água era um problema relevante.

No momento, torna-se essencial avançar na conclusão final das obras (canais e adutoras) e na montagem e operacionalização do modelo de gestão das águas.

Ao mesmo tempo, urge avançar na **revitalização do Rio São Francisco** e, em paralelo, **dar novos e múltiplos usos às suas águas**, além de promover a **transformação das “manchas férteis” existentes** em diversas sub-regiões do Nordeste. Para tal, prioritária se torna a identificação de micro e pequenas manchas em aquíferos, leitos de rios e riachos, barragens, açudes onde possa ser incentivada uma exploração agropecuária intensiva contando com o aproveitamento eficiente das águas disponíveis. Isso abre uma nova frente de dinamismo econômico, geradora de ocupação produtiva para os produtores de diversos portes, em especial os menores. O PISF pode, assim, se transformar num **eixo de desenvolvimento do Nordeste oriental**.

Por sua vez, levar as águas do Rio São Francisco aos estados receptores implica em custos (em especial de energia), pelo que há de se pensar em **tirar partido do potencial de ampliação da oferta regional, em especial da energia solar**, que pode ser gerada sobre os canais.

Outra ação estratégica a ser objeto de prioridade dos Governadores de vários estados é a definição dos responsáveis e do modelo de arrecadação dos recursos que financiem os custos de operação, inclusive de conservação dos canais, túneis e barragens. Nesse aspecto, faz-se necessário a implantação do **Sistema de Gestão do PISF**, debatido já há alguns anos. A ausência dessa governança impacta negativamente na definição dos custos e dos responsáveis pela gestão do projeto. O Governo Federal, através do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional retomou o enfrentamento deste desafio, em articulação com Governos estaduais do Nordeste.

Ainda no campo da articulação, é de fundamental importância a participação dos Estados receptores em parceria com o Governo Federal, na conclusão das obras complementares que permitem a chegada da água aos municípios beneficiados. A esse respeito, além das **adutoras**, torna-se oportuno os investimentos em obras de **saneamento e distribuição de água** na região atendida pelo PISF. Projetos reconhecidos por impactarem positivamente nos indicadores de saúde e conseqüentemente na elevação do nível de qualidade de vida.

Outra agenda complementar está relacionada a possibilidade de uso da água para aumento da produtividade agropecuária regional. Com esse propósito, destaca-se a necessidade de um programa para ampliar o **mapeamento das “manchas férteis”** já mencionadas, atrelado ao levantamento dos **investimentos necessários em infraestrutura** de forma a garantir o uso responsável e sustentável da água.

Estas iniciativas precisam de ação articulada de Governadores (as) de vários estados, unidos no Consorcio Nordeste.

5. Promoção da Economia Criativa

O mercado da Economia Criativa (EC) envolve **atividades baseadas essencialmente na utilização de capital intelectual e de conhecimentos** técnico ou científico e cultural e na expressão da criatividade em formato de bens e serviços. No Brasil, esse mercado vem sendo avaliado pela composição de quatro grandes áreas (e treze segmentos): Consumo (Publicidade, Marketing Arquitetura, Design e Moda), Cultura (Expressões Culturais, Patrimônio e Artes, Música, Artes Visuais e Artes Cênica), Mídias (Editorial, Games e Audiovisual) e Tecnologia (P&D, Biotecnologia e TIC). Portanto, a Economia Criativa é composta por segmentos que abrangem desde expressões artísticas mais elementares até a elaboração de produtos e serviços de base tecnológica, desde que envolvam interação entre conhecimento e a criatividade.

O Brasil experimenta nestes tempos pós pandemia **momento favorável ao desenvolvimento destas atividades econômicas, o que é uma oportunidade para sua expansão.** E elas tem no Nordeste um produtor de grande diversidade e potencialidade. Embora a pandemia tenha imposto sérias restrições às atividades presenciais, as expressões artísticas se mostraram essenciais no desafio de superar o abalo psicológico do isolamento social e tomaram uma importância muito além do entretenimento, impulsionando as iniciativas empreendedoras na área, como forma de geração ou complementação da renda. Houve também avanço de iniciativas inovadoras, dialogando, em especial com a nova era digital.

Com a retomada das atividades presenciais, sobressai a oportunidade de fortalecer o empreendedorismo nessas atividades. Os segmentos de produção audiovisual e de jogos eletrônicos, por sua vez, vêm estimulando a inserção de jovens no mercado de trabalho ou via empreendedorismo. No campo profissional, a formação ou capacitação para atuação com o uso das tecnologias da informação e comunicação têm sido cada vez mais valorizadas, e pré-requisitadas, em diversos setores da economia, tendo em vista o ambiente de mudanças aceleradas do pós-pandemia, exigindo celeridade nos processos de análise de negócio, criação de serviços e propagação de conteúdo.

No Nordeste, considerando estudo mais recente da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), a Economia Criativa tinha participação de 1,4% no PIB de 2020. A região tem grande potencial para o desenvolvimento e expansão de negócios nesse mercado: favorecida pelo rico patrimônio histórico e cultural e pelo acúmulo de conhecimento técnico-científico nas instituições públicas de ensino superior, destaca-se nacionalmente e tem alcance mundial, com celeiros de produção nas diversas formas de expressão de criatividade e de conhecimento que o compõem. A inclusão de cinco cidades nordestinas na Rede de Cidades Criativas da Unesco evidencia esse potencial: Fortaleza, no Design; Salvador e Recife, ambas na Música; João Pessoa, no Artesanato e Artes Folclóricas; e Campina Grande, em Artes Midiáticas. Na região, destaca-se ainda a produção de TIC com forte integração aos conteúdos de Audiovisual e Games, tendo o Porto Digital, em Recife, como grande expoente.

Não obstante, o potencial criativo do **Nordeste ainda esbarra em déficits** que dificultam a expansão da sua capacidade produtiva. Pouca disseminação da cultura empreendedora entre as iniciativas de economia criativa; baixo grau de qualificação para o planejamento e gestão das iniciativas empreendedoras no setor; informalidade elevada afetando a oferta de crédito para investimento produtivo; inovação e recursos tecnológicos, por sua vez, de difícil acesso; e baixo

alcance da capacitação para o uso de tecnologias e atitudes inovadoras, são alguns dos entraves ao crescimento.

Potencialidades e déficits foram forjando, nos anos recentes, **políticas públicas inovadoras e consistentes, inclusive nos estados do Nordeste**, embora tais iniciativas estejam longe de dar conta da utilização do potencial existente. Tem-se, portanto, de onde partir, para ampliar a expansão destas atividades nos próximos anos.

Nesse sentido, visando o fortalecimento e crescimento da economia criativa no Nordeste, recomenda-se uma ação articulada dos Governos do Nordeste para: **Promover e fomentar a criação de redes** de atividades criativas, especialmente em cidades de médio porte no interior, periferias das grandes cidades e comunidades tradicionais (aproveitando e apoiando o esforço já lançado pelo Sebrae concretizado no “Mapeamento de Economia Criativa do Nordeste”); Criar **programas de aceleração e mentoria** para projetos na área de Economia Criativa; Fomentar a criação de **centros de inovação e criatividade**, fornecendo espaços de trabalho colaborativo, com infraestrutura adequada para uso de tecnologias da informação, desenvolvimento de protótipos e testes de serviços; Criar e fortalecer **linhas de crédito específicas** para projetos ou empreendimentos relacionados à economia criativa, com taxas e prazos de financiamento adequadas ao perfil de cada atividade, com incentivo especial para práticas e processos produtivos sustentáveis nas atividades criativas; Estimular e **fomentar a qualificação de jovens e adultos empreendedores** de atividades da economia criativa com conteúdo de estudo de mercado, de gerenciamento de projetos e de planejamento e gestão de negócios; Promover a **capacitação para competências criativas**, com a inclusão de conteúdos pedagógicos de artes, design e tecnologia da informação na base curricular das escolas públicas; Apoiar **eventos que destaquem a produção criativa local e a identidade cultural da região**, desenvolvendo estratégias de marketing e promoção do Nordeste como um destino criativo e incentivando o turismo relacionado à cultura e à criatividade.

Uma lembrança final

Vale finalmente, lembrar que o Nordeste são muitos... A **diversidade** de realidades estaduais e sub-regionais é um **ativo** a ser valorizado na construção do futuro desejado pela

sociedade. Assim, no **detalhamento de iniciativas** aqui apresentadas, a **abordagem territorial** será central, sobretudo em algumas delas.

Para considerar a **heterogeneidade do ambiente urbano**, a SUDENE, no Plano Regional recente (PRDNE), trabalha com 52 diferentes áreas urbanas, com destaque para a realidade das cidades médias, que vêm protagonizando mudanças importantes e que requerem tratamento, em muitos pontos, distintos daquele das grandes metrópoles.

Já **no ambiente rural**, o fato da região ser organizada em territórios abrangidos por vários biomas (Mata Atlântica, Caatinga, Cerrados) além de seu amplo litoral (num momento no qual a economia do mar tem merecido atenção crescente), coloca como estratégica a leitura e atuação com base em **abordagens e escalas territoriais** adequadas.

Referências Bibliográficas

BID, Criminalidade e despesas públicas no Brasil: estimativa do impacto dos gastos públicos em segurança sobre as taxas de homicídio. 2019.

BNB – IICA, Nordeste 2022: Estudos Prospectivos - Documento Síntese. Fortaleza, 2015.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 2732/2022, de 07 de novembro de 2022. Institui Política Nacional de Desenvolvimento da Economia Criativa (PNDEC). Brasília: Câmara dos Deputados, 2022. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2212903>. Acesso em: 17/11/2023.

CERQUEIRA, Daniel. Aumento de gastos não diminui criminalidade na mesma proporção: 13 razões por quê. FBSP, 2019.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO RIO DE JANEIRO. Mapeamento da Indústria Criativa no Brasil. Rio de Janeiro: Firjan, 2022. Disponível em: <<https://www.firjan.com.br/economicriativa/downloads/MapeamentoIndustriaCriativa2022.pdf>>. Acesso em: 17/11/2023.

FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública, ano 17, São Paulo, 2023.

FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Racismo Estrutural e Segurança Pública: caminhos para a garantia do direito às vidas negras. São Paulo. 2023.

FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Armas de fogo e homicídios no Brasil. 2022.

FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. As 53 facções criminosas brasileiras. Fonte Segura, edição 148. 2022.

FERREIRA, Helder Rogério Sant’na; MARCIAL, Elaine Coutinho. VIOLÊNCIA E SEGURANÇA PÚBLICA 2023: cenários exploratórios e planejamento prospectivo. IPEA, 2023.

MANSO, Bruno Paes. Cinco anos depois, 18 mil homicídios a menos. NEV-USP, 2023

OECD, *Education at a Glance 2023: OECD Indicators*, OECD Publishing, Paris

Paris <https://doi.org/10.1787/e13bef63-en>.

ROSA, Leonardo; BRUCE, Raphael; SARELLAS, Natália. Effects of school day time on homicides: The case of the full-day high school program in Pernambuco, Brazil. IEPS WP No. 16. June, 2022.

SALOMÃO, Luciano; MENEZES FILHO, Naercio. Um Novo Índice de Qualidade da Educação Básica e seus Efeitos sobre os Homicídios, Educação e Emprego dos Jovens Brasileiros. INSPER. Policy Paper nº 66. Fevereiro, 2022.

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. Mapeamento SEBRAE da Economia Criativa do Nordeste. Disponível em:

<https://sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/PE/Anexos/MAPEAMENTO_SEBRAE.pdf>. Acesso em: 17/11/2023.

SUDENE. Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste 2024-2027. Recife, 2023.

Equipe Responsável

CEPLAN

Tania Bacelar | Economista e Socióloga | Sócia-fundadora - Coordenadora

Paulo Guimarães | Economista | Sócio-fundador

Jorge Jatobá | Economista | Sócio

Valdeci Monteiro | Economista e Administrador | Sócio

Ademilson Saraiva | Economista | Sócio

Consultores Associados

Francilene Garcia | Especialista em CT&I

Geraldo Eugênio de França | Especialista em Desenvolvimento Rural

CEPLAN CONSULTORIA ECONÔMICA E PLANEJAMENTO

Rua João Ramos, 50, Sala 409

Graças, Recife-PE - CEP 52011-080

(81) 3414-8181

ceplan@ceplanconsult.com.br

www.ceplanconsult.com.br